Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ___/___/___
cod. M3 D 00 089

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – Subprograma de Ciência e Tecnologia

O PPG7 rumo à Segunda Fase

Após seis anos de experiências inovadoras na Amazônia, o Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras discute se e como enfrentar uma segunda fase. Os documentos abaixo estão disponíveis para download em formato Microsoft Word.

Relatório do 16º Encontro do Grupo de Assessoria Internacional (apenas em inglês)
I. INTRODUCTION
II. COMMENTS ON THE CUIABÁ PARTICIPANTS' MEETING
III. RELATED ISSUES
IV. IAG MATTERS

Pontos para revisão do Documento-base para a estruturação da 2ª Fase
1. APRESENTAÇÃO
2. QUESTÕES DE ORDEM GERAL SURGIDAS NO SEMINÁRIO PRA DELIBERAÇÃO DA CCB
3. LINHAS TEMÁTICAS APRESENTADAS PARA DISCUSSÃO COM ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM VERMELHO
4. AGENDA: PRÓXIMOS PASSOS

Documento-base para a estruturação da 2ª Fase
1. APRESENTAÇÃO
2. BREVE PERFIL DO PROGRAMA PILOTO
3. A PRIMEIRA FASE DE IMPLEMENTAÇÂO DO PROGRAMA PILOTO
4. RUMO À SEGUNDA FASE DO PROGRAMA PILOTO
5. CONCEITUAÇÃO DAS LINHAS TEMÁTICAS
6. QUADROS SINTÉTICOS DAS LINHAS TEMÁTICAS.
7. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.
8. ALTERNATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DA SEGUNDA FASE.
SUB-PROGRAMAS E PROJETOS DO PP-G7

Revisão do Meio-termo - conclusões
A. BALANÇO GERAL DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NA 5ª REUNIÃO DOS PARTICIPANTES
B. INTERVENÇÕES IMEDIATAS APROVADAS PELA CCB A PARTIR DA RMT
C. OUTROS ASSUNTOS APROVADOS PELA CCB NÃO INCLUÍDOS NO RELATÓRIO DA RMT
D. O FUTURO DO PROGRAMA PILOTO

Sumário dos projetos de avaliação
1. TERMOS DE PROJETO DE RECURSOS NATURAIS (SPRN)
2. PROJETO DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A)
3. PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS (PPTAL)
4. PROJETO DE RESERVAS EXTRATIVAS (RESEX)
5. PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS (PROMANEJO)
6. PROJETO DE CONTROLE À INCÊNDIO E DESFLORESTAMENTO (PRODESQUE)
7. PROJETO DE PREVENÇÃO À INCÊNDIO, MOBILIZAÇÃO E TREINAMENTO (PROTEGER)
8. SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (CE & PDD)
9. PROJETO DE MONITORAMENTO E ANÁLISE (AMA)
10. APOIO A COORDENAÇÃO BRASILEIRA DO PROGRAMA PILOTO
11. SUPORTE DE REDES DE ONG's (GTA, RMA)
12. GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE VÁRZEAS (PROVARZEA)
13. PROJETO CORREDORES DA FLORESTA TROPICALI
14. EDUCAÇÃO AMBIENTALI (Ceduc)
15. PROJETOS DEMONSTRATIVOS POR POVOS INDÍGENAS (Pdpi)

Acervo ISA

Proposta para a Segunda Fase do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

1. INTRODUÇÃO
2. O MARCO LÓGICO ATUAL
3. LINHAS TEMÁTICAS COMO REFERÊNCIA PARA A SEGUNDA FASE
4. MECANISMO DE INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS
5. PREPARANDO A ESTRATÉGIA PARA O FUTURO
6. AJUSTES NA COORDENAÇÃO BRASILEIRA
7. CONTRAPARTIDA PARA APOIARA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PONTOS PARA REVISÃO DO DOCUMENTO-BASE PARA A ESTRUTURAÇÃO DA 2ª FASE

(a partir das sugestões do Seminário do PP-G7 de 4 e 5 de dezembro de 2001)

14-12-01

1. APRESENTAÇÃO

Com vistas a possibilitar o desenvolvimento do debate provocado com a apresentação e discussão do Documento-Base, procurou-se no presente texto: a) listar as proposições dos grupos que impliquem em uma revisão estrutural do documento ou da matriz proposta para as linhas temáticas (grade) e que devem ser objeto de deliberação da CCB; b) incorporar todas as sugestões dos grupos que, dentro da grade proposta, modificam ou acrescentam instituições, projetos ou ações; e, c) listar as propostas relativas à continuidade do processo, à constituição de uma agenda.

2. QUESTÕES DE ORDEM GERAL SURGIDAS NO SEMINÁRIO PARA DELIBERAÇÃO DA CCB

2.1. Sobre a grade de linhas temáticas:

PROPOSTA	OPINIÃO DA COORDENAÇÃO
Deve ser reduzido o número de linhas temáticas para 3 ou 4 (em vez das 6 propostas), porque não há critérios homogêneos na definição da grade proposta e haverá dificuldades para gerenciá-la.	a grade de seis LTs deve ser preliminarmente mantida, de modo a favorecer a participação das partes e a definição de pautas mais focadas para as CCs, a menos que se evidencie no processo de transição que não há capacidade institucional para gerir alguma(s) delas, caso em que se deverá decidir sobre a absorção das suas metas e demandas por outra(s) LT(s) pertinente(s) ou avaliar o impacto desta lacuna para os objetivos gerais do Programa.
As LTs 1 (gestão de áreas protegidas) e 4 (desenvolvimento territorial) devem ser fundidas numa só, na medida que os objetivos de 1 são parte constitutiva dos objetivos de 4.	Concorda quanto à interface, mas discorda da proposta, pois o foco de 1 é o SNUC + terras indígenas, que representa potenciais 40% da Amazônia legalmente protegidos, demandando políticas de gestão especificamente apropriadas à conservação da bio e sociodiversidade, e que ficariam diluídos na discussão mais geral sobre desenvolvimento ou ordenamento Territorial, ou acabariam por impor a sua pauta específica restringindo o papel de outras políticas e instituições com competências relevantes para o desenvolvimento territorial.
Deve ser incluída uma nova coluna no quadro sintético das LTs para definir mais claramente as metas e políticas relativas a cada LT.	Concorda com a inclusão proposta, o que pretende fazer inicialmente através de uma coluna em branco, pois a explicitação mais clara da discussão sobre políticas e metas estimulará a discussão estratégica pretendida pelas LTs, que terá continuidade nos seminários temáticos propostos (que deverão começar a trabalhar os espaços em branco do quadro sintético).

2.2 Sobre a representação institucional nas CCs das LTs:

PROPOSTA	OPINIÃO DA COORDENAÇÃO
As CCs devem ter composição paritária entre representações de órgãos públicos e da sociedade civil, de modo a fortalecer a participação da sociedade civil no Programa.	Cada CC deve ter autonomia para estabelecer a sua composição, a partir da reunião das partes (ou instituições) cuja participação tenha sido considerada importante nas discussões preliminares, podendo resultar em paridade ou em maioria governamental ou não governamental, dependendo do interesse das partes e da dinâmica específica de cada LT.
As redes GTA e RMA devem estar representadas em todas as CCs, sendo que a rede GTA reivindica 3 representantes seus em cada uma, como forma de garantir participação efetiva da sociedade civil.	concorda com a representação do GTA e RMA em todas as LTs em que tenham interesse e considera que interessa ao Programa a sua presença em todas elas, mas discorda da multiplicação da representação de redes, a menos que signifique a inclusão de representações diretas de movimentos ou organizações que delas participem, mas tenham interesses específicos em determinada LT.
Outros segmentos da sociedade civil não representados pelas redes GTA e RMA devem integrar as CCs.	concorda, entende que a definição destas partes compete a cada CC, e recomenda que as suas composições sigam critérios inclusivos mas preservem as suas condições operacionais.
Os gerentes de programas do PPA relacionados aos objetivos do PPG7 devem ser incorporados às CCs pertinentes.	concorda, se dispõe a providenciar o levantamento dos nomes e a indicá-los às instituições responsáveis pela organização dos seminários temáticos para que já os incluam nas respectivas listas de convidados.

3. Linhas temáticas apresentadas para discussão com alterações propostas em vermelho

3.1. Gestão Pública e Comunitária de Áreas Protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas)

A LT gestão pública e social de áreas protegidas abrange um conjunto de demandas e iniciativas empreendidas no contexto da primeira fase do PP-G7, como as demarcações das terras indígenas realizadas no âmbito do PPTAL e a implantação de reservas extrativistas por meio do Resex, guardando relação direta com a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o Projeto áreas protegidas e com o conjunto das atividades do IBAMA e dos órgãos ambientais estaduais e municipais relacionadas à implantação de unidades de conservação, de corredores ecológicos, contemplando uma visão biorregional.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas com interface	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
1. Gestão Pública e Comunitária de Áreas Protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas)	MMA – SBF MMA-SCA MJ-FUNAI IBAMA-CNPT GTA-COIAB GTA-CNS GTA-ONG RMA INCRA ABEMA ANAMA ASSOC. RPPN OEMAS-AM OEMAS-MA Fórum Sec. MA Amaz	• Consolidação e expansão de iniciativas inovadoras de gestão comunitária e proteção de terras indígenas e unidades de conservação, envolvendo a cooperação entre poder público e populações tradicionais (p.ex. RESEX); • Consolidação de experiências-piloto de implantação de florestas públicas de manejo sustentável; • Apoio a estratégias inovadoras em áreas piloto de gestão de unidades de conservação de proteção integral, em nível federal, estadual e municipal (Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, etc.) • Desenvolvimento de ações preventivas em áreas de entorno de unidades de conservação e terras Indígenas, em articulação com programas de gestão biorregional (como por exemplo, corredores ecológicos e bacias hidrográficas) que também incluam educação ambiental e produção sustentável; • Apoio para a criação e implantação de novas áreas protegidas (unidades de conservação) e reconhecimento de terras indígenas.	RESEX PPTAL PROMANEJO-flonas Subprograma Mata Atlântica PDA Corredores Ecológicos SPCT SPRN PROVÁRZEA PDPI PROTEGER	Apoio Técnico UC Apoio Técnico Manejo MG (Projeto Doces Matas) PROMATA Preservação PR Preservação SP	Projeto ARPA Linhas de financiamento do FUNBIO Programa Nacional de Florestas (PNF) PROBIO Linhas de financiamento do CNPT Linhas de financiamento do FNMA ligadas à MA e Amazônia PROECOTUR Negócios sustentáveis Programa de DS do AP Programa de DS do AC Quem faz o que pela MA – RMA Capacitação e monitoramento da MA – RMA Prodeagro Planafloro Proj. de Apoio ao Mamirauá Preservação RJ Preservação RS Preservação SC Programa MA Proj. Jardim Botânico RJ PROECOS/DIREC/IBAMA SIVAM AVANÇA BRASIL EIXOS DE DESENVOLVIMENTO CALHA NORTE	Apoio à democratização da gestão pública (conselhos, etc) Resolução de conflitos entre moradores e Ues

3.2 Produção Sustentável

Pretende-se com a Linha Temática Produção Sustentável resgatar e ampliar experiências acumuladas no âmbito do PP-G7, bem como de outros projetos governamentais ou não-governamentais, com vistas a promover a conservação dos recursos naturais através do fomento ao uso sustentável dos recursos naturais em escala comercial.

A esta linha devem se articular esforços já iniciados de articulação dos investimentos em produção em assentamentos rurais na região amazônica e na mata atlântica com a resolução do passivo ambiental acumulado, assim como de propostas como o PRODEX, dentro do MMA, e do PROAMBIENTE, da sociedade civil organizada.

Neste sentido, estarão também incluídas as iniciativas de recuperação de áreas degradadas. Além disto, pretende-se resgatar as propostas do Projeto Negócios Sustentáveis, com foco na viabilização de oportunidades e parcerias comerciais envolvendo produtos florestais ou desenvolvidos a partir de matérias primas florestais.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas com interface	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
2. Produção Sustentável	MMA-SCA (PD/A) MMA-SBF-PNF MDA-SPF MDA-INCRA MCT IBAMA-CNPT MJ-FUNAI GTA-CONTAG GTA-COIAB RMA-ASPTA Fórum Sec. MA Amaz Conselho Nacional da Reserva da Biofesra da Mata Atlântica ANALISAR A POSSIBILIDADE DA INCLUSÃO DE OUTROS ATORES RELEVANTES, COMO GRUPOS DE COMPRA DE MADEIRA.	Implementação e disseminação de modelos de produção sustentável; apoio a negócios sustentáveis em todas as etapas da cadeia produtiva; desenvolvimento e adequação de instrumentos econômicos para apoiar a produção sustentável; desenvolvimento de estratégias inovadoras nos projetos de assentamentos de reforma agrária, com incentivo à implantação de sistemas de produção sustentável; capacitação de técnicos e agricultores familiares para os aspectos relacionados ao meio ambiente de forma integrada ao seu meio de vida (práticas ambientalmente adequadas); formação de uma rede de prestação de serviços de assistência técnica para a agricultura familiar, com foco em sistemas produtivos sustentáveis; capacitação de agricultores familiares e lideranças locais para atividades não-agrícolas no meio rural; apoio à formação de uma rede de informações a partir da integração dos bancos de dados existentes e a incorporação de novas formas de comunicação (Internet, linhas 0800 etc.); apoio à criação de agências locais de crédito, micro-crédito e cooperativas de crédito para os produtores familiares; apoio à organização de grupos de interesse por meio de práticas associativas; promoção de atividades e projetos que geram valor agregado da produção familiar; apoio a criação e implantação de agências regionais de comercialização; apoio à certificação de produtos de origem sustentável e da produção familiar; implementação de estratégias destinadas a recuperar/reabilitar reservas legais e áreas de preservação permanente, visando mitigar a fragmentação e promover a interligação dos fragmentos florestais; implementação de ações para viabilizar o uso sustentável de reservas legais;promoção de estudos sobre setores estratégicos da produção sustentável, assim como da discussão com atores do mercado; apoio à aproximação/adequação de linhas de financiamento à produção sustentável; promoção de pesquisas de mercado, de tecnologias e de aplicações industriais para os produtos florestais; estímulo à cooperação entre o setor privado e pequenos produtores; apoio a ações de conservação dos recursos naturais por meio do ecoturismo e do agroturismo; facilitação/viabilização do acesso a recursos para o apoio à infra-estrutura; apoio a ações de recuperação e uso sustentável dos recursos naturais no entorno de UCs; promoção de assistência técnica e capacitação a projetos produtivos sustentáveis no que se refere ao processamento de produtos e análise de mercados; envolvimento e cooperação com o setor privado com a finalidade de que este adote práticas sustentáveis.	PD/A PDPI RESEX PROMANEJO PROVARZEA Negócios Sustentáveis Subprograma Mata Atlântica SPCT SPNR-PGAI	Conservação Juréia Apoio Agric. PA Apoio Agric. AM	PROAMBIENTE Projeto de Agroextrativismo (PRODEX) Áreas Alteradas PRORENDA FNMA FUNBIO PNF MDA – SAF – SRA INCRA PRONAF FNO BNDES Comunidade Ativa Ematers e órgãos similares Cooperativas e ONGs	

3.3 Monitoramento, Prevenção e Controle Ambiental de queimadas e deflorestamento

A LT buscará contribuir para o controle do desmatamento e para a aplicação da legislação ambiental, devendo contribuir para a constituição de um sistema de licenciamento e de monitoramento dos desmatamentos e queimadas que tenha abrangência regional, assim como apoiar programas ou projetos que busquem alternativas para as queimadas e o desmatamento, buscando assim integrar esforços e articular competências de instituições públicas e privadas.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
3. Monitoramento, Prevenção e Controle Ambiental de queimadas e deflorestamento	MMA-SCA(SPRN) MMA-SBF IBAMA MCT MIN. AGRIC. (EMBRAPA) GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz MDA FUNAI FÓRUM DO MP DA AMAZÔNIA SQA (PNMA II) CNA FED. INDÚSTRIAS POLÍCIAS MIN. DEFESA SEC. AGRIC. ESTADUAIS PREF. MUNICIPAIS	• Desenvolvimento e implementação de estratégias inovadoras de monitoramento, licenciamento e controle ambiental de atividades impactantes sobre a floresta, dando enfoque para desmatamento, queimadas e atividades madeireiras. • Consolidação e replicação de iniciativas inovadoras, em áreas como a implantação do licenciamento ambiental em propriedade rural, uso de instrumentos de sensoriamento remoto e geoprocessamento, atividades educativas e preventivas, mobilização da sociedade civil em parcerias com organizações governamentais, pactos políticos sobre o controle de queimadas, ,. • Efetivação de parcerias institucionais, garantindo a gestão descentralizada e compartilhada das ações, entre diferentes esferas do governo (IBAMA, OEMAs, Prefeituras, MP, Polícia Ambiental, etc.) da sociedade civil e do setor privado.	SPRN/UNIGESTÃO PROTEGER SPCT PROMANEJO PDA/PDPI FUNCOPI NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS SPRN/PCA		PROARCO PREVFOGO PNMA II PNF Projeto Fogo Emergência Campanha de Agricultura sem Queimadas (EMBRAPA) FNMA SIVAM/SIPAM PROTOCOLOS VERDES PROAMBIENTE	Apoiar as ações dos Ministérios Públicos na Amazônia Legal Ampliar a área de abrangência do modelo de licenciamento da propriedade rural Expandir os protocolos municipais de controle de queimadas

3. 4 Desenvolvimento Territorial

A linha temática pretende contribuir para uma maior integração entre as políticas ambientais e demais políticas de desenvolvimento, tais como fundiária, agrícola e de transportes, incluídas nos PPA's federal, estaduais e municipais. Isto por meio da organização e disponibilização de informações relativas ao ordenamento territorial.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
4. Desenvolvimento Territorial	MDA MI MMA–SDS MMA-SCA MI MA (EMBRAPA) MCT MI-FUNAI MP IBAMA-CSR GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz	• identificar incompatibilidades entre as legislações fundiária e ambiental e buscar soluções adequadas; • estimular a compatibilização e integração entre políticas estratégicas para as regiões amazônica e mata atlântica a partir de uma ótica ambiental; • sistematização e disseminação de informações sobre a situação fundiária na Amazônia e Mata Atlântica; • organização e disponibilização de informações para o ordenamento territorial; • promover a internalização de uma ótica de sustentabilidade ambiental nas políticas de ordenamento.	MMA – SDS SPRN – ZEE Corredores Ecológicos PPTAL Subprograma Mata Atlântica AMA/NAPIAM SPCT Provárzea	Áreas degradadas PA Desenv. AM	MDA-cadastramento fundiário Consórcio ZEE Brasil Eixos de Integração e Desenvolvimento do Avança Brasil IBAMA-cartografia EMBRAPA-zoneamento agro-ecológico PROBIO Governos estaduais Gov. RO PLANAFLORO Gov. MT PRODEAGRO Arpa IBAMA SIVAM Programas do MI BADAM (ADA) PPA PNF	Sistema de informações rurais Cadastro Nacional de Imóveis Rurais Sistema Público de Registro de Avançar no desenvolvimento de metodologias de negociação e gestão de conflitos sobre uso e ocupação da terra. Terras

3.5 Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável

Pretende-se com a LT gestão municipal e desenvolvimento local sustentável aprofundar o processo de descentralização e de ação integrada por meio de um maior envolvimento dos municípios e das organizações sociais municipais em torno de propostas de gestão ambiental e de desenvolvimento microrregional sustentável.

(O grupo definiu como foco o desenvolvimento local sustentável e buscou definir os objetivos dessa linha temática, que poderiam ser sintetizados em: fortalecer a construção da cidadania, promover a gestão ambiental, promover desenvolvimento institucional, promover o desenvolvimento econômico produtivo).

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
5. Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável	MMA-SCA (SPRN) MDA MCT COMUNIDADE SOLIDÁRIA Fórum Sec. MA Amaz GTA RMA ANAMA – Assoc. Nac. de Mun. E Meio Ambiente Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, Ministério da Justiça Funai, BNDES, CONTAG Fórum do Ministério Público de Meio Ambiente da Amazônia.	Suporte para a realização de atividades descentralizadas de gestão ambiental municipal, de forma articulada com iniciativas de desenvolvimento local sustentável em nível micro-regional; e, Implementação de estratégias inovadoras de diagnostico e planejamento participativo para o Desenvolvimento Local Sustentável, em nível micro-regional (bacias hidrográficas). implementar estratégias inovadoras de diagnóstico e planejamento participativos; implementar a gestão ambiental compartilhada, incluindo e fortalecendo a participação municipal; integrar as ações estratégicas do PPG7 em nível local (entre linhas temáticas); fortalecer o órgão municipal ambiental e a sociedade civil na implementação da gestão ambiental; apoiar consórcios municipais para a gestão ambiental integrada; incentivar a criação de instrumentos jurídicos e econômicos de apoio à sustentabilidade da gestão ambiental municipal; promover a produção sustentável, com base em um plano de uso de recursos naturais, em cooperação com órgãos de crédito e fomento; institucionalizar instrumentos participativos para promover o desenvolvimento local sustentável; articular junto a programas/fundos existentes critérios e/ou incentivos, objetivando o desenvolvimento local sustentável. upo aconselhou a criação de uma coordenação executiva, a ser definida posteriormente.	PGAIs PGAM Sub.Prog. MA PROVARZEA PDPI Proteger Negócios Sustentáveis PDA FUNCOPI/SPRN Unigestão Resex		MMA – SQA PNMA II PRONAF PROJETO ALVORADA COMUNIDADE SOLIDÁRIA COMUNIDADE ATIVA SEC. REC. HID. FNMA PRODEEM MMA-SQA (Projeto Guaia) PNMA II PRONAF Projeto, Alvorada Comunidade Solidária PNUD BNDES-GESPAR, Secretaria de Recursos Hídricos ANA FNMA Proambiente PCPRs Farol do Desenvolvimento / BNB.	ações focando especialmente dois setores da economia fortemente impactantes para a Região Amazônica: a agropecuária extensiva e os assentamentos rurais desordenados; são necessários pactos políticos para o desenvolvimento sustentável entre atores locais; articulação em nível local de projetos e linhas de atuação do Programa Piloto; maior integração com programas, projetos e políticas setoriais dos governos estaduais e federal.

3. 6 Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

A LT pretende dar continuidade às experiências iniciadas pelo Projeto de Ciência e Tecnologia, reforçando seus vínculos com os demais projetos do MCT e com as secretarias estaduais e os institutos de pesquisa vinculados, voltados para as regiões alvo do PP-G7. Neste sentido buscará direcionar a produção científica e tecnológica ao desenvolvimento sustentável.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Programas e projetos associados	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
6. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável	MCT MMA (SCA-AMA) INPA MCT (CNPq) MCT (Museu Goeldi) MCT (Mamirauá) MA (EMBRAPA) GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz	• Promover a integração da produção científica e tecnológica do SPC&T às demandas do dos projetos do Programa Piloto, seus projetos e beneficiários. • Articular as demandas de pesquisa da região amazônica e Mata Atlântica com as oportunidades oferecidas pela cooperação internacional; • Buscar soluções para as questões de ciência e tecnologia da região amazônica com o objetivo de suprir as demandas dos diversos atores (demais linhas temáticas do Programa), • Disseminar os resultados das pesquisas para as comunidades interessadas.	Subprograma de Ciência e Tecnologia AMA SPRN – ZEE INCLUIR TODOS OS SUB-PROG. DO PP-G7 UM COMPONENTE DE CAPACITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	JACARANDA Pesquisa Amaz. fase II Efeito desmatamento da várzea Pirarucu	Outros programas de pesquisa do MCT LBA	

4. AGENDA: Próximos passos

- Reunião da CCB (18/dez/01): reunião para pautar a continuidade do processo.
- Reunião CCC (fev/2002): aprecia versão corrigida do Documento - Base.
- Até marco de 2002: realização de todos os seminários das linhas temáticas (LTs)
- Reunião CCB (abr/2002): aprecia resultados dos seminários das linhas temáticas e define instrumentos institucionais e orçamentários para a 2ª fase.
- Reunião CCC (abr/2002): aprecia resultados dos seminários das linhas temáticas e instrumentos institucionais e orçamentários para a 2ª fase.
- Encontro nacional do Programa (iun/2002): criação de consenso entre as instituições envolvidas, definição de metas das linhas e propostas de novos projetos.
- Reunião CCB (iul/2002): aprecia propostas de pré-investimento para a formulação de novos projetos.
- Reunião CCC (iul/2002): aprecia propostas de pré-investimento para a formulação de novos projetos.

LT 1 Gestão Pública e Comunitária de Áreas Protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas)

A Coordenação do PP-G7 deverá voltar a contatar a SBF – MMA, a DIREC e a FUNAI com vistas a que retomem a liderança no processo de constituição da LT.

Ainda como recomendação do Seminário, a LT deverá discutir as seguintes ações:

- Capacitação em monitoramento e gestão participativa das Ucs; Avaliação da conservação da biodiversidade a partir de uma visão biorregional;
- Estabelecimento de critérios para a concessão de manejo em áreas públicas;
- Conclusão do processo de demarcação de áreas indígenas;
- Consolidação de mecanismos de participação de terceiros que assegurem recursos humanos para as Ucs;
- Desenvolvimento de modelos de gestão integrada para áreas protegidas onde exista sobreposição física de interesses;
- Consolidação, mapeamento e implementação de gestão participativa da água e dos recursos aquáticos;
- Implementação das prioridades definidas nos seminários do Pronabio a partir de ampla consulta às redes de ongs e movimentos sociais.

LT 2 - Produção Sustentável

A coordenação do seminário da LT ficará a cargo das seguintes instituições: Amigos da Terra, RMA, INCRA, PRONAF, SCA/PPG7/PDA, GTA; com a coordenação do MDA, SBF e Amigos da Terra. O secretário do processo de discussão deverá ser Jorg Zimmermann do PDA/PPG7. A pauta de discussões para a reunião da LT, a ser proposta deve compatibilizar as discussões do seminário, lacunas existentes e interação com outras linhas temáticas. As Reuniões da LT deverão ocorrer na 3ª semana de janeiro e após o carnaval.

Como sugestão do Seminário devem ser discutidas as seguintes temáticas na LT2:

- tornar consistente as dimensões do Estado fomentador e do Estado regulador/normatizador;
- desenvolver e disseminar modelos de produção sustentável, visando garantir a conservação dos recursos naturais;
- propiciar maior envolvimento e cooperação com o setor privado e financeiro, visando à adoção de práticas sustentáveis;
- estimular a cooperação entre instituições relevantes para o planejamento e a implementação de ações relativas à produção sustentável;
- incentivar a mobilização e a comunicação social no sentido de mostrar o que é produção sustentável;
- privilegiar a floresta como elemento essencial do desenvolvimento sustentável;

- promover a incorporação da dimensão de sustentabilidade nas atividades florestais/extrativistas e também nas atividades convencionais da agropecuária.
- fortalecer institucionalmente as organizações da sociedade civil;
- sensibilizar para o associativismo; e,
- apoio institucional às Organizações Não-Governamentais, em termos de estrutura, recursos para capacitação, recursos para articulação regional, comunicação etc.

LT 3 - Monitoramento, Prevenção e Controle Ambiental de queimadas e deflorestamento

A coordenação do processo de discussão ficará a cargo da Secretaria técnica do SPRN que deverá promover uma reunião da coordenação conjunta (CC), até março de 2002, com vistas a:

- formar equipe técnica para detalhar proposta contendo os insumos discutidos;
- consultar os atores referenciais;
- contratar uma equipe de consultoria para (re)elaboração da LT, revisando seus objetivos, incluindo metas e definindo lacunas; e,
- coordenar o processo de implementação da LT.

Sugestões do Seminário para discussão na LT3:

- estabelecimento de normativas de modelos pactuados pelos diferentes atores envolvidos na questão; revisão das políticas fiscais que beneficiam ações impactantes sobre a floresta;

- avaliação da dinâmica do desmatamento da Amazônia (estratificação); terceirização dos serviços de monitoramento;
- apoio ao controle social no monitoramento do desmatamento; contribuição para o acompanhamento e apoio dos processos de normatização ambiental;
- desenvolvimento e implementação dos instrumentos de defesa dos ecossistemas florestais no âmbito da função jurisdiscional, com o apoio ao Ministério Público, ao Judiciário, e
- Polícias Judiciárias; estabelecimento de um sistema nacional georreferenciado de cadastro de imóveis rurais;
- Integração dos sistemas de monitoramento nacional; facilitação do processo de participação social na tomada de decisões por meio de conselhos/câmaras.
- catalisar a desconcentração do Ibama para que os escritórios locais atuem de forma integrada com os objetivos do PPG7;
- capacitar para a elaboração e gestão de projetos voltados à sociedade civil da Amazônia;
- produzir de forma mais substancial materiais de avaliação e indicadores desenvolvidos pelo PPG7 para circular amplamente.

LT 4 – Desenvolvimento Territorial

A Dra. Marília Marreco (MDA) deverá liderar o processo de discussão da LT, coordenando:

- Levantamento do estado da arte das iniciativas existentes (AMA/SIGAM); e,
- Definindo o desenho operacional da LT.

Sugestões do Seminário para discussão na LT:

a) Sobre o zoneamento, discutir:

- cruzamento das informações do ZEE com as demandas das diversas linhas temáticas;
- a falta consenso sobre o que seja zoneamento e para o que se destina;
- ZEE como um instrumento para a gestão do desenvolvimento;
- ZEE em escalas diferenciadas, gerando informações que orientem as decisões;
- a metodologia atual do ZEE (obsoleta) e o PPG7 como agente que poderia ajudar a criar novos métodos, que incluam a vertente da negociação;

- PPG7 não necessariamente como elaborador do ZEE, mas sobretudo no seu uso para a gestão, pois existem dois processos de zoneamento: um gerado pelo conhecimento, informações, mapas etc., e outro, que é a ocupação e o real uso do solo;
- por que a maior parte do zoneamento legal da Amazônia é apenas virtual, baseia-se em normas que não se cumprem;
- ZEE como instrumento que ficou restrito aos técnicos, sem impacto na formulação de políticas;
- fortalecimento institucional para a gestão de conflitos;
- a articulação do ZEE ao fomento das produções sustentáveis;
- a importância da definição institucional de um plano de ordenamento territorial do país, aprovado como lei e base de decisão política;
- aprimoramento das políticas de uso do ZEE pelo estado e sociedade.

LT – 5 Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável

A Coordenação do PPG7, o AMA e o SPRN deverão liderar o processo inicial de constituição da LT, buscando para tanto:

- Contactar a ANAMAA e propor que seja a instituição coordenadora do processo;
- Sistematizar informações sobre experiências inovadoras e lições aprendidas de gestão ambiental municipal no âmbito do SPRN (identificar áreas de atuação, demandas locais e lacunas);
- Mobilizar e sensibilizar instituições parceiras da CCLT para participar do detalhamento da linha temática;

- *Workshop* de detalhamento da linha temática;
- Elaborar documento preliminar; e,
- Reunião de fechamento da linha temática.

Grupo 6 - Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

A Coordenação do processo de discussões ficará a cargo de MCT e AMA, com vistas a:

- Constituir uma ccordenação conjunta representativa;
- Realizar reuniões com vistas a melhor formatar a proposta de LT; e,
- Concluir o processo de constituição da LT.

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

DOCUMENTO-BASE PARA A ESTRUTURAÇÃO DA 2ª FASE
(com as alterações propostas no Seminário de 4 e 5 de dezembro)
18-12-01

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento é resultado de uma série de discussões realizadas no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestais do Brasil (PP-G7) a partir da Reunião de Participantes de Cuiabá e pretende servir como subsídio à elaboração do Projeto de estruturação da 2ª fase do Programa.

O documento encontra-se dividido em oito partes, seguidas de uma pequena bibliografia, um quadro com os nomes, siglas e situação dos sub-programas do PP-G7, um siglário dos projetos bilaterais associados e seis anexos com documentos básicos sobre o PP-G7 (Avaliação de Meio Termo do PP-G7; Conclusões da Avaliação de Meio Termo do PP-G7; Documento do Governo Brasileiro sobre a 2ª fase; Resolucões da Reunião de Participantes de Cuiabá; Sobre uma estratégia para o PP-G7 - Banco Mundial; Estudo Jurídico para uma proposta de estatuto para uma OSCIP para parte do PP-G7; Proposta de estrutura de uma OSCIP).

As primeiras partes apresentam um rápido histórico do Programa, de seus resultados e de algumas lições aprendidas que serviram como insumo à elaboração da proposta para a estruturação da 2ª fase. A seguir explicita-se o processo de constituição das linhas temáticas, sua conceituação, as linhas propostas e alguns dados básicos sobre cada uma delas. Por fim são apresentados dois pequenos ensaios: um sobre relações interinstitucionais do PP-G7 e o outro sobre alternativas para contratação para a 2ª fase.

2. BREVE PERFIL DO PROGRAMA PILOTO

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil ("Programa Piloto", "PP-G7") foi lançado oficialmente no país em 1992 como uma iniciativa conjunta do Governo do Brasil, da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional, visando a conservação das florestas tropicais da Amazônia e da Mata Atlântica.

Em seu desenho original, foi definido como *objetivo geral* "maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de forma consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil, através da implantação de uma metodologia de *desenvolvimento*

sustentável que contribuirá com a redução contínua do índice de desmatamento". Para alcançar este objetivo geral, foram definidos como *objetivos específicos*:

(i) demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais;

(ii) ajudar a preservar os enormes recursos genéticos das florestas tropicais;

(iii) reduzir a contribuição das florestas tropicais brasileiras com a emissão global de gás carbono; e

(iv) fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais.

Até o momento, as *principais linhas de ação* do Programa Piloto têm incluído: (i) demonstração e experimentação em formas de proteger as florestas e utilizá-las de maneira sustentável, (ii) proteção e conservação, (iii) fortalecimento institucional, (iv) pesquisa científica e (v) geração e disseminação de lições sobre estratégias de conservação de florestas tropicais, com relevância para o Brasil e outras regiões.

Os primeiros projetos do Programa Piloto foram aprovados em 1994 e tiveram a sua execução iniciada em 1995. No entanto, o cronograma de planejamento e execução dos diversos subprogramas e projetos é bastante variado. Enquanto alguns projetos encontram-se ainda em fase de planejamento, outros já concluíram uma primeira fase de execução.

Atualmente o Programa tem uma carteira com 27 componentes. Seis foram concluídos em 2000: Projeto Reservas Extrativas – Resex I, Subprograma de Pesquisa Direta I – PPDI, Centro de Ciência - CC, Apoio institucional ao Grupo de Trabalho Amazônico – GTA I, Apoio institucional à Rede Mata Atlântica – RMA I e Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia – Proteger I. Doze encontram-se em plena execução: Resex II, Projeto Terras Indígenas PPTAL, Projeto de Apoio ao Manejo Florestal - PROMANEJO, Subprograma dos Projetos Demonstrativos - PD/A, Sub-programa Ciência e Tecnologia - SPC&T, PPD II, Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA, Proteger II, GTA II, RMA II e Projeto de Manejo dos Recursos Naturais de Várzeas - PROVARZEA. Três estão em fase de pré-investimento: Coordenação, Sub-programa Mata Atlântica e Negócios Sustentáveis. Adicionalmente dois projetos estão sendo contratados: Projeto de Corredores Ecológicos e Projeto Demonstrativo Indígena - PDPI/PDA; e quatro encontram-se em preparação: Projeto de Controle à Incêndios e Deflorestamento - Prodesque, Subprograma C&T II, Institucional RMA e Institucional GTA.

O Programa Piloto inclui uma ampla gama de *beneficiários*, variando do pessoal da administração ambiental em diferentes níveis até comunidades indígenas e locais e a sociedade civil. As *partes interessadas* do Programa também incluem outros órgãos governamentais, o setor privado, a comunidade científica e a comunidade internacional.

Inicialmente, o orçamento total do Programa Piloto foi estimado em US$ 250 milhões, correspondente a uma primeira fase de implementação de três anos. Nesta época, previa-se que o Programa poderia ser estendido através de um acordo entre os Participantes. O financiamento do Programa Piloto é amparado pelos governos federal e estadual, e sociedade civil brasileiras, oito governos doadores e União Européia. Os três maiores financiadores são a Alemanha (41%), Comissão Européia (23%) e o Brasil (15%). Atualmente, o orçamento total estimado do Programa Piloto é de aproximadamente US$ 330 milhões. O valor total de contratos já assinados é de US$ 179 milhões, sendo que os gastos efetuados totalizam cerca de US$ 104 milhões.

Uma parte do financiamento dos doadores (US$ 58.2 milhões, 16% do total) tem sido canalizada através do *Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais* ("Rainforest Trust Fund" - RFT) administrado pela Unidade de Florestas Tropicais do Banco Mundial. A maior parte dos financiamentos externos é canalizada através de contratos de co-financiamento (US$ 137 milhões, 39% do total). A maioria das doações por co-financiamento é realizada através de procedimentos de cooperação bilateral. Além disso, existem os chamados projetos bilaterais associados, financiados principalmente pela Alemanha. A contrapartida brasileira inclui contribuições dos governos federal e estadual (US$ 27.5 milhões) e diversas comunidades e organizações não-governamentais (estimado em US$ 7.5 milhões).

A coordenação estratégica do Programa Piloto atualmente conta com as seguintes instâncias colegiadas: i) Reunião dos Participantes; ii) a *Comissão de Coordenação Brasileira (CCB)*, composta por representações dos principais executores do PPG7 em nível nacional, inclusive governos estaduais e redes de organizações da sociedade civil (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e a Rede Mata Atlântica – RMT); iii) a *Comissão de Coordenação dos Doadores – CCD*, composta por representantes do Banco Mundial e os países doadores; e iii) a *Comissão de Coordenação Conjunta – CCC*, que congrega representantes dos principais executores brasileiros e dos parceiros internacionais. A CCB e a CCC são presididas pelo Ministério do Meio Ambiente, que também desempenha a função de Secretaria Executiva da CCB. Atualmente, a Secretaria Executiva da CCB conta com o apoio de um *Comitê Executivo,* composto pelo Secretário Executivo, um Coordenador Estratégico e os titulares do SPRN, PD/A e o Projeto de Apóio ao Monitoramento e Análise (AMA).

3. A PRIMEIRA FASE DE IMPLEMENTAÇÂO DO PROGRAMA PILOTO [1]

O Programa Piloto constituiu a sua carteira de subprogramas e projetos a partir do envolvimento de diversos segmentos institucionais relevantes para as políticas de proteção e uso sustentável das florestas. Desta forma, o SPRN orientou-se para apoiar projetos em parceria com os governos estaduais, o PDA e PROTEGER concentraram grande parte das iniciativas voltadas à sociedade civil organizada, o PPTAL e Ciência e Tecnologia viabilizaram a inserção de outros ministérios em atuação conjunta com o do Meio Ambiente, e outros projetos como o PROMANEJO, o PROVARZEA e o Projeto RESEX vêm sendo implementados por outros segmentos do governo federal e da sociedade civil.

A primeira fase de execução do Programa Piloto foi orientada segundo estas vertentes institucionais, potencializando a contribuição de diversos segmentos do governo e da sociedade civil na busca de soluções para a conservação das florestas tropicais, superando uma tradição marcada por ações unilaterais da União.

Nesse contexto, a primeira fase do Programa Piloto desenvolveu linhas de atuação que tiveram como enfoques principais: políticas de descentralização e gestão ambiental integrada em parceria com órgãos estaduais de meio ambiente (SPRN); iniciativas piloto de produção sustentável, desenvolvidas por comunidades rurais e entidades de assessoria técnica (PDA); iniciativas comunitárias de controle de incêndios florestais (PROTEGER); demarcação de terras indígenas (PPTAL); implantação de Reservas Extrativistas (RESEX), manejo e proteção de recursos florestais, especialmente Florestas Nacionais (PROMANEJO); produção de conhecimento científico e tecnológico (SPC&T) e, mais recentemente, iniciativas voltadas para um maior envolvimento e divisão de responsabilidades com o setor privado (Negócios Sustentáveis).

Na primeira fase de implementação do Programa Piloto, foram alcançados importantes resultados, destacando-se os seguintes:

- ✓ Descentralização da gestão ambiental em áreas prioritárias dos estados amazônicos: aumento da capacidade de formulação de políticas ambientais estaduais; desenvolvimento de metodologias inovadoras de monitoramento, licenciamento e controle de desmatamento e queimadas (p.ex. Mato Grosso, Roraima); desenvolvimento de iniciativas inovadoras de zoneamento ecológico-econômico (p.ex. Acre); crescente envolvimento de prefeituras municipais na gestão ambiental (p.ex. Pará, Amapá); evolução do conceito de *gestão compartilhada*, através de parcerias entre diversos setores do governo e sociedade, como base para a conservação dos recursos naturais.

[1] A elaboração desta parte do texto foi baseada nas seguintes fontes: a) *Relatório Final. Revisão de Meio Termo do Programa Piloto*. Avaliação Independente (STCP, Indufor), 2000; c) *Proposta para a Segunda fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil*. SCA/MMA, 24/05/01, d) *Rumo a uma Estratégia para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Banco Mundial, 06/04/01, e d) *Resoluções da VI Reunião de Participantes do Programa Piloto*. Cuiabá - MT, 1° de junho de 2001.

- ✓ Proteção de Terras Indígenas: identificação de 93 terras indígenas e apoio para a demarcação e regularização de outras 149 áreas habitadas por povos indígenas, correspondente a 22 milhões de hectares; desenvolvimento de metodologias inovadoras de demarcação, vigilância comunitária e diagnóstico "etnoambiental";

- ✓ Reservas Extrativistas: Estabelecimento de 2,1 milhões de hectares de Reservas Extrativistas, através de ações de regularização fundiária, demarcação, sinalização, mobilização comunitária, elaboração de planos de utilização, produção sustentável, saúde e educação, e estratégias participativas de monitoramento socio-ambiental;

- ✓ Produção Sustentável: Implementação de 160 projetos demonstrativos no âmbito do PD/A, visando a geração de renda, o fortalecimento da base de subsistência, a utilização sustentável e conservação dos recursos naturais e capacitação gerencial entre comunidades locais; no âmbito do PROMANEJO, apoio para a implementação de iniciativas inovadoras de manejo florestal comunitário, implantação de Florestas Nacionais;

- ✓ Prevenção de Desmatamento e Queimadas: no âmbito do PROTEGER, o treinamento em prevenção de incêndios de mais de 12.000 pessoas em 322 municípios, em parceria com organizações da sociedade civil (Grupo de Trabalho Amazônico, Federações de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, etc.); e

- ✓ Produção de conhecimento científico e tecnológico: Através do Subprograma de Ciência e Tecnologia, o fortalecimento da infra-estrutura, gerenciamento e qualificação de recursos humanos de dois centros de ciência de excelência (INPA e Museu Goeldi); implementação de 53 projetos de pesquisa básica e aplicada.

Além disso, destacam-se os seguintes *resultados globais* da primeira fase de implementação do PPG7:

- ✓ A criação de novos espaços de participação da sociedade civil nas políticas públicas, especialmente entre grupos tradicionais emergentes (seringueiros, pescadores, mulheres, indígenas) que contribuiu para o alcance dos objetivos do PPG7 e, de forma mais ampla, o fortalecimento do capital social em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

- ✓ A viabilização de processos inéditos de negociação entre diversas esferas do governo, da sociedade civil e do setor privado, visando a construção de consensos (pactos políticos) em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, destaca-se a elaboração das Agendas Positivas, com apoio do SPRN, em nível estadual e regional, que definiram ações estratégicas para reduzir os índices de desmatamento, através de melhorias na eficiência e sustentabilidade de atividades agropecuárias e da valorização de produtos e serviços ambientais da floresta em pé;

- ✓ Introdução de novos princípios de colaboração e participação na cultura administrativa brasileira, particularmente entre as autoridades ambientais.

- ✓ Fortalecimento da capacidade do Ministério do Meio Ambiente para atuar na região amazônica;

- ✓ Desenvolvimento de abordagens inovadoras de cooperação internacional, direcionadas a problemas ambientais globais dentro de uma estrutura nacional complexa;

Não obstante os seus avanços e resultados alcançados, a eficiência e eficácia da primeira fase do Programa Piloto, no alcance de seus objetivos, foi prejudicado por algumas limitações e lacunas significativas. Para os fins do presente documento, vale salientar os seguintes pontos:

- A elaboração de uma carteira de subprogramas e projetos, a partir das demandas setoriais de diversas instituições e grupos interessados, dificultou a consolidação de uma *estratégia integrada em nível de Programa*, que permitisse uma maior articulação e sinergias entre instituições e iniciativas afins, dentro e fora do PPG7;

- O Programa Piloto não fomentou suficientemente a inserção de uma ótica de sustentabilidade entre políticas e programas de desenvolvimento econômico com fortes impactos sobre a ocupação e uso de recursos naturais na Amazônia (instrumentos econômicos, política fundiária, programas de infraestrutura), inclusive em termos do desenvolvimento e disseminação de iniciativas inovadoras, mantendo uma tendência de isolamento da área ambiental do governo;

- Por exemplo, apesar de ações pontuais realizadas no âmbito do Projeto RESEX e PPTAL, referentes a Reservas Extrativistas e Terras Indígenas, respectivamente, o Programa Piloto pouco contribuiu para avanços na resolução de problemas fundiários na região amazônica, a exemplo do desenvolvimento de metodologias para a implantação de assentamentos rurais em base sustentáveis.

- Apesar de suas contribuições valiosas para a implementação de experiências inovadoras de produção sustentável e conservação ambiental entre comunidades rurais, o PD/A enfatizou mais o atendimento de uma ampla gama de demandas para o financiamento de projetos, do que a produção de modelos sólidos e testados com possibilidade de disseminação. Ao mesmo tempo, o enfoque sobre técnicas de produção, especialmente em sistemas agroflorestais, tipicamente não foi acompanhado por medidas adequadas relacionadas à viabilização de cadeias produtivas (processamento, capacitação gerencial, “marketing” de produtos sustentáveis, etc.).

- Houve poucos avanços na articulação entre o Programa Piloto e outros programas ambientais importantes, a exemplo do Programa Nacional de Florestas (PNF) e o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) ambos coordenados pelo MMA e financiados através de empréstimos do Banco Mundial.

- A complexidade de procedimentos relacionados ao ciclo de preparação e contratação de projetos individuais, bem como a persistência de entraves administrativos na fase de implementação, especialmente no âmbito dos governos federal e estadual, têm-se constituído em fatores limitantes para uma maior agilização na implementação do Programa Piloto e, conseqüentemente, para o alcance de seus objetivos.

4. RUMO À SEGUNDA FASE DO PROGRAMA PILOTO

Desde 1999, tem ocorrido uma série de iniciativas voltadas para a avaliação da primeira fase de implementação do Programa Piloto e a definição das bases estratégicas para a sua continuidade, incorporando as lições aprendidas. Nesse sentido, destacam-se: i) a Revisão Institucional do Programa Piloto em 1999, que culminou na definição de novas instâncias de co-gestão (CCC, CCD, CCC), ii) a Revisão de Meio-Termo do PPG7, a partir de uma avaliação realizada por consultores independentes, no ano de 2000, e, iii) a realização da VI Reunião de Participantes do PPG7 em Cuiabá-MT, em maio de 2001.

Como resultados desse processo recente de avaliação e replanejamento do Programa Piloto, foram definidos os seguintes encaminhamentos sobre a segunda fase de implementação:

Nas resoluções da VI Reunião dos Participantes em Cuiabá, foi definida como missão do Programa Piloto, na segunda fase de execução "contribuir para as políticas de promoção da conservação e do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica brasileira e da Mata Atlântica, incluindo a devida atenção à melhoria das condições de vida das populações locais.

Para cumprir com esta missão, foram definidos os seguintes objetivos gerais para a segunda fase do Programa Piloto:

- Criação, validação e disseminação de conhecimentos no Brasil e no âmbito da Região Amazônica brasileira e da Mata Atlântica;
- Dinamização na adequação de políticas e mobilização de apoio político para sua adoção e sua efetiva implementação;
- Promoção e apoio seletivo de adoção e expansão de modelos e experiências bem-sucedidos; e,
- Fortalecimento da capacidade das instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada para implementação dessas políticas e aplicação de novos conhecimentos.

Sob esta ótica estratégica, considerou-se que o Programa continuará a contribuir com os seguintes objetivos de longo prazo:

- Desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- Conservação da Biodiversidade;

- Redução da emissão de gás carbônico; e
- Continuação da redução da taxa de desmatamento.

A transição do Programa Piloto para uma segunda fase, com sua aplicação progressiva em escala mais ampla, deve implicar em uma expansão seletiva por meio da: i) oferta de insumos para políticas mais eficazes; ii) utilização de seu poder catalisador de reunião e mobilização; e iii) absorção e sistematização de lições.

O Programa Piloto precisa ser orientado estrategicamente a partir de uma *visão de futuro* para a Amazônia e a Mata Atlântica, e da inserção do Programa na construção deste futuro. O Programa deve, sob a orientação da Coordenação Geral e o apoio do Projeto AMA e em parceria com o Banco Mundial, produzir um cronograma de elaboração de estudos e realização de seminários para, a partir do acúmulo existente, chegar a uma visão comum de futuro e da intervenção do PP-G7.

O Programa Piloto, em sua segunda fase, deve alcançar um novo patamar, em que seja possível implementar parcerias consistentes com importantes programas e projetos governamentais que têm influência decisiva nos processos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia e da Mata Atlântica, o que torna prioritário ampliar a escala dos resultados já obtidos e o estabelecimento de parcerias com programas e projetos ambientais correlatos, para que seja possível, com uma ação coordenada e com o apoio da sociedade civil organizada e do setor privado, viabilizar o manejo sustentável dos recursos naturais como opção prioritária para o desenvolvimento sustentável em áreas de florestas.

Neste sentido, a segunda fase do PPG7 deve considerar a necessidade de uma *maior articulação interna* dos seus subprogramas e projetos, inclusive dos projetos bilaterais associados que ainda não foram efetivamente internalizados no Programa, com vistas a otimizar o seu desenvolvimento. A *articulação interna* do PP-G7 entre os seus subprogramas e projetos, e a *externa*, com programas do MMA e de outros ministérios, deve ser uma das prioridades da segunda fase, em que se buscará, com vistas a ampliar suas ações e torná-las mais efetivas em relação às políticas públicas, articular-se melhor internamente as atividades do Programa, as do Programa com outras do MMA, e ainda com as de outros ministérios, no que se refere às florestas tropicais.

Além da maior articulação "interna" e "externa" ao Programa Piloto, o acúmulo da primeira fase assinala a necessidade da formulação de *novos subprogramas ou projetos voltados para o preenchimento de lacunas existentes em temáticas relevantes*. O Programa deve, a partir das avaliações em curso, assinalar as lacunas temáticas que orientarão a formulação de novos projetos para a segunda fase.

O Programa Piloto deve concentrar geograficamente suas atividades com vistas a garantir uma maior eficácia das ações, particulamente nas áreas de maior risco de desmatamento e degradação ambiental.

As atividades produtivas apoiadas pelo Programa, em particular as do âmbito do PD/A, devem buscar a sua sustentabilidade financeira.

Para maximizar o alcance de seus objetivos, devem ser reforçados os esforços de articulação interna dentro do governo, como também com a sociedade civil e setor privado.

O monitoramento, a análise e a disseminação das lições aprendidas na execução da primeira fase do Programa devem servir para um melhor encaminhamento da segunda fase, inclusive em termos da capacidade de influenciar políticas públicas.

O governo brasileiro deve adotar uma clara política de aumentar gradualmente os recursos financeiros orçamentários para o PP-G7.

A constituição de Linhas Temáticas (LTs) para a 2ª fase do PP-G7 foi aprovada como resolução da Reunião de Participantes de Cuiabá e busca atender, com seu formato organizacional e gerencial, os encaminhamentos relativos à necessidade de uma maior integração e capacidade de influenciar políticas públicas, incluindo aí uma estrutura de financiamento diferenciada.

5. CONCEITUAÇÃO DAS LINHAS TEMÁTICAS

A opção pela reformulação do Programa Piloto a partir da criação e operacionalização de linhas temáticas tem como objetivo selecionar um conjunto de temas estratégicos para a proteção e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras e fornecer um novo formato institucional.

Os temas estratégicos foram selecionados a partir do conhecimento acumulado durante a primeira fase do Programa. Com efeito, a atuação do PP-G7 gerou um importante conhecimento acumulado tanto com o sucesso de seus projetos demonstrativos, quanto com as debilidades que limitaram seu bom desempenho, como por exemplo, a baixa articulação dos projetos com políticas públicas mais gerais e a ausência de projetos em áreas estratégicas de proteção às florestas.
~~Neste paragrafo se repetem assuntos abordados nos antecedentes)~~

A linha temática é uma articulação de intervenções realizadas por meio de programas, subprogramas e projetos relevantes que integrem ou tenham afinidade com a carteira de projetos do PP-G7. Desta forma, cada LT pretende exercer uma função estruturante de políticas públicas em relação à sua temática, devendo idealmente se articular com o conjunto dos programas e projetos governamentais pertinentes.

A LT pode racionalizar diferentes atividades governamentais ~~de projetos~~ vinculadas a diferentes s~~s~~ecretarias ou m~~m~~inistérios, por meio da sua articulação em torno de objetivos e metas comuns. De modo similar aos Programas do Plano Plurianual (PPA), cada LT

deverá ter, com vistas a possibilitar um melhor gerenciamento e controle social: ementa com seus objetivos,; recursos ~~orçamentários,~~ de empréstimos e/ou de doações internacionais ~~alocadas~~; resultados ~~que deverão ser atingidos~~claros e funções dos participantes definidas.~~: ministérios e órgãos envolvidos.(Acho que essas questões não garantem controle social!!)~~

A linha temática, como instrumento gerencial, possibilita uma melhor articulação interna dos componentes do Programa, a ampliação da articulação do Programa com outras atividades governamentais correlatas e a formulação de novos projetos sobre temáticas ainda não atendidas. Assim, a LT não interfere garante a na autonomia administrativa necessária para os componentes atingirem os níveis de implementação desejados, mas possibilita que suas ações passem a ser coordenadas e, assim, possam ser otimizadas, orientando a ~~ao proporcionando ar a~~ formulação e a~~ção~~ execução de ~~realização de~~ atividades complementares e evitando a reprodução de atividades similares ou concorrentes.

Os coordenadores dos programas, subprogramas e projetos ~~serão co-coordenadores~~participarão da LT e devem entender a articulação de seu programa específico com os outros que integram a sua linha temática como um ganho em termos da otimização de resultados. Neste sentido, os objetivos e as metas da LT deverão, inicialmente, considerar a somatória de pelo menos parte dos objetivos e metas dos programas, subprogramas e projetos que a constituem, passando, a seguir, à definição de objetivos e metas próprios, a serem atingidos com a execução de novos projetos e das respectivas políticas públicas em que se inserem.

Resumindo, a constituição de uma LT pressupõe:

i) -a relevância da temática e da articulação dos projetos específicos com vistas a otimização de resultados;

ii) ~~,~~a concordância da coordenação dos projetos com um processo de integração gerencial com outros projetos similares; ~~e~~,

iii) ~~ainda,~~ a necessidade de um amplo trabalho de construção e de busca de ~~criação de~~ consensos entre as partes.

Instâncias de Gestão

Para a 2ª fase deverão ser mantidas todas as instâncias de gestão da 1ª fase, como a CCB, a CCD e a CCC. ~~**Referências à CCC e CCB aqui... (Para a 2ª fase deverão ser mantidas todas as instâncias de gestão...**~~

Uma instância de coordenação será criada para facilitar a integração, forçar a articulação, excluir a possibilidade de sobreposição, promover a execução conjunta e garantir a coerência das intervenções dos seus componentes. Essa coordenação conjunta~~A~~ da Linha Temática (CCLT) será composta pelas coordenações dos projetos integrantes, as representações dos ministérios envolvidos e pelas representações dos beneficiários – estados, municípios e sociedade civil, contando também com ~~uma~~ representações ~~ão~~ dos doadores como observadores. A CCLT é a instância de gestão da LT, elaborará objetivos e metas de execução física e financeira da

LT a partir das metas e recursos dos diferentes projetos, procurará a integração entre os projetos, a identificação e agregação de outros projetos de governo correlatos e zelará pelos resultados dos programas que a constituem. A CCLT deverá ser a instância que submeterá à CCB a aprovação de novos ~~a aprovar em primeira instância novos~~ projetos (exceto os transversais, como o de coordenação), a renovação dos já existentes ou a prorrogação dos seus prazos de vigência, para posterior encaminhamento~~deverão~~ à ~~CCB e~~ CCC.

A coordenação executiva da Linha Temática (CELT) será exercida por um membro da coordenação conjunta (CCLT). A CELT atuará como "animadora" da coordenação conjunta (marcando reuniões, mantendo os membros informados sobre o andamento dos projetos ~~a informada~~, etc.) e como instância gerencial da linha temática. A coordenação executiva tem função similar ao do gerente dos programas do Plano Plurianual (PPA) ~~(é melhor decrever essas funções que quase ninguem conhece)~~. Os Programas do PPA podem ser desenvolvidos por diferentes ministérios ou secretarias, mantém suas subordinações à hierarquia institucional existente, mas são coordenados por um gerente que transita pelos diferentes órgãos que a constituem.

As Coordenações Executivas estarão representadas no Comitê de Coordenação Geral do PP-G7, que atuará como primeira instância de articulação entre as seis LTs, além da Comissão de Coordenação Brasileira (CCB) e da Comissão de Coordenação Conjunta (CCC).

A grade de linhas temáticas

O documento do Governo brasileiro apresentado em Cuiabá[2], destacou as seguintes prioridades para a constituição de uma grade temática para as linhas: Gestão pública e social de áreas protegidas; Gestão ambiental municipal; Zoneamento e planejamento ambiental regional;Controle do desmatamento e aplicação da legislação florestal; Manejo florestal e consórcios agro-florestais; Assentamentos rurais sustentáveis; Negócios sustentáveis; Produção de conhecimento científico e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável; e, Recuperação de áreas degradadas.

Com o avanço das discussões os temas estratégicos foram limitados a seis, basicamente em virtude da capacidade gerencial do Programa, da melhor possibilidade de agrupamento das temáticas trabalhadas e de inclusão de novos temas identificados como lacunas.

Os subprogramas e projetos do PP-G7, outros programas do MMA e de outros ministérios, serão articulados nos seguintes temas estratégicos: (1) gestão pública e comunitária de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas); (2) produção sustentável; (3) monitoramento, prevenção e controle de queimadas e desflorestamento; (4) desenvolvimento territorial; (5) gestão ambiental municipal e desenvolvimento local sustentável; e (6) ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

[2] Proposta para a 2ª fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 24/05/01.

6. QUADROS SINTÉTICOS DAS LINHAS TEMÁTICAS.

As linhas temáticas buscam dar um novo formato institucional para a 2ª fase do PP-G7. Nos Quadros apresenta-se, para cada linha temática, um quadro mais preciso e detalhado.

Em cada Quadro a coluna Linha Temática (LT) apresenta do nome da LT, que é um resumo de seu tema prioritário de intervenção.

A segunda coluna, Coordenação Conjunta (CC), enumera as instituições - governamentais ou não – relevantes para a gestão da LT, procurando não ser excessivamente amplagrande por buscar atender à sua prático operacionalidade. Dos membros da CC deverá ser escolhidaeo uma Coordenação Executiva da Linha Temática (CELT) e, se necessário, uma Coordenação Adjunta.

A coluna Ações Estratégicas apresenta resumidamente as atividades que serão desenvolvidas pelo conjunto dos programas, sub-programas e projetos que constituem a LT.

A quarta coluna de Projetos e Subprogramas do PP-G7 enumera, exaustivamente, os projetos e sub-programas atualmente existentes em dseu novo formato institucional, isto é, agregados em LTs. Assim como dos Programas e projetos associados, tratando-se assim de uma primeira tentativa de internalização dos mesmos nos objetivos e programas do PP-G7.

Políticas e metas é uma coluna que deverá constar o conjunto das metas da LT, que inicialmente será o somatório dos programas e projetos que constituem a linha.

Outros Projetos e Programas Afins é o nome da coluna que, de uma forma menos extensiva, busca enumerar um conjunto de atividades correlatas às do PP-G7 mas que são exercidas fora do âmbito do Programa, que devem ser objeto de um processo de articulação com o PP-G7.

E, finalmente, a coluna Lacunas Temáticas para novos projetos, procura reservar às instituições que farão parte de cada LT a análise da mesma com vistas a encontrar lacunas que devem ser preenchidas com a formulação de novos projetos na 2ª fase do PP-G7. Ou seja, além de buscar otimizar as atividades já desenvolvidas por meio de sua articulação em uma LT, buscar-se-á formular novos projetos com vistas a novos financiamentos a atividades ainda não cobertas e necessárias à boa consecução dos objetivos estratégicos do PP-G7.

1. Gestão Pública e Comunitária de Áreas Protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas)

A LT gestão pública e social de áreas protegidas abrange um conjunto de demandas e iniciativas empreendidas no contexto da primeira fase do PP-G7, como as demarcações das terras indígenas realizadas no âmbito do PPTAL e a implantação de reservas extrativistas por meio do Resex, guardando relação direta com a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o Projeto áreas protegidas e com o conjunto das atividades do IBAMA e dos órgãos ambientais estaduais e municipais relacionadas à implantação de unidades de conservação, de corredores ecológicos, contemplando uma visão biorregional.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas com interface	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
1. Gestão Pública e Comunitária de Áreas Protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas)	MMA – SBF MMA-SCA MJ-FUNAI IBAMA-CNPT GTA-COIAB GTA-CNS GTA-ONG RMA INCRA ABEMA ANAMA ASSOC. RPPN OEMAS-AM OEMAS-MA Fórum Sec. MA Amaz	• Consolidação e expansão de iniciativas inovadoras de gestão comunitária e proteção de terras indígenas e unidades de conservação, envolvendo a cooperação entre poder público e populações tradicionais (p.ex. RESEX); • Consolidação de experiências-piloto de implantação de florestas públicas de manejo sustentável; • Apoio a estratégias inovadoras em áreas piloto de gestão de unidades de conservação de proteção integral, em nível federal, estadual e municipal (Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, etc.) • Desenvolvimento de ações preventivas em áreas de entorno de unidades de conservação e terras Indígenas, em articulação com programas de gestão biorregional (como por exemplo, corredores ecológicos e bacias hidrográficas) que também incluam educação ambiental e produção sustentável; • Apoio para a criação e implantação de novas áreas protegidas (unidades de conservação) e reconhecimento de terras indígenas.	RESEX PPTAL PROMANEJO-flonas Subprograma Mata Atlântica PDA Corredores Ecológicos SPCT SPRN PROVÁRZEA PDPI PROTEGER **Programas e projetos associados** Apoio Técnico UC Apoio Técnico Manejo MG (Projeto Doces Matas) PROMATA Preservação PR Preservação SP		Projeto ARPA Linhas de financiamento do FUNBIO Programa Nacional de Florestas (PNF) PROBIO Linhas de financiamento do CNPT Linhas de financiamento do FNMA ligadas à MA e Amazônia PROECOTUR Negócios sustentáveis Programa de DS do AP Programa de DS do AC Quem faz o que pela MA – RMA Capacitação e monitoramento da MA – RMA Prodeagro Planafloro Proj. de Apoio ao Mamirauá Preservação RJ Preservação RS Preservação SC Programa MA Proj. Jardim Botânico RJ PROECOS/DIREC/IBAMA SIVAM AVANÇA BRASIL EIXOS DE DESENVOLVIMENTO CALHA NORTE	Apoio à democratização da gestão pública (conselhos, etc) Resolução de conflitos entre moradores e Ucs

Recomendações do Seminário de 4 e 5 de dezembro para discussão na LT

- Capacitação em monitoramento e gestão participativa das Ucs; Avaliação da conservação da biodiversidade a partir de uma visão biorregional;
- Estabelecimento de critérios para a concessão de manejo em áreas públicas;
- Conclusão do processo de demarcação de áreas indígenas;
- Consolidação de mecanismos de participação de terceiros que assegurem recursos humanos para as Ucs;
- Desenvolvimento de modelos de gestão integrada para áreas protegidas onde exista sobreposição física de interesses;
- Consolidação, mapeamento e implementação de gestão participativa da água e dos recursos aquáticos;
- Implementação das prioridades definidas nos seminários do Pronabio a partir de ampla consulta às redes de ongs e movimentos sociais.

2. Produção Sustentável

Pretende-se com a Linha Temática Produção Sustentável resgatar e ampliar experiências acumuladas no âmbito do PP-G7, bem como de outros projetos governamentais ou não-governamentais, com vistas a promover a conservação dos recursos naturais através do fomento ao uso sustentável dos recursos naturais em escala comercial.

A esta linha devem se articular esforços já iniciados de articulação dos investimentos em produção em assentamentos rurais na região amazônica e na mata atlântica com a resolução do passivo ambiental acumulado, assim como de propostas como o PRODEX, dentro do MMA, e do PROAMBIENTE, da sociedade civil organizada.

Neste sentido, estarão também incluídas as iniciativas de recuperação de áreas degradadas. Além disto, pretende-se resgatar as propostas do Projeto Negócios Sustentáveis, com foco na viabilização de oportunidades e parcerias comerciais envolvendo produtos florestais ou desenvolvidos a partir de matérias primas florestais.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas com interface	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
2. Produção Sustentável	MMA-SCA (PD/A) MMA-SBF-PNF MDA-SPF MDA-INCRA MCT IBAMA-CNPT MJ-FUNAI GTA-CONTAG GTA-COIAB RMA-ASPTA Fórum Sec. MA Amaz Conselho Nacional da Reserva da Biofesra da Mata Atlântica	Implementação e disseminação de modelos de produção sustentável; apoio a negócios sustentáveis em todas as etapas da cadeia produtiva; desenvolvimento e adequação de instrumentos econômicos para apoiar a produção sustentável; desenvolvimento de estratégias inovadoras nos projetos de assentamentos de reforma agrária, com incentivo à implantação de sistemas de produção sustentável; capacitação de técnicos e agricultores familiares para os aspectos relacionados ao meio ambiente de forma integrada ao seu meio de vida (práticas ambientalmente adequadas); formação de uma rede de prestação de serviços de assistência técnica para a agricultura familiar, com foco em sistemas produtivos sustentáveis; capacitação de agricultores familiares e lideranças locais para atividades não-agrícolas no meio rural; apoio à formação de uma rede de informações a partir da integração dos bancos de dados existentes e a incorporação de novas formas de comunicação (Internet, linhas 0800 etc.); apoio à criação de agências locais de crédito, micro-crédito e cooperativas de crédito para os produtores familiares; apoio à organização de grupos de interesse por meio de práticas associativas; promoção de atividades e projetos que geram valor agregado da produção familiar; apoio à criação e implantação de agências regionais de comercialização; apoio à certificação de produtos de origem sustentável e da produção familiar; implementação de estratégias destinadas a recuperar/reabilitar reservas legais e áreas de preservação permanente, visando mitigar a fragmentação e promover a interligação dos fragmentos florestais; implementação de ações para viabilizar o uso sustentável de reservas legais;promoção de estudos sobre setores estratégicos da produção sustentável, assim como da discussão com atores do mercado; apoio à aproximação/adequação de linhas de financiamento à produção sustentável; promoção de pesquisas de mercado, de tecnologias e de aplicações industriais para os produtos florestais; estímulo à cooperação entre o setor privado e pequenos produtores; apoio a ações de conservação dos recursos naturais por meio do ecoturismo e do agroturismo; facilitação/viabilização do acesso a recursos para o apoio à infra-estrutura; apoio a ações de recuperação e uso sustentável dos recursos naturais no entorno de UCs; promoção de assistência técnica e capacitação a projetos produtivos sustentáveis no que se refere ao processamento de produtos e análise de mercados; envolvimento e cooperação com o setor privado com a finalidade de que este adote práticas sustentáveis.	PD/A PDPI RESEX PROMANEJO PROVARZEA Negócios Sustentáveis Subprograma Mata Atlântica SPCT SPNR-PGAI **Programas e projetos associados** Conservação Juréia Apoio Agric. PA Apoio Agric. AM		PROAMBIENTE Projeto de Agroextrativismo (PRODEX) Áreas Alteradas PRORENDA FNMA FUNBIO PNF MDA – SAF – SRA INCRA PRONAF FNO BNDES Comunidade Ativa Ematers e órgãos similares Cooperativas e ONGs	

Recomendações do Seminário de 4 e 5 de dezembro para discussão na LT

- tornar consistente as dimensões do Estado fomentador e do Estado regulador/normatizador;
- desenvolver e disseminar modelos de produção sustentável, visando garantir a conservação dos recursos naturais;
- propiciar maior envolvimento e cooperação com o setor privado e financeiro, visando à adoção de práticas sustentáveis;
- estimular a cooperação entre instituições relevantes para o planejamento e a implementação de ações relativas à produção sustentável;
- incentivar a mobilização e a comunicação social no sentido de mostrar o que é produção sustentável;
- privilegiar a floresta como elemento essencial do desenvolvimento sustentável;
- promover a incorporação da dimensão de sustentabilidade nas atividades florestais/extrativistas e também nas atividades convencionais da agropecuária.
- fortalecer institucionalmente as organizações da sociedade civil;
- sensibilizar para o associativismo; e,
- apoio institucional às Organizações Não-Governamentais, em termos de estrutura, recursos para capacitação, recursos para articulação regional, comunicação etc.

3. Monitoramento, Prevenção e Controle Ambiental de queimadas e deflorestamento

A LT buscará contribuir para o controle do desmatamento e para a aplicação da legislação ambiental, devendo contribuir para a constituição de um sistema de licenciamento e de monitoramento dos desmatamentos e queimadas que tenha abrangência regional, assim como apoiar programas ou projetos que busquem alternativas para as queimadas e o desmatamento, buscando assim integrar esforços e articular competências de instituições públicas e privadas.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
3. Monitoramento, Prevenção e Controle Ambiental de queimadas e deflorestamento	MMA-SCA(SPRN) MMA-SBF IBAMA MCT MIN. AGRIC. (EMBRAPA) GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz MDA FUNAI FÓRUM DO MP DA AMAZÔNIA SQA (PNMA II) CNA FED. INDÚSTRIAS POLÍCIAS MIN. DEFESA SEC. AGRIC. ESTADUAIS PREF. MUNICIPAIS	• Desenvolvimento e implementação de estratégias inovadoras de monitoramento, licenciamento e controle ambiental de atividades impactantes sobre a floresta, dando enfoque para desmatamento, queimadas e atividades madeireiras. • Consolidação e replicação de iniciativas inovadoras, em áreas como a implantação do licenciamento ambiental em propriedade rural, uso de instrumentos de sensoriamento remoto e geoprocessamento, atividades educativas e preventivas, mobilização da sociedade civil em parcerias com organizações governamentais, pactos políticos sobre o controle de queimadas, ,. • Efetivação de parcerias institucionais, garantindo a gestão descentralizada e compartilhada das ações, entre diferentes esferas do governo (IBAMA, OEMAs, Prefeituras, MP, Polícia Ambiental, etc.) da sociedade civil e do setor privado.	SPRN/UNIGESTÃO PROTEGER SPCT PROMANEJO PDA/PDPI FUNCOPI NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS SPRN/PCA **Programas e projetos associados**		PROARCO PREVFOGO PNMA II PNF Projeto Fogo Emergência Campanha de Agricultura sem Queimadas (EMBRAPA) FNMA SIVAM/SIPAM PROTOCOLOS VERDES PROAMBIENTE	Apoiar as ações dos Ministérios Públicos na Amazônia Legal Ampliar a área de abrangência do modelo de licenciamento da propriedade rural Expandir os protocolos municipais de controle de queimadas

Recomendações do Seminário de 4 e 5 de dezembro para discussão na LT

- estabelecimento de normativas de modelos pactuados pelos diferentes atores envolvidos na questão; revisão das políticas fiscais que beneficiam ações impactantes sobre a floresta;
- avaliação da dinâmica do desmatamento da Amazônia (estratificação); terceirização dos serviços de monitoramento;
- apoio ao controle social no monitoramento do desmatamento; contribuição para o acompanhamento e apoio dos processos de normatização ambiental;
- desenvolvimento e implementação dos instrumentos de defesa dos ecossistemas florestais no âmbito da função juridiscional, com o apoio ao Ministério Público, ao Judiciário, e
- Polícias Judiciárias; estabelecimento de um sistema nacional georreferenciado de cadastro de imóveis rurais;
- Integração dos sistemas de monitoramento nacional; facilitação do processo de participação social na tomada de decisões por meio de conselhos/câmaras.
- catalisar a desconcentração do Ibama para que os escritórios locais atuem de forma integrada com os objetivos do PPG7;
- capacitar para a elaboração e gestão de projetos voltados à sociedade civil da Amazônia;
- produzir de forma mais substancial materiais de avaliação e indicadores desenvolvidos pelo PPG7 para circular amplamente.

4. Desenvolvimento Territorial

A linha temática pretende contribuir para uma maior integração entre as políticas ambientais e demais políticas de desenvolvimento, tais como fundiária, agrícola e de transportes, incluídas nos PPA's federal, estaduais e municipais. Isto por meio da organização e disponibilização de informações relativas ao ordenamento territorial.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
4. Desenvolvimento Territorial	MDA MI MMA–SDS MMA-SCA MI MA (EMBRAPA) MCT MJ-FUNAI MP IBAMA-CSR GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz	• identificar incompatibilidades entre as legislações fundiária e ambiental e buscar soluções adequadas; • estimular a compatibilização e integração entre políticas estratégicas para as regiões amazônica e mata atlântica a partir de uma ótica ambiental; • sistematização e disseminação de informações sobre a situação fundiária na Amazônia e Mata Atlântica; • organização e disponibilização de informações para o ordenamento territorial; • promover a internalização de uma ótica de sustentabilidade ambiental nas políticas de ordenamento.	MMA – SDS SPRN – ZEE Corredores Ecológicos PPTAL Subprograma Mata Atlântica AMA/NAPIAM SPCT Provárzea **Programas e projetos associados** Áreas degradadas PA Desenv. AM		MDA-cadastramento fundiário Consórcio ZEE Brasil Eixos de Integração e Desenvolvimento do Avança Brasil IBAMA-cartografia EMBRAPA-zoneamento agro-ecológico PROBIO Governos estaduais Gov. RO PLANAFLORO Gov. MT PRODEAGRO Arpa IBAMA SIVAM Programas do MI BADAM (ADA) PPA PNF	Sistema de informações rurais Cadastro Nacional de Imóveis Rurais Sistema Público de Registro de Avançar no desenvolvimento de metodologias de negociação e gestão de conflitos sobre uso e ocupação da terra. Terras

Recomendações do Seminário de 4 e 5 de dezembro para discussão na LT

a) Sobre o zoneamento, discutir:

- cruzamento das informações do ZEE com as demandas das diversas linhas temáticas;
- a falta consenso sobre o que seja zoneamento e para o que se destina;
- ZEE como um instrumento para a gestão do desenvolvimento;
- ZEE em escalas diferenciadas, gerando informações que orientem as decisões;
- a metodologia atual do ZEE (obsoleta) e o PPG7 como agente que poderia ajudar a criar novos métodos, que incluam a vertente da negociação;
- PPG7 não necessariamente como elaborador do ZEE, mas sobretudo no seu uso para a gestão, pois existem dois processos de zoneamento: um gerado pelo conhecimento, informações, mapas etc., e outro, que é a ocupação e o real uso do solo;
- por que a maior parte do zoneamento legal da Amazônia é apenas virtual, baseia-se em normas que não se cumprem;
- ZEE como instrumento que ficou restrito aos técnicos, sem impacto na formulação de políticas;
- fortalecimento institucional para a gestão de conflitos;
- a articulação do ZEE ao fomento das produções sustentáveis;
- a importância da definição institucional de um plano de ordenamento territorial do país, aprovado como lei e base de decisão política;
- aprimoramento das políticas de uso do ZEE pelo estado e sociedade.

5. Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável

Pretende-se com a LT gestão municipal e desenvolvimento local sustentável aprofundar o processo de descentralização e de ação integrada por meio de um maior envolvimento dos municípios e das organizações sociais municipais em torno de propostas de gestão ambiental e de desenvolvimento microrregional sustentável.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
5. Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável	MMA-SCA (SPRN) MDA MCT COMUNIDADE SOLIDÁRIA Fórum Sec. MA Amaz GTA RMA ANAMA – Assoc. Nac. de Mun. E Meio Ambiente Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, Ministério da Justiça Funai, BNDES, CONTAG Fórum do Ministério Público de Meio Ambiente da Amazônia.	Suporte para a realização de atividades descentralizadas de gestão ambiental municipal, de forma articulada com iniciativas de desenvolvimento local sustentável em nível micro-regional; e, Implementação de estratégias inovadoras de diagnostico e planejamento participativo para o Desenvolvimento Local Sustentável, em nível micro-regional (bacias hidrográficas). implementar estratégias inovadoras de diagnóstico e planejamento participativos; implementar a gestão ambiental compartilhada, incluindo e fortalecendo a participação municipal; integrar as ações estratégicas do PPG7 em nível local (entre linhas temáticas); fortalecer o órgão municipal ambiental e a sociedade civil na implementação da gestão ambiental; apoiar consórcios municipais para a gestão ambiental integrada; incentivar a criação de instrumentos jurídicos e econômicos de apoio à sustentabilidade da gestão ambiental municipal; promover a produção sustentável, com base em um plano de uso de recursos naturais, em cooperação com órgãos de crédito e fomento; institucionalizar instrumentos participativos para promover o desenvolvimento local sustentável; articular junto a programas/fundos existentes critérios e/ou incentivos, objetivando o desenvolvimento local sustentável. upo aconselhou a criação de uma coordenação executiva, a ser definida posteriormente.	PGAIs PGAM Sub.Prog. MA PROVARZEA PDPI Proteger Negócios Sustentáveis PDA FUNCOPI/SPRN Unigestão Resex **Programas e projetos associados**		MMA – SQA PNMA II PRONAF PROJETO ALVORADA COMUNIDADE SOLIDÁRIA COMUNIDADE ATIVA SEC. REC. HID. FNMA PRODEEM MMA-SQA (Projeto Guaia) PNMA II PRONAF Projeto, Alvorada Comunidade Solidária PNUD BNDES-GESPAR, Secretaria de Recursos Hídricos ANA FNMA Proambiente PCPRs Farol do Desenvolvimento / BNB.	ações focando especialmente dois setores da economia fortemente impactantes para a Região Amazônica: a agropecuária extensiva e os assentamentos rurais desordenados; são necessários pactos políticos para o desenvolvimento sustentável entre atores locais; articulação em nível local de projetos e linhas de atuação do Programa Piloto; maior integração com programas, projetos e políticas setoriais dos governos estaduais e federal.

Recomendações do Seminário de 4 e 5 de dezembro para discussão na LT

- Sistematizar informações sobre experiências inovadoras e lições aprendidas de gestão ambiental municipal no âmbito do SPRN (identificar áreas de atuação, demandas locais e lacunas).

6. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

A LT pretende dar continuidade às experiências iniciadas pelo Projeto de Ciência e Tecnologia, reforçando seus vínculos com os demais projetos do MCT e com as secretarias estaduais e os institutos de pesquisa vinculados, voltados para as regiões alvo do PP-G7. Neste sentido buscará direcionar a produção científica e tecnológica ao desenvolvimento sustentável.

Linha Temática	Coordenação Conjunta	Ações Estratégicas	Projetos e Subprogramas do PPG7	Políticas e metas	Outros Projetos e Programas Afins	LACUNAS TEMÁTICAS PARA NOVOS PROJETOS
6. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável	MCT MMA (SCA-AMA) INPA MCT (CNPq) MCT (Museu Goeldi) MCT (Mamirauá) MA (EMBRAPA) GTA RMA Fórum Sec. MA Amaz	• Promover a integração da produção científica e tecnológica do SPC&T às demandas do dos projetos do Programa Piloto, seus projetos e beneficiários. • Articular as demandas de pesquisa da região amazônica e Mata Atlântica com as oportunidades oferecidas pela cooperação internacional; • Buscar soluções para as questões de ciência e tecnologia da região amazônica com o objetivo de suprir as demandas dos diversos atores (demais linhas temáticas do Programa), • Disseminar os resultados das pesquisas para as comunidades interessadas.	Subprograma de Ciência e Tecnologia AMA SPRN – ZEE **Programas e projetos associados** JACARANDA Pesquisa Amaz. fase II Efeito desmatamento da várzea Pirarucu		Outros programas de pesquisa do MCT LBA	

Sem recomendações do Seminário para discussão.

7. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.

A proposta das linhas temáticas como estrutura básica para a segunda fase do PPG7 lhe confere um caráter efetivo de programa interministerial, coordenado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e com a participação dos ministérios da Justiça, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário e Integração. Assim, ela articula e incorpora esforços e programas das instâncias do governo federal envolvidas na execução de projetos.

As linhas temáticas, abertas para novos projetos formulados pelos diferentes atores institucionais envolvidos no PPG7 – órgãos federais, estaduais, municipais, ongs, movimentos sociais e setor privado -, constituirão espaços de avaliação e proposição de programas e de políticas públicas pertinentes, que permitirão aprofundar a inserção destes atores no contexto da segunda fase.

Na sua primeira fase, o PPG7 apoiou o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente da região amazônica, os esforços para a produção de informações com vistas ao zoneamento ecológico econômico e as experiências de gestão ambiental integrada desenvolvidas em micro-regiões prioritárias. Novos sistemas de licenciamento rural, capacitação técnica dos Oemas, monitoramento ambiental e apoio ao ministério Público foram implementados. Uma primeira experiência de Pacto Federativo se desenvolve no Mato Grosso, com a transferência gradual de competências na área florestal da União para o Estado.

Para a sua segunda fase, pretende-se uma maior integração também dos Oemas da área de domínio da Mata Atlântica. Os fóruns de secretários estaduais estarão representados nas instâncias de gestão das várias linhas temáticas. Espera-se que os resultados acumulados no âmbito dos projetos em execução, como o SPRN, possam se desdobrar de forma mais integrada e articulada no âmbito da linha temática de controle do desmatamento, mas também na que se volta para a gestão ambiental municipal, além de permear as demais com novos projetos do seu interesse.

Na medida em que os estados adquirirem competências específicas no setor florestal através dos Pactos Federativos, o PPG7 estimulará a contratação direta dos estados, na forma de projetos bilaterais associados, que possam ser executados com maior agilidade e contribuir para a sedimentação de programas ambientais estaduais consistentes.

Pouco se acumulou em relação aos municípios no decorrer da execução da primeira fase do PP-G7. Através da linha temática voltada para gestão ambiental municipal, pretende-se um maior envolvimento da instância municipal com os objetivos gerais do Programa, potencializando o relevante papel que já tem na condução de políticas com impacto efetivo sobre o meio ambiente e as florestas.

Numa outra vertente, o PP-G7 apoiou as organizações da sociedade civil através das redes do GTA e da RMA e da execução de projetos, principalmente no âmbito do PDA. Os componentes que apresentaram os melhores níveis de execução foram aqueles que

contaram com a sociedade civil como executora. Durante a primeira fase do PP-G7, articulou-se um importante capital social, que tem conquistado espaços de influência junto às políticas públicas de suas áreas de interesse.

Para a segunda fase, pretende-se institucionalizar e sedimentar estas relações, através do apoio à constituição de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que possa gerir os projetos de seu interesse no âmbito do PPG7 e de outras iniciativas similares de parceria entre a sociedade civil e os poderes públicos.

O governo espera que, neste novo patamar de relações institucionais, a sociedade civil assuma o papel de protagonizar a formulação e gestão da linha temática de produção sustentável, em que se concentram os projetos de interesse mais direto dos movimentos sociais, mas também que as suas demandas possam permear o conjunto das linhas temáticas propostas, através da formulação de novos projetos. As redes estarão representadas nas instâncias de gestão de todas elas.

Pretende-se, ainda, que a alternativa do contrato privado possa ser utilizada com maior flexibilidade no decorrer da segunda fase, dispondo da competente autorização para tanto.

8. ALTERNATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DA SEGUNDA FASE.

~~**Recursos**~~

~~As fontes de financiamento para os projetos das LTs incluirão recursos orçamentários do Tesouro Nacional, os oriundos de empréstimos ou de doações internacionais, e os de origem para-fiscal dos programas, subprogramas e projetos que dela participem. As linhas temáticas podem também constituir fundos, das mesmas fontes anteriormente assinaladas, com vistas a apoiar seus programas e projetos.~~

~~As LTs apresentam vantagens operacionais frente aos projetos individualizados. A primeira delas decorre da possibilidade de facilitar a internalização de recursos para todo um conjunto de projetos, sem multiplicar os trâmites que se repetem na contratação e negociação de cada projeto específico.~~

~~1.~~A execução da primeira fase do Programa Piloto, ~~E~~em nível operacional, ~~a execução da primeira fase do Programa Piloto~~ pode ser dividida ~~tem sido marcada por~~ em duas etapas. A ~~U~~uma primeira de formulação e , ~~em que se iniciou a~~ aplicação de ~~as~~ múltiplas regras e procedimentos administrativos, próprios à complexidade dos arranjos contratuais de cada sub-programa e Pprojeto. A, ~~e uma~~ segunda, em que as coordenações de projetos passaram a negociar junto aos parceiros internos e externos condições de execução mais favoráveis, visando diminuir ~~o calvário d~~ os trâmites burocráticos necessários à sua implementação.

Formatados: Marcadores e numeração

~~2.~~No entanto, apesar dos avanços conseguidos, A as discussões realizadas durante ~~no âmbito d~~ a Revisão de Meio Termo, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Administrativos e Financeiros da Comissão de Coordenação Brasileira~~,~~ e do Fórum de Secretários Técnicos e Coordenadores de Projetos, mostraram que mesmo com as simplificações implementadas, os procedimentos ainda não estão adequados à natureza do Programa e que o tempo e os recursos gastos com os trâmites administrativos são excessivamente elevados.

~~3.~~Desta feita, ~~P~~ para uma maior eficiência na implementação da 2ª ~~segunda~~ fase, deve-se enfrentar dois desafios:

i) a necessidade de contar com instrumentos contratuais, que à diferença da primeira fase, facilitem e reforcem a integração dos componentes e o caráter programático das intervenções; e,
ii) a necessidade de simplificar o custo e tempo dos processos de pré-negociação, negociação, contratação, efetivação e execução financeira dos componentes do Programa.

É importante salientar que, nos últimos dois anos, os participantes do Programa têm realizado esforços visando integrar as intervenções e diminuir os processos administrativos para contratação e execução dos componentes, como é o caso do desenho e da contratação dos componentes PDPI, Sub-Programa Mata Atlântica e Prodesque dentro do contrato PDA, e dos componentes FUNCOPI, PGAM e Unigestão dentro do SPRN.

Entretanto, os resultados positivos dessas mudancas mostram que para facilitar a operacionalização desse tipo de iniciativa se faz necessário:

i) a definição de arranjos específicos que possam ser mais facilmente assimilados pelas esferas administrativas e burocráticas nos níveis nacional e internacional, como é o caso das linhas temáticas, que agrupam conjuntos de componentes; e,
ii) a formulação de instrumento legal específico, em nível nacional, que permita eliminar interpretações desvantajosas da legislação que regula os contratos de doação, eliminar as rotinas adicionais criadas em diversas instâncias administrativas mesmo que sem instrumento legal específico, e facilitar a adoção de diversas modalidades aplicáveis para a alocação de recursos de contrapartida. Neste caso, as soluções de curto prazo deverão ser propostas pelo Poder Executivo, na forma da lei, e deverão facilitar a implementação de componentes tanto pelos poderes públicos quanto pela sociedade civil e o setor privado.

~~5.~~Quanto à implementação de projetos pelos governos estaduais, as avaliações realizadas mostraram que não existe uma única proposta para resolver os problemas de atraso e de baixo desempenho na execução financeira, e que as soluções são bastante limitadas em função das legislações e políticas locais. Os esforços realizados para diminuir esses procedimentos não foram

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

suficientes e cada caso deverá ser tratado de forma independente. Como regra geral, é fundamental a introdução dos seguintes critérios e procedimentos para as atividades que envolvem os estados:

i) garantir a competitividade no acesso aos recursos;
ii) evitar a definição antecipada de tetos financeiros para períodos maiores que dois anos, ou que excedam o planejamento apresentado; iii) reforçar o papel das instâncias colegiadas de decisão sobre as ações a serem desenvolvidas; e,
iii) fomentar a integração com outras ações do Programa; e v) admitir o remanejamento de recursos quando ficar comprovado o seu baixo nível de execução financeira, sujeito à aprovação da CCC.

Formatados: Marcadores e numeração

6. O aumento dos recursos disponíveis no Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais – RFT, ou em mecanismo similar, é condição "sine qua non" para a formulação de novos projetos para a 2ª segunda fase e para facilitar a implementação dos vários componentes. O RFT tem mostrado, em função da sua flexibilidade para o apoiar as múltiplas categorias de atividades: financiamento, as atividades desde às de pré-investimento, e às atividades estratégicas prioritárias em curto prazo.

Formatados: Marcadores e numeração

Modalidades de contratação propostas:

7. A aprovação de qualquer novo projeto no Programa Piloto será realizada seguindo as determinações da V Reunião dos Participantes, a partir da formulação da sua concepção básica, da sua preparação, de sua discussão no âmbito da Coordenação Conjunta da sua Linha Temática, e da sua aprovação final pela CCB e pelo doador envolvido. As modalidades de contratação que podem ser utilizadas são:

Formatados: Marcadores e numeração

1. Contratos com a União: Seguirão o formato atual e incluirão simplificações no processo de pré-negociação, negociação e contratação, implicando em uma redução do tempo desse ciclo do lado brasileiro. Haverá um único contrato por doador, onde serão especificadas as linhas temáticas de interesse para financiamento e o montante de recursos estimados. Os projetos específicos que serão financiados por cada linha serão aprovados pelo doador. Desta forma espera-se reduzir o número de contratos governamentais, ao invés de um contrato por projeto e por doador, um único contrato por doador e para as várias LT que serão apoiadas.

2. Contratos Privados: Tramitados diretamente entre o Doador e a Agência executora, com a participação da Coordenação Geral do Programa, utilizando um outro instrumento específico (Acordo de Cooperação Técnica, Convênio ou Contrato). Cuidado especial deve ser dado quando da definição da contrapartida, tendo em vista que recursos do Tesouro Nacional, definidos no orçamento e vinculados a recursos externos, não poderão ser utilizados.

~~c.~~3. Contratos com Agências Federais: Envolve o Doador e a Autarquia ou Fundação. Esta modalidade simplifica o ciclo de contratação em função da ~~de que as autarquias tem~~ autonomia administrativa das autarquias para efetivar esses compromissos. A assinatura deste tipo de contrato será condicionada á efetivação de um instrumento legal definindo claramente as responsabilidades entre o beneficiário e a Coordenação Geral do Programa. ~~Para este tipo de acordo serão válidas as diretrizes do parágrafo 4.~~

~~b.~~4. Contratos com os Estados: Seguirão o formato dos atuais bilaterais associados, porém a sua assinatura será condicionada a assinatura do Pacto Federativo e ao cumprimento de condições específicas em função da linha temática que será abordada. Estes contratos estabeleceram cláusulas que permitam garantir algumas ~~s~~ condições prévias~~básicas indicadas no parágrafo 4~~.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatados: Marcadores e numeração

Referências bibliograficas

Relatório Final, Revisão de Meio Termo do Programa Piloto, Avaliação Independente (STCP, Indufor), 2000

Proposta para a Segunda fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil, SCA/MMA, 24/05/01

Rumo a uma Estratégia para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Banco Mundial, 06/04/01

Resoluções da VI Reunião de Participantes do Programa Piloto, Cuiabá - MT, 1° de junho de 2001

SUB-PROGRAMAS E PROJETOS DO PP-G7

PROJETOS CONCLUÍDOS* E EM EXECUÇÃO

1. Projetos Demonstrativos **(PD/A)**	1.1 Gerar conhecimentos e demonstrar viabilidade de projetos de conservação, preservação e manejo dos Recursos Naturais com o envolvimento e a participação das comunidades locais. 1.2 Consolidar e disseminar métodos e tecnologias comprovados. 1.3 Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais para o desenvolvimento de projetos de conservação e para a participação em políticas públicas
2. Demarcação de terras indígenas **(PPTAL)**	2.1 Melhorar a conservação dos recursos naturais nas áreas indígenas por meio da regularização de terras 2.2 Proteção das populações e áreas indígenas
3. Projetos Demonstrativos Indígenas **(PDPI)**	Contribuir para a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas
4. Reservas Extrativistas **(RESEX)** I* e II	4.1 Completar o processo de legalização das RESEX para as comunidades locais 4.2 Fortalecer as organizações comunitárias e prover infraestrutura social nas RESEX 4.3 Desenvolver e testar tecnologias para melhorar produtividade e comercialização de produtos florestais não madereiros 4.4 Aprimorar o manejo comunitário dos recursos naturais 4.5 Promover método participativo de gestão e administração das RESEX (Governo – sociedade)
5. Projeto de Política de Recursos Naturais **(SPRN)**	5.1 Consolidação de estruturas operativas de 9 organismos ambientais, incluindo capacitação de seus funcionários. 5.2 Reforço da capacidade local para formular políticas, incluindo a instalação de estruturas mistas (governo e sociedade) 5.3 Desenvolvimento de metodologias e instrumentos de comando e controle em 9 estados 5.4 Consolidação da parcerias inter-institucionais 5.5 Identificação de problemas socio-ambientais e desenho de políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável 5.6 Desenvolvimento de iniciativas inovadoras de zoneamento adaptadas às realidades específicas
6. Projeto de Prevenção à Incêndios, Mobilização e Treinamento **(PROTEGER)** I* e II	6.1 Mobilização e treinamento de comunidades rurais em prevenção de queimadas e incêndios florestais na Amazônia 7.2 Criação de brigadas comunitárias de combate a incêndios 7.3 Realização de estudos sobre alternativas ao uso do fogo
8. Manejo de Recursos Florestais **(PROMANEJO)**	8.1 Propor reformas nas políticas de incentivo que afetam o setor florestal 8.2 Encorajar o setor privado e comunidades a desenvolver técnicas de manejo sustentável, colhendo lições a partir do financiamento de iniciativas promissoras 8.3 Implementar sistema piloto de monitoramento e controle em uma área de extração de madeira no Pará (terra firme) e no Amazonas (várzea) 8.4 Implantar plano de manejo da FLONA Tapajós
9. Sub-Programa de Pesquisa Direta **(PPD)** I*	9.1 Infraestrutura de p[esquisa para o Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e para O Museu Paraense Emílio Goeldi 9.2 Divulgação científica dos resultados 9.3 Formação de recursos humanos nos centros de excelência 9.4 Realização de 53 projetos de pesquisa aplicada 9.5 Mobilização da comunidade científica em busca de alternativas de desenvolvimento sustentável
10. Centro de Ciência **(CC)** I*	
11. Unidade de monitoramento e análise de política **(AMA)**	11.1 Promover conhecimento sobre o PP-G7 e sobre a aplicação de suas lições estratégicas
12. Manejo de Recursos da Várzeas **(PROVARZEA)**	12.1 Propor formulação de políticas 12.2 Desenvolver sistema de gerenciamento dos recursos naturais 12.3 Implantar sistema de monitoramento de controle de várzeas em Santarém e Silves

13. Suporte a Redes de ONGs - GTA I* e II	13.1 Assegurar participação do GTA no PD/A 13.2 Apoiar o GTA com vistas a que monitore políticas públicas para a Amazônia
14. Suporte a Redes de ONGs - RMA I* e II	14.1 Assegurar a participação da RMA no PD/A 14.2 Apoiar a RMA com vistas e que monitore políticas públicas

PROJETOS EM PRÉ-INVESTIMENTO** e PREPARAÇÃO***

15. Projetos Demonstrativos (PD/A) - Sub-Programa Mata Atlântica**	15.1 Gerar conhecimentos e demonstrar viabilidade de projetos de conservação, preservação e manejo dos Recursos Naturais com o envolvimento e a participação das comunidades locais. 15.2 Consolidar e disseminar métodos e tecnologias comprovados. 15.3 Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais para o desenvolvimento de projetos de conservação e para a participação em políticas públicas
16. Negócios sustentáveis**	
17. Coordenação do Programa PP-G7**	17.1 Gerenciamento e coordenação 17.2 Acompanhamento físico e financeiro 17.3 Interação e troca entre subprogramas e projetos 17.4 Apoio a políticas públicas
18. Projeto Corredores Ecológicos**	Contribuir para a conservação a partir do teste de um modelo de gestão microrregional baseado na experiência do PP-G7 por meio da implementação de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica
19. Projetos Demonstrativos (PD/A) II***	19.1Gerar conhecimentos sobre conservação, preservação e manejo dos RN por meio de atividades demonstrativas com o envolvimento das comunidades locais. 19.2Transferir o conhecimento resultante das experiências para outras comunidades, técnicos do governo, etc. 19.3Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais
20. Projeto de Controle à Incêndios e Deflorestamento (PRODESQUE)***	Contribuir para reduzir as taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia
21. Sub-Programa Centro de Ciência – Centro de Ciência II***	21.1Fortalecimento institucional 21.2Reabilitação e expansão da infraestrutura de pesquisa e equipamento 21.3Aumentar capacitação de RH 21.4 Disseminação dos resultados da pesquisa 21.5 Estudos de políticas chave e plano estratégico
22. Suporte a Redes de ONGs - GTA III***	
23. Suporte a Redes de ONGs - RMA III***	

PROJETOS BILATERAIS ASSOCIADOS AO PP-G7

APOIO TÉCNICO UC - Apoio Técnico Administrativo para a Execução do Componente Unidades de Conservação do PNMA

APOIO TÉCNICO MANEJO MG - Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Região da Mata Atlântica de Minas Gerais

PROMATA - Protecão da Mata Atlântica em Minas Gerais

PRESERVAÇÃO PR - Preservacão da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado do Paraná

PRESERVAÇÃO SP - Preservacão da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado de São Paulo

PESQUISA AMAZ. FASE II - Pesquisa na Floresta Amazônica Brasileira – Fase II

EFEITO DESMATAMENTO DA VÁRZEA - Efeito do Desmatamento da Várzea sobre a Abundância e Diversidade de Micro-crustáceos, peixes e tartarugas

PIRARUCU - O Pirarucu: caracterizacão de populacões, biologia e cultivo

CONSERVAÇÃO JURÉIA - Desenvolvimento comunitário e conservacão da mata atlântica na região do Iguape-Juréia

APOIO AGRIC. PA - Apoio aos pequenos agricultores do estado do Pará

APOIO AGRIC. AM - Projeto de apoio aos pequenos produtores no estado do Amazonas

DESENV. AM - Plano de desenvolvimento setorial agrícola para o estado do Amazonas

ÁREAS DEGRADADAS PA - Estudo do Plano Diretor para recuperação das áreas degradadas no estado do Pará

Anexos em meio eletrônico (disquete):

1. **Avaliação de Meio Termo do PP-G7**
2. **Conclusões da Avaliação de Meio Termo do PP-G7**
3. **Documento do Governo Brasileiro sobre a 2ª fase**
4. **Resoluções da Reunião de Participantes de Cuiabá**
5. **Sobre uma estratégia para o PP-G7 (Banco Mundial)**
6. **Estudo Jurídico para uma proposta de estatuto para uma OSCIP para parte do PP-G7**
7. **Proposta de estrutura de uma OSCIP**

Acervo ISA

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Comissão de Coordenação Brasileira

Revisão do Meio termo
Conclusões

A. Balanco geral dos compromissos assumidos na 5ª Reunião dos Participantes

Assunto – Conclusões Gerais	Compromissos assumidos	Situacão atual
Maior liderança do Governo Brasileiro	Criação e operacionalização da CCB, CCD e CCC.	Concluído
Criação e operação de novas instâncias de decisão	Definição de Regimento Interno da CCC	Concluído
Próxima Reunião dos Participantes após a RMT	3. Realização da Revisão de Meio Termo	Concluído

1. Assunto – Reforma Institucional	Compromissos assumidos	Situação atual
Regras e procedimentos para funcionamento da CCC.	Incorporação das sugestões no Regimento Interno da CCC.	Realizado.
Delegação de responsabilidades sobre aplicação de recursos do RFT para a CCC.	Incorporação dessa atribuição nas funções da CCC.	Realizado.
Definir funcionamento do IAG.	Concluir os Termos de Referência e implementar ajustes.	Realizado.
Modelo de gestão do Programa no nível brasileiro.	Questão brasileira que será submetida a discussão somente em caso de necessidade de financiamento.	Realizado, através do Projeto de Apoio à Coordenação.
Coordenação estratégica pelo Governo Brasileiro.	O Governo Brasileiro informará sobre os custos, prazos e mecanismos de decisão para reforçar a Coordenação Estratégica.	Realizado. Submetido para apreciação na 1ª e 2ª Reunião da CCC. Aprovados US$300 mil para tal finalidade e Projeto específico em fase final de preparação.

2. Assunto - Arranjos Financeiros e Ciclo dos Projetos	Compromissos assumidos	Situação atual
Flexibilização e agilização de regras e procedimentos.	Os Doadores, Governo Brasileiro e Banco Mundial buscarão flexibilizar e agilizar as suas regras e procedimentos.	Pouco avanço. A CCB preparou um roteiro que nivela as exigências das instituições envolvidas eliminando trâmites duplicados, entretanto, parece que não é suficiente. Novos ajustes somente serão possíveis através de regulamentação específica. No nível externo foi observada disposição a resolver os problemas dentro de limites relacionados a políticas internas. Pode-se entender que em ambos casos tem-se chegado ao limite.
Agrupação de Projetos em subprogramas e busca de um fundo único com regras únicas.	Agrupar os projetos em subprogramas. O PPG7 deve buscar, em longo prazo, um fundo único com um conjunto único de regras e critérios.	Realizado na medida do possível para novos projetos. Posições assumidas pelos doadores mostram que o Fundo Único não é viável.
Flexibilidade e simplicidade de arranjos financeiros.	Os arranjos financeiros devem refletir o máximo de simplicidade, flexibilidade (ao longo do tempo), transparência e clareza dos papéis das instituições.	Realizado para os novos projetos e componentes do Programa.
Planejamento, gerenciamento e supervisão de Projetos por resultados.	Incorporar a gestão por resultados nos Projetos.	Pouco aplicado. Foram constatadas normas não adequadas a esse método de gestão. Ajustes no modelo de gestão dos processos são necessários.
Financiamento de Projetos por etapas	Os projetos podem ser implementados e financiados por etapas.	Realizado para projetos novos.

Acervo ISA

2. Assunto – Arranjos Financeiros e Ciclo dos Projetos	Compromissos assumidos	Situação atual
Realocação de recursos	A baixa performance na execução podem levar à realocação ou ao cancelamento de recursos. Os critérios e indicadores de avaliação da perfomance deverão ser definidos previamente, incluindo as condições externas fora do controle dos executores.	Não realizado. Existe resistência para a operacionalização desta sugestão.
Concepção básica para novas propostas	Incorporação de documento de Concepção Básica de Projeto para iniciar o processo de preparação.	Realizado.
Participação do RFT no financiamento de Projetos.	O RFT não participará necessariamente em todos os projetos.	Realizado.
Recursos adicionais de contrapartida brasileira.	O Governo Brasileiro buscará aplicar recursos adicionais de contrapartida para a gestão do Programa.	Não realizado. Esta é uma tarefa de médio prazo e exige o esforço de todos os membros da CCB.
Forma de disponibilização de recursos do RFT.	A forma de disponibilização dos recursos do RFT ao Governo Brasileiro para atividades em nível do Programa será detalhada pela Comissão de Coordenação Conjunta.	Realizado.
Orçamento anual do Banco Mundial e do Governo para Coordenação do Programa	O Banco Mundial e o MMA apresentarão cada um o seu plano e orçamento anual para o uso de recursos do RFT à CCC para aprovação e prestarão contas de tais usos.	Realizado. O saldo do RFT não é suficiente para financiar as despesas anuais do Banco (US$ 2 milhões/ano) e no Governo Brasileiro (US$ 0,5 milhões por ano).
Agilização de processos de negociação e contratação de Projetos no Governo Brasileiro.	O Governo Brasileiro buscará agilizar o processo de aprovação de acordos de doação e de cooperação técnica.	Não concluído. As regras vigentes são limitantes. O trabalho da Comissão de Assuntos Financeiro permitiu facilitar os trâmites, mas, os problemas somente poderão ser superados com regulamentação específica.
Resolução do RFT	A Resolução do RFT (do Conselho Executivo do Banco Mundial) deverá ser adequada às novas regras e responsabilidades.	Não realizado.
Acordo Geral entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial.	Preparar emenda ao acordo "guarda-chuva" entre o Banco e o Governo, para posterior aprovação pelo Senado.	Não realizado. A preparação e tramitação deste documento ainda não se justificam.

3. Assunto – Revisão de Meio Termo	Compromissos assumidos	Situação atual
RMT	Aplicar diretrizes metodológicas e de logística definidas para a realização da RMT.	Realizado. Há varias lições que podem ser extraídas do processo relacionadas ao benefício e custo desse tipo de processo.

4. Assuntos diversos	Compromissos assumidos	Situação atual
Tornar o Programa mais atraente.	Aprimorar mecanismos para internalização de recursos.	Não realizado. As limitações decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal mostram que a busca de alternativas é prioritária.
Disseminação.	Ampliar mecanismos de disseminação.	Não realizado. Atrasos no AMA influenciaram o não atendimento do compromisso.

B. Intervenções imediatas aprovadas pela CCB a partir da RMT

A CCB concordou em que os seguintes aspectos deverão ser trabalhados, cabendo à Secretaria Executiva a sua operacionalização.

Referentes à estratégia do Programa:

1. Definir visão e estrutura lógica (incluindo indicadores e metas) para melhor orientar os componentes.
2. Desenvolver estratégia de transição de caráter piloto para operacional

Acervo ISA

3. Desenvolver instrumentos econômicos em apoio a alternativas sustentáveis
4. Propor mecanismos de financiamento da conservação de longo prazo
5. Definir o modelo gerencial para garantir uma gestão estratégica, especificando as atribuições e poder de decisão.
6. Desenvolver modelo gerencial alternativo e complementar

Novas intervenções:

1. Desenvolver modelos de assistência técnica.
2. Priorizar novas intervenções no arco do desmatamento.
3. O Programa Piloto deve se concentrar em áreas críticas e onde possa trazer maiores benefícios.
4. A fiscalização deve fazer parte de uma estratégia de monitoramento, educação, fortalecimento institucional e de disponibilidade de alternativas econômicas.
5. O Subprograma de C&T deve preencher as lacunas de conhecimento existentes.

Comunicação, disseminação e articulação interna e externa

1. Fortalecer sistemas de disseminação.
2. Sistematizar e gerir o conhecimento.
3. Apoiar iniciativas municipais, estaduais e locais como mecanismo de demonstrar ao público a importância da parceria com o Programa.
4. A comunicação deve ser eficiente.
5. Realizar seminários temáticos, intercâmbio de especialistas, colaboração com instituições afins e fóruns na internet.
6. Articular com políticas, programas e mecanismos que contribuam com os objetivos do Programa.
7. Estabelecer ligações institucionais entre os Centros de Ciência e outros parceiros do Programa.
8. O Programa deve ser mais ativo na estimulação de investimentos do setor privado.
9. Efetivar uma maior participação da sociedade civil: incorporar resultados do estudo de participação.

Monitoramento e avaliação:

1. Monitorar a mudança do uso da terra e utilização de recursos naturais.
2. Por em prática procedimentos adequados de avaliação e validação.
3. Reforçar as funções de monitoramento e avaliação nos projetos com dificuldades a partir do AMA.
4. Gerar conhecimentos sobre impactos das políticas para identificar necessidades de ajuste.

Implementação dos Componentes:

1. Governo e doadores devem buscar a simplificação das suas regras e procedimentos visando maior agilidade e flexibilidade.
2. O Planejamento, gerenciamento e supervisão dos Projetos devem ser feitos por resultados.
3. Baixa performance na execução de um Projeto pode levar a realocação e cancelamento dos recursos seguindo critérios específicos.
4. Aprimorar os processos administrativos e de tomada de decisão do ciclo dos Projetos.
5. Clara divisão de responsabilidades de atores locais para resolver conflitos.
6. Evitar processos centralizadores.
7. Garantir que a Coordenação do Programa participe da supervisão/avaliação dos Projetos visando garantir a consideração dos aspectos programáticos.
8. Elaborar estratégia de planejamento comum dos Projetos.
9. A Coordenação deve assumir a responsabilidade de definir as relações de oferta e procura entre os componentes do Programa.

Acervo ISA

10. Utilizar projetos como base da integração espacial de intervenções (SPRN e Corredores).

C. Outros assuntos aprovados pela CCB não incluídos no relatório da RMT

- A Secretaria Executiva da CCB deve ser fortalecida, reforçando a sua função articuladora e integradora como instância máxima de decisão do Governo Brasileiro e não somente da SCA/MMA. A Secretaria Executiva será exercida por um Comitê, presidido por um dos seus membros.

- Na nova fase do Programa é importante expandir as articulações com a Defesa Civil visando trabalhar as ações de caráter preventivo, principalmente no que se refere ao combate ao fogo.

- Ênfase deve ser dada ao acompanhamento e integração das ações do Programa com o Grupo Executivo criado pelo BNDES, BASA, Banco do Brasil, SUFRAMA, SUDAM, MMA, MCT e MI com o objetivo de integrar e articular as políticas de desenvolvimento da Amazônia.

- É importante avaliar e retomar as discussões estratégicas no âmbito do CONAMAZ visando o fortalecimento do Programa.

- Deve-se avaliar a utilização dos instrumentos econômicos já criados e pouco utilizados (caso do Protocolo Verde) e a sua interface com o PPG7.

- Foram destacadas como deficiências da primeira fase do Programa, que devem ser priorizadas na segunda: i)articulação institucional dos atores; ii)articulação de subprogramas e projetos; e iii)complexidade de procedimentos operacionais. Foi salientado que a relação com a iniciativa privada tem que sair do pontual.

- Como lição do processo de Revisão de Meio Termo devemos incorporar em próximas decisões o fato de que o processo não foi satisfatório, houve muitas deficiências de caráter metodológico e a relação benefício e custo foi muito pequena. Foi salientado que é difícil que um grupo independente consiga visualizar e entender a complexidade do Programa, sendo que esta deve ser uma função permanente da CCB e CCC. Para o futuro, estas instâncias devem concentrar essa função, mudando radicalmente a metodologia tradicional de avaliação utilizando equipes de consultores com altos custos. Os membros da CCB concordaram que existe uma saturação de avaliações com baixa relação custo/benefício.

- Foi concordado que a agenda da CCB deve ser organizada para discutir aspectos estratégicos ao invés dc operacionais que poderiam ser resolvidos no âmbito da sua Secretaria Executiva.

D. O futuro do Programa Piloto

O PP-G7, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, proposto e negociado entre o governo brasileiro e a cooperação internacional desde 1991 e em execução efetiva desde 1995, converteu-se no principal programa oficial na área de meio ambiente. Encontra-se atualmente na etapa de definição das bases para a sua continuidade, com um horizonte previsto para o período 2003 - 2010.

Para tal, deve-se considerar que o PP-G7 tem, por definição, o caráter de um programa piloto. Constitui-se num laboratório de experiências para a conservação e o uso sustentável dos recursos

Acervo ISA

naturais existentes nas regiões da Amazônia e da Mata Atlântica. Há que se considerar, ainda, que os seus vários sub-programas e projetos desenvolveram-se em ritmos e em dinâmicas diferentes. Enquanto alguns já apresentam um significativo grau de execução e de resultados, outros ainda são incipientes ou sequer começaram.

Assim, concomitantemente à execução da sua próxima fase, cabe iniciar-se o resgate das melhores experiências testadas em programas ou atividades permanentes e estruturantes no âmbito das políticas públicas oficiais. O próprio arranjo institucional para esta nova fase deve incorporar os meios para esta inserção.

A análise da estrutura atual do PP-G7 enseja a definição de quatro vertentes principais em que se devem desdobrar os esforços de resgate das suas melhores experiências em programas de políticas públicas permanentes: (1) parceria com a sociedade civil organizada; (2) descentralização e articulação federativa; (3) interfaces com outros ministérios e órgãos do governo federal; e (4) fomento às práticas econômicas ambientalmente sustentáveis em parceria com o setor privado.

Parceria com a sociedade organizada.

Um dos elementos mais positivos do PP-G7 é o engajamento de segmentos da sociedade civil organizada na execução e no acompanhamento de projetos. O papel desempenhado pelo GTA, Grupo de Trabalho Amazônico, pela RMA, Rede Mata Atlântica, e por um grande número de organizações não governamentais, demonstra a necessidade e a viabilidade das relações de parceria entre os governos e a sociedade civil para a conservação das florestas.

Não é por acaso que os componentes que apresentam os mais elevados níveis de execução são aqueles que têm como executores ou beneficiários diretos os movimentos sociais e as organizações não governamentais, a exemplo do PDA, Projetos Demonstrativos, do RESEX, Reservas Extrativistas, e do Proteger. Outros, como as Iniciativas Promissoras e o PROMANEJO, também contemplam sub-projetos com esta interface.

O PP-G7 também tem revelado importância para o fortalecimento da sociedade civil nas regiões onde atua. Não apenas através do aporte de recursos institucionais para as redes ou para a execução de projetos, mas também na abertura de espaços de participação nas discussões sobre as políticas pertinentes.

A transição das suas melhores experiências para políticas permanentes deve considerar a busca de instrumentos de gestão compartilhada que permitam o aprofundamento da participação da sociedade organizada. Nos últimos anos, houve avanços significativos na legislação brasileira que regula as parcerias entre os poderes públicos e as organizações não governamentais. No entanto, estas possibilidades legais ainda estão sub-experimentadas, como por exemplo a figura da Organização Social e do contrato de gestão.

Futuras intervenções devem priorizar consultas às redes e organizações envolvidas no PP-G7 sobre a sua disposição em avançar na implementação de parcerias interinstitucionais que ampliem os espaços de gestão direta da sociedade organizada nos programas de conservação e uso sustentável dos recursos florestais.

Descentralização e articulação federativa.

Uma segunda vertente a ser considerada é o aprimoramento das relações entre a União, os Estados e os Municípios para a regulação do uso e para a proteção das florestas. É preciso

Acervo ISA

construir novos instrumentos que possibilitem e incentivem parcerias mais ágeis no âmbito da Federação.

Após vários anos de morosidade e de enfrentamento de obstáculos institucionais e burocráticos para a sua implementação, o SPRN, Subprograma de Política de Recursos Naturais começa a produzir resultados interessantes, tanto na vertente do zoneamento econômico-ecológico dos estados, quando na execução dos PGAIs, os Projetos de Gestão Ambiental Integrada.

Apesar do seu desenvolvimento desigual em cada caso, estas experiências vêm demonstrando a viabilidade de ações conjuntas entre órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além de organizações não governamentais, tanto para a execução de projetos específicos quanto para a gestão de políticas setoriais.

As experiências de zoneamento em curso, embora ainda limitadas geograficamente, tecnicamente imperfeitas e, em geral, pouco participativas do ponto de vista social, já se tornam referências relevantes para o planejamento de políticas integradas, como ficou demonstrado nas discussões ainda em curso sobre modificações no Código Florestal.

Destaca-se, nesse sentido, o crescimento, fortalecimento e amadurecimento político dos OEMAs, os órgãos estaduais de meio ambiente, e do Ministério Público nos estados. Avanços recentes na legislação ambiental, como a promulgação da Lei de Crimes Ambientais, têm contribuído decisivamente neste processo.

Há, ainda, um grande potencial a ser desenvolvido para aprofundar as relações federativas, já identificado nas discussões sobre a Agenda Positiva e os Pactos Federativos. Novos instrumentos de fomento via descentralização poderão ser estabelecidos, inclusive no âmbito da política tributária.

Pode-se definir como objetivo principal desta vertente, mobilizar o apoio político, técnico e financeiro aos estados amazônicos que pretendam consolidar os seus próprios programas de desenvolvimento sustentável, catalisando o conjunto das iniciativas de política ambiental que já estejam em curso em cada estado. Evidentemente este objetivo não deve ser considerado de forma homogênea para todos os estados, em vista das suas especificidades e das diferentes ênfases que vêm sendo dadas à política ambiental pelos seus respectivos governos.

Interfaces com outros programas de governo.

No processo de transição, há que se verificar também as interfaces que existem ou deveriam existir entre as melhores experiências do PP-G7 e outros programas de governo em curso. Estas experiências poderão se inserir nestes programas e, ao mesmo tempo, contribuir para o seu aprimoramento. Assim, as relações com outros ministérios e órgãos do governo federal poderão constituir a terceira vertente de desdobramento das experiências do PP-G7.

Desde logo, os programas relativos à política fundiária devem ser considerados. A falta desta relação constitui uma das mais importantes lacunas do PP-G7, dada a importância que o acesso e o uso da terra têm para a conservação das florestas e o manejo dos seus recursos nas regiões em que atua. Vale registrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem manifestando interesse em aprofundar esta relação e adotando iniciativas próprias e potencialmente correlatas.

Os projetos de infra-estrutura constantes do Programa Brasil em Ação também têm grande significação para o futuro da Amazônia e podem implicar em impactos diretos e indiretos para a conservação das florestas e outros ecossistemas associados. A falta de um planejamento

Acervo ISA

ambiental consistente para estes projetos poderá comprometer os resultados do PP-G7 e, por outro lado, programas dele oriundos poderão contribuir para evitar e compensar impactos indesejáveis, estabelecendo uma complementariedade política e estrategicamente importante.

A variedade temática do PP-G7 tem potencialidade para se relacionar com programas de diversas áreas, como já o demonstram as relações estabelecidas com a política indigenista ou de ciência e tecnologia, por exemplo. Novos componentes já programados no PP-G7 e outros programas correlatos que possam ser formulados a partir dele poderão ampliar essas interfaces.

Nesta vertente, será particularmente importante o papel que pode ser desempenhado por um conjunto de fundos públicos já existentes, como o FINOR e o PRONAF. Também deve ser considerada a participação do FAT nos esforços para treinamento e capacitação de quadros dos movimentos sociais e do setor produtivo, com vistas ao seu maior e melhor engajamento nas atividades promotoras do desenvolvimento sustentável.

Fomento às práticas econômicas ambientalmente sustentáveis.

Finalmente, a quarta vertente de desdobramento do PP-G7 diz respeito à parceria com o setor privado e o fomento às atividades econômicas relacionadas com os recursos florestais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a reciclagem das práticas predatórias que ainda prevalecem como hegemônicas na definição das condições em que opera o mercado regional.

Até aqui, o PP-G7 pouco avançou nas relações com o setor privado da Amazônia. Há alguma interface no âmbito da execução de alguns PGAIs do SPRN e de alguns projetos demonstrativos do PDA, em pequena escala. Porém, inicia-se agora a formulação do componente de 'Negócios Sustentáveis', que deve atuar no sentido de suprir demandas do setor produtivo de modo a orientá-lo para atividades mais sustentáveis. O desenho deste novo componente já deveria incorporar as contribuições de empresários da região que estejam empenhados na sua inserção na nova economia, e contar com a participação direta de instituições públicas de fomento que possam rir a lhe conferir escala.

Há, ainda, que se articular a este objetivo algumas iniciativas já discutidas no contexto da Agenda Positiva ou que começam a ser implementadas no âmbito de outros programas da SCA/MMA, como o Programa Nacional de Florestas, o PROECOTUR e o PRODEX. Outros programas do MMA e de outras instâncias de governo poderão reforçar este mesmo objetivo.

Nesta vertente, a perspectiva é que alguns segmentos fundamentais da economia florestal da Amazônia possam dispor de insumos que financiem os investimentos requeridos para o manejo sustentável dos recursos naturais, de modo a possibilitar que a produção sustentável disponha de condições de concorrência no mercado. Nesse sentido, é fundamental o envolvimento das principais instituições de fomento à produção regional, como a SUDAM, o BNDES e o BASA.

Recursos nacionais.

Há, ainda, que se considerar que programas permanentes demandarão novas fontes de financiamento e que não se pode esperar que dependam indefinidamente de recursos disponibilizados pela cooperação internacional. Os recursos de contrapartida nacional atualmente alocados, da ordem de 10%, são notoriamente insuficientes para empreender-se esta transição.

Assim, é de fundamental importância que o PP-G7 venha a dispor de uma rubrica orçamentária própria no âmbito do PPA, o orçamento plurianual, descolando-se da rubrica genérica que hoje o abriga denominada Amazônia Sustentável. Também seria interessante que o Ministério de

Acervo ISA

Orçamento e Gestão considerasse a sua inserção no Programa Brasil em Ação, para sinalizar o caráter prioritário dos investimentos correspondentes.

Além disso, será necessário identificar entre os fundos públicos e linhas de crédito já existentes aquelas que poderão fomentar os programas oriundos do PP-G7. Este esforço não deveria limitar-se aos recursos federais, mas incluir os demais níveis da administração pública e, inclusive, quando for o caso, fontes privadas.

Também se deve considerar a possibilidade de incorporar recursos da cooperação internacional para estes programas permanentes, desde que haja interesse das agências de cooperação em co-financiá-los conforme venham a ser definidos pelo governo brasileiro e disponibilidade de recursos nacionais mínimos para dar inicio à sua implementação, em níveis significativamente superiores aos atuais recursos de contrapartida.

Apoio estratégico do Banco Mundial.

Além da disponibilidade de recursos orçamentários, essa estratégia pode e deve requerer um novo patamar de parceria com o Banco Mundial. Na medida em que o PP-G7 for caminhando para o seu final o BIRD poderá disponibilizar maior atenção e parte dos seus quadros e recursos para apoiar a fonaulação e a execução de programas permanentes do governo brasileiro voltados para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

De certa forma, o esforço empreendido pelo governo MMA no último ano para assumir a sua liderança na implementação do PP-G7 já vem liberando o Banco Mundial de algumas das suas incumbências na fase anterior. A representação do BIRD em Brasília acumulou quadros e experiências valiosas e cultura interna durante a primeira fase do PP-G7, que podem oferecer importante apoio na busca destes objetivos estratégicos.

O Banco dispõe, ainda, de mecanismos mais flexíveis que os do governo federal para agregar competências específicas necessárias para a transição para programas permanentes de governo. Numa fase ulterior, estes programas, quando já estiverem devidamente formulados, poderão requerer empréstimos do BIRD para a sua implementação e, assim, desenhar uma nova carteira de projetos com o governo brasileiro na área ambiental.

Protagonismo do MMA.

Em suma, a incorporação das melhores experiências do PP-G7 em políticas públicas de caráter permanente e estruturante inspira iniciativas em vários setores e direções. É preciso, pois, que se tome a decisão política de avançar nesse processo.

A hora é agora. Foi no contexto do atual governo que o PP-G7 se desenvolveu e cabe a ele, com base nas lições que acumulou, deixar consolidada a absorção pelo estado brasileiro dessas experiências, como herança para os próximos governos.

Ainda restam dois anos do seu mandato, tempo suficiente e imprescindível para o resgate dos resultados do PP-G7. Se este tempo for perdido, e considerando-se as dificuldades iniciais habituais de um novo governo, os esforços do PP-G7 poderão ficar sub-aproveitados.

A condição mais fundamental para essa transição foi dada através do fortalecimento da liderança do governo brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente em particular, nas mudanças ocorridas na gestão institucional do PP-G7 desde o ano passado. A revisão de meio termo pode e deve

Acervo ISA

consolidá-las e aprofundá-las. Cabe, pois, ao MMA, tomar e tornar pública esta decisão política, e começar a implementa-la.

Coordenação estratégica

Para tanto, o PP-G7 deve dotar-se de uma coordenação estratégica capaz de identificar as suas melhores experiências e promover as articulações necessárias com as instâncias de governo pertinentes, visando a constituição das bases para sua reprodução em escala.

Por sua vez, esse esforço de articulação "para fora" (fora programa, mas dentro do governo), na medida em que for identificando novos nichos e parcerias no âmbito dos poderes públicos e viabilizando programas permanentes, poderá demandar ajustes e orientações "para dentro", de forma a adequar os projetos em desenvolvimento para sua futura inserção nos espaços de governo.

Também será importante reforçar o potencial de articulação e de complementariedade entre os projetos em execução, seja pelas maiores afinidades temáticas existentes entre eles, seja pela natureza comum que tenham quanto às articulações interinstitucionais envolvidas. A continuidade e a multiplicação em escala das suas experiências poderão recomendar sínteses ou desmembramentos entre as diversas linhas de ação atualmente contempladas.

Adicionalmente a CCB concluiu que duas questões não foram abordadas na estratégia apresentada linhas acima e merecem destaque: i)a questão urbana dentro dos problemas da Amazônia com reflexo direto no meio ambiente; e ii)a questão indígena e o seu potencial para a conservação. Foi salientado que o estatuto das Sociedades Indígenas trará elementos para formular ações visando uma gestão adequada das terras e que uma maior interação deve ser promovida entre a FUNAI e o MMA para definir uma agenda comum, tendo em vista que está ocorrendo uma gradativa superação da fase de demarcação das terras para um projeto de gestão das terras indígenas.

Anexos:
Documento para a RMT dos Coordenadores do PPG7 (comentarios-consolidaçãoRMT.doc)
Documento da Rede Mata Atlântica – entregue a RMT durante os Workshops – (texto mata atlântica.doc/ cenários da mata atlântica.doc)

Acervo ISA

SUMÁRIO DOS PROJETOS DE AVALIAÇÃO

1. Termos de Projeto de Recursos Naturais (SPRN)
2. Projeto de Demonstração (PD/A)
3. Projeto de Terras Indígenas (PPTAL)
4. Projeto de Reservas Extrativas (RESEX)
5. Projeto de Gerenciamento de Recursos Florestais (PROMANEJO)
6. Projeto de Controle à Incêndio e Desflorestamento (PRODESQUE)
7. Projeto de Prevenção à Incêndio, Mobilização e Treinamento (PROTEGER)
8. Subprograma de Pesquisa Direta e Centro de CIência (CE & PDD)
9. Projeto de Monitoramento e Análise (AMA)
10. Apoio a Coordenação Brasileira do Programa Piloto
11. Suporte de Redes de ONG's (GTA, RMA)
12. Gerenciamento de Recursos de Várzeas (PROVARZEA)
13. Projeto Corredores da Floresta Tropical
14. Educação Ambiental (Ceduc)
15. Projetos Demonstrativos Por Povos Indígenas (Pdpi)

Acervo ISA

1 TERMOS DO PROJETO DE RECURSOS NATURAIS (SPRN)

Objetivos do Subprograma	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Fortalecer institucionalmente a gestão ambiental estadual"	• Alta relevância para os objetivos do PPG7 como Programa Piloto	• Desempenho Regular; Insuficiência de avaliação da qualidade dos resultados alcançados	• Satisfatórios; • Demonstrou a importância da participação social; • Conseguiu nos contextos favoráveis, agregar e criar agenda de trabalho em diversas agências com mandato em gestão ambiental na Amazônia; • Criou nos contextos favoráveis, procedimentos para formulação do marco zero de indicadores.
2. Implementar o zoneamento, monitoramento, controle e fiscalização em áreas prioritárias"	• Alta relevância aos objetivos do PPG7 como Programa Piloto; • Estratégico para melhorar a qualidade das intervenções e reduzir os impactos ambientais negativos	• Desempenho Pouco satisfatório • Dificuldades metodológicas e de compatibilidade com sistemas de monitoramento e controle já existentes; • Insuficiência de execução do zoneamento como instrumento para monitorar programas e políticas públicas para a Amazônia.	• Pequenos • Melhorou a qualificação e experiência das organizações treinadas com potencial para o acompanhamento das políticas públicas; • Há o risco do zoneamento e monitoramento exporem realidades negativas geradoras de crises pelas poucas possibilidades de intervenções oficiais eficazes para correção ou mitigação dos desvios
3. "Descentralizar a Gestão Ambiental"	• Essencial para continuidade e melhoria das ações de participação social nos processos de desenvolvimento da Amazônia. • Essencial para a aplicação de lições aprendidas	• Desempenho pouco satisfatório	• Em fase inicial.

1 TERMOS DO PROJETO DE RECURSOS NATURAIS (SPRN) (Cont)

Objetivos do Subprograma	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Fortalecer institucionalmente a gestão ambiental estadual"	• Será melhorada com a possível incorporação deste componente pelo Governo Brasileiro nas políticas públicas.	• Dependente da disponibilidade de recursos em geral, Federais.	• Importância comprovada das ações públicas de gestão ambiental como instrumento para a agenda do desenvolvimento sustentável; • OEMAs aos poucos conquistam importância na midia, meios sociais e políticos.
2. Implementar o zoneamento, monitoramento, controle e fiscalização em áreas prioritárias"	• Depende da capacidade dos Estados demonstrarem compromisso político com o zoneamento e ações de controle e fiscalização.	• Dificuldades de contextos e condução dos resultantes políticos; • Dificuldades de recursos financeiros, materiais e de qualidade/estabilidade da estrutura de gestão dos Estados.	• Potencial de construir articulações estáveis demonstrativas de ganhos econômicos associados à proteção ambiental para produzir resultados positivos em defesa dos recursos naturais da Amazônia; • Atividade em curso na maioria dos Estados da Amazônia.
2. "Descentralizar a Gestão Ambiental"	• De difícil realização em curto prazo	• Dependência dos Estados de recursos externos; • Cultura política dominante de poder centralizado em Brasilia.; • Fragilidades ou inexistência de planos de ação estratégica de longo prazo nas OEMAs; • Deficiências da estrutura administrativa para execução adequada do mandato de gestão ambiental.	• Imagem mundial positiva da Amazônia; • Disponibilidade de informações sobre temas de interesse da Amazônia na Internet; • Aumento da participação social pela melhor qualificação e consolidação das instituições não governamentais; • Possibilidade de disseminação de lições aprendidas pelo PPG7 no âmbito da gestão ambiental.

Acervo ISA

1 TERMOS DO PROJETO DE RECURSOS NATURAIS (SPRN) (Cont)

Eficiência do projeto

Melhoria da qualidade ambiental através do uso sustentável de recursos naturais pela gestão ambiental integrada demandam investimentos iniciais elevados *sendo geralmente pequenos* seus efeitos no curto prazo. Todavia, uma instituição melhor qualificada, como a SPRN na Amazônia, é um elemento-chave para ações de longo prazo convergentes para os balanços da sustentabilidade. Os resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais favoráveis, geralmente compensam e superam os investimentos iniciais. Assim, a decisão de investir em manejo de recursos naturais depende de políticas de governo que valorizem tal visão e linha de ação.

É difícil avaliar a eficiência do SPRN devido à falta de dados de entrada / saída quantificáveis. A administração e organização do projeto demonstram bom desempenho, participação promocional e criam melhores condições de gestão ambiental com base na capacidade de análise, construção de consenso e convergência das intervenções das políticas públicas. As diferenças de desempenho, portanto, não devem ser atribuídas ao modelo organizacional.

O tradicional comando e controle do cumprimento da lei aparenta apresentar limitações, e não funciona de forma adequada quando alternativas econômicas complementares para o desenvolvimento sustentado são insuficientes.

O trabalho de monitoramento e avaliação do SPRN ainda não está implementado de forma adequada, mas mesmo assism alguns Estados já dispõe de base que poderá ser desenvolvida para melhoria da avaliação e monitoramento.

Principais Lições Apreendidas

1. Comprometimento político dos tomadores de decisão é pré-condição para o sucesso do fortalecimento institucional de gestão ambiental. A gestão ambiental efetiva afeta os interesses sociais e econômicos no uso do recurso natural, demandando uma clara definição dos limites e resolução de conflitos;
2. A participação da sociedade permite o controle social, o qual é necessário para legitimar ações governamentais e para tornar-se referência, para então possibilitar a gestão pública do meio ambiente;
3. Os mecanismos de controle de gestão ambiental são essenciais, mas insuficientes para a promoção de alternativas de produção sustentável;
4. Os mecanismos de gestão administrativa, com compromentimento político e com massa crítica de gestão, podem melhorar significativamente a eficiência dos resultados obtidos.

Recomendações para melhoria do projeto

1. As atividades piloto em cada Estado deveriam ter flexibilidade para avaliar todas as oportunidades para alcançar os objetivos do sub-programa de acordo com os diferentes contextos regionais;
2. Implementar mecanismos de disseminação para o intercâmbio de experiências entre os diferentes Estados;
3. Incluir a participação como critério de eligibilidade nas atividades, oferecendo apoio para sua sistematização e consolidação da gestão ambiental na região;
4. Orientar a capacidade criativa na gestão ambiental, de acordo com as necessidades regionais;
5. Promover a negociação das organizações dos Estados Amazônicos para o desenvolvimento de uma agenda de interesses para a região, enfatizando: descentralização de políticas, estabelecimento de regras do CONAMA e do Congresso Nacional, políticas setoriais de maior impacto sobre os problemas ambientais da Amazônia (Reforma Agrária, sistemas de transporte, conservação da biodiversidade, monitoramento ambiental, incentivos à agricultura e incentivos fiscais);
6. O SPRN deveria indicar as necessidades para os outros componentes do Programa Piloto incluindo conhecimento técnico / científico, alternativas econômicas e de produção, apoio para identificar e validar as experiências, apoio na educação ambiental e de mercado e na disseminação de resultados;
7. Introduzir critérios de medição para todos os participantes além dos percentuais demandados, e estabelecer estratégias para sustentabilidade financeira das atividades finaciadas pelo sub-programa;
8. Disseminar as experiências de descentralização do nível estadual para o municipal, aplicando os métodos desenvolvidos e de capacidade criativa para a gestão ambiental local;
9. Melhorar os processos de formulação, medição e avaliação de desempenho de atividades, criando uma base consistente de indicadores para com o sub-programa e seus diversos contextos;
10. Avaliar a consistência dos critérios adotados para a seleção de regiões prioritárias do sub-programa PGAI's.

Acervo ISA

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A)

Objetivos do Subprograma	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Gerar conhecimentos sobre a conservação, a preservação e o manejo sustentável dos recursos naturais, por meio de atividades demonstrativas, com o envolvimento e a participação das comunidades locais	• Os PDAs contribuem para a geração e sistematização de tais conhecimentos através de atividades demonstrativas. • Os PD/As contribuem de forma direta e principalmente indireta para a preservação e conservação dos recursos naturais. No entanto, em alguns casos não há preocupação com as áreas de preservação permanente e reserva legal. • Existe o envolvimento das comunidades, de forma diferenciada e parcial. Alguns SAFs não são integrados ao sistema produtivo local. Os beneficiários priorizam a segurança alimentar (culturas tradicionais).	• Objetivo de contribuir para a geração de conhecimentos foi atingido na maioria dos casos. • Em alguns casos não houve atenção especial com a manutenção das áreas de preservação permanente e reserva legal. • Na maioria dos PDAs há a participação das comunidades, que tem sido fundamental para o seu êxito. Nos PDAs onde tal participação é parcial há dificuldade em se atingir este objetivo.	• Valorização da floresta com fonte de renda; • Redução do desmatamento; • Redução do uso do fogo (SAFs e apicultura); • Manutenção das áreas de floresta para produção; • Desenvolvimento de culturas permanentes como alternativa de produção; • Preservação da floresta; • Fortalecimento da organização social é fundamental para o êxito dos projetos e ações; e, • A participação da comunidade é a base para o êxito dos PDAs.

Acervo ISA

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Objetivos do Subprograma	Relevância	Eficácia	Impactos
2. Transferir o conhecimento resultante das experiências para outras comunidades, outras ONGs, tomadores de decisão, técnicos do governo e outros grupos representativos	• É relevante: • A transferência do conhecimento gerado pelo PDA é um dos mecanismos para levar aos participantes os resultados obtidos; • A divulgação para a sociedade civil e para os tomadores de decisão é o mecanismo para se atingir, de forma direta ou indireta os formuladores das políticas públicas e influenciá-las; • Envolver outros grupos representativos da sociedade é uma das formas de difundir os resultados do PDA para além dos seus limites.	• PDA desenvolve atividades de divulgação e troca de informações sobre os conhecimentos e experiências geradas para outras comunidades. Este processo é limitado por que os resultados obtidos no PDA não contemplam índices de produção, custos e receitas; • O PDA está desenvolvendo um conjunto de ações para atingir os tomadores de decisão, técnicos do governo e outros grupos representativos, (BNDES, BASA, SUDAM e outros), no entanto há limitações nos resultados existentes que dificulta o convencimento destes atores.	• programa abelha rainha do Governo do Estado de Roraima foi desenvolvido com base em experiências do PDA no Estado e em Presidente Figueiredo; • Governo do Estado do Acre está se propondo desenvolver um programa de Projetos Demonstrativos com base na experiência do PDA; • A experiência do PDA contribui para a formulação do PRODEX (liderança do financiamento pelo BASA); • Áreas como Waterlândia (Tocantins, Acre e Rondônia) tiveram projetos de pesca implementados por comunidades fora das áreas do PDA; • plantio de espécies florestais e frutíferas foi realizado em outras comunidades, como ocorre no Tocantins, Pará, Acre e Rondônia; • Inclusão dos Estados do Maranhão e Tocantins na implementação do GT Babaçu; • Formação dos pólos/rede de projetos PDAs, (frutos do cerrado, Marabá, Transamazônica, Baixo Amazonas e BR 364); • Início da discussão com formuladores de políticas públicas e agentes financeiros (BNDES, BASA, SUDAM, FNO e outros).

Acervo ISA

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Objetivos do Subprograma	Relevância	Eficácia	Impactos
3. Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais, bem como a sua capacidade para elaborar e implementar projetos	• É relevante: • A capacidade de organização e articulação das populações locais é fundamental para o sucesso de suas atividades. Observa-se que aquelas com êxito estão associadas a organizações comunitárias fortes; • treinamento e capacitação das comunidades locais na elaboração e formulação de projetos é a base para que possam dar continuidade aos projetos iniciados através do PDA; e, • O fortalecimento da articulação e organização das comunidades locais é base para que possam intervir de forma ativa na sociedade e na tomada de decisão.	• PDA fortaleceu a capacidade de organização e articulação da maioria das comunidades onde foram desenvolvidos projetos, (ASMOBIP, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pescadores e outros); • Diversos cursos foram desenvolvidos para a capacitação na elaboração e implementação de projetos, principalmente do próprio PDA; • Algumas comunidades beneficiadas pelo PDA estão buscando alternativas de desenvolver projetos com outros programas e agentes financeiros, (p. e. rede frutos do cerrado, pólo de Marabá, etc.)	• Fortalecimento da rede GTA; • Fortalecimento da Rede Mata Atlântica; • Cursos de capacitação em diversos estados; • Melhoria no gerenciamento financeiro dos projetos PDA; • Melhoria na elaboração de relatórios e prestação de contas nos projetos PDA; • Fortalecimento das organizações com os projetos PDA; • Melhoria na elaboração de projetos voltados para outros programas e agentes financiadores; • Desenvolvimento da estrutura gerencial das comunidades para implementação de projetos; e, • Apoiar novas alternativas e busca na solução de problemas, como é o caso da comercialização e relação com o mercado.

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Objetivos do Subprograma	Sustentabilidade	Restrinções	Fatores de Contribuição
1. Gerar conhecimentos sobre a conservação, a preservação através do manejo sustentável dos recursos naturais, por meio de atividades demonstrativas, com o envolvimento das comunidades locais	• As atividades demonstrativas embasadas em informações consistentes estão contribuindo para o manejo sustentável dos recursos naturais, contribuindo também para o apoio às comunidades do PDA. A avaliação e manutenção dos projetos PDA tem sido limitados pois a maioria dos projetos não possuem indicadores de produção e receitas. • O envolvimento e a participação das comunidades locais nos projetos PDA é vital para o sucesso dos sub-programas. Sem dúvida, é vital para as próprias comunidades e das atividades no âmbito do PPG7.	• Os conhecimentos gerados pelas atividades demonstrativas são parciais; • Em alguns projetos não houve preocupação com os aspectos relativos ás áreas de reserva legal e preservação permanente; • Os projetos não fecharam o seu ciclo apesar de terem acabados os recursos e o cronograma de execução, não tendo obtido a maioria dos resultados previstos; • Falta de informações econômicas e financeiras, de produção e produtividade; • Algumas culturas tradicionais, como a de subsistência não foram incorporados nos SAFs; • Abadono de alguns SAFs, por mão-de-obra que foi empregada na agricultura tradicional.	• Formação de consciência a respeito do valor da floresta, dos seus produtos e serviços; • Criação de alternativa de produção econômica, sem o uso do fogo e reduzindo a necessidade de desmatamento para a sobreviência das populações locais; • Geração de conhecimentos para o manejo sustentável dos recursos naturais; • Geração de conhecimentos para o manejo dos recursos aquáticos bem como para o manejo florestal; • Contribuição para a preservação dos recursos naturais; • Contribuição para o resgate dos aspectos culturais das populações tradicionais (babaçu, cestaria e outros); • PDA tem transferido conhecimento já acumulado internamente; • Os projetos PDA estimulam e promovem o intercâmbio de informações com outras comunidades.

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Objetivos do Subprograma	Sustentabilidade	Restrinções	Fatores de Contribuição
2. Transferir o conhecimento resultante das experiências para outras comunidades, outras ONGs, tomadores de decisão, técnicos do governo e outros grupos representativos	• A transferência dos conhecimentos gerados pelo PDA para os tomadores de decisão e outras comunidades para que os mesmos possam influenciar nas políticas públicas de um modo geral; • A falta de informações mais qualificadas a respeito dos índices de produtividade, e dados econômicos e financeiros, incluindo custos e receitas. Por isto é necessária a transferência dos conhecimentos gerados e também para influenciar os tomadores de decisão, ONGs, comunidades e os técnicos do Governo a respeito da viabilidade econômica do PDA; • O ciclo completo do projeto ainda não foi concluído, o que limita a avaliação dos modelos de produção do PDA, principalmente os SAFs.	• A transferência dos conhecimentos existentes é efetuada através de ações isoladas, sistemáticas e precisas; • Este processo está em discussão no PDA tendo sido propostas algumas ações; • Investimento adicional é necessário para atingir os objetivos esperados, uma vez que o ciclo do projeto não foi concluído; • A estratégia de comercialização limita qualquer apoio aos modelos de produção testados pelo PDA; • O período de execução dos projetos previsto pelo PDA limita a obteção de resultados que permita avaliar a sustentabilidade.	• Workshops e outras atividades são desenvolvidos para disseminar os resultados obtidos pelo ST-PDA; • A ST do PDA tem desenvolvido contatos com técnicos do Governo e de agentes financeiros (BASA, BNDES e outros) para inserir os resultados obtidos no contexto das políticas públicas.

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Objetivos do Subprograma	Sustentabilidade	Restrinções	Fatores de Contribuição
3. Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais, bem como a sua capacidade para elaborar e implementar projetos	• fortalecimento das abilidades das populações locais é vital para que as mesmas tenham mais acesso aos projetos; • Algumas ONGs foram fortalecidas (GTA e Mata Atlântica), no entanto, estas organizações necessitam de recursos financeiros adicionais; • O PDA tem promovido cursos de treinamento para a capacitação das organizações comunitárias para a elaboração e implementação de projetos, o que contribui para a sustentabilidade destas comunidades e dos modelos de produção.	• Falta de abilidades gerenciais das entidades locais, o que tem provocado dificuldades na implementação de projetos PDA; • A busca de outras alternativas de financiamento externo ao PDA ainda é tímida; • A gestão operacional da comercialização e marketing ainda é limitada nos projetos do PDA.	• Organizações fortalecidas da sociedade civil, incluindo o GTA e a Rede Mata Atlântica e das organizações de apoio responsáveis pelo projeto; • Formação de lideranças, com intervenção no nível do poder público local; • Aumento da participação da sociedade civil no subprograma PDA; • Formação de capital social com capacidade para elaborar e implementar projetos.

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Eficiência do Projeto

A maioria dos projetos concluídos, considerados exitosos e promissores, não aintgiram os objetivos apesar de ter utilizado todo o volume de recursos previstos, solicitando complementação para a sua conitnuidade, como é o caso dos Frutos do Cerrados e projeto Reviver em Wanderlândia.

Os objetivos relacionados ao fortalecimento e capacitação das organizações da sociedade e das suas lideranças têm sido atingidos com o volume de recursos destinados para tal fim.

SAFs de Juína (MT), Ouro Preto do Oeste (RO) e produção de castanhas do Laranjal do Jarí (AP) proporcionaram um aumento de receitas das comunidades com um retorno positivo sobre investimento de acordo com a FAO e a avaliação de 1999 do Banco Mundial.

- Foi observado um aumento anual de receitas para cada unidade de produção em Juína de 35 a 50 %.
- SAFs proporcionaram um incremento das receitas das famílias de 89% em Ouro Preto do Oeste.
- No caso do Manejo Florestal no Pará (Maraba´) a implementação do PDA forneceu um aumento nas receitas domésticas de 352% a 524%.
- No caso do COMAJA (AP) houve um aumento de receitas da venda de castanhas da ordem de 44%.
- Aumento do número de empregos (Juína) de 6% para 25%, dependendo do modelo de produção usado.
- Aumento da oportunidade de mpregos em 49% en Ouro Preto do Oeste.
- Empregabilidade aumento de 90 para 135 pessoas por dia por propriedade no caso do Manejo Florestal em Marabá.
- No modelo de COMAJA não houve impacto sobre empregos.
- Não foi possível avaliar a geração de mepregos em outros projetos analisados pela FAO.

Principais Lições

1. O sistema de gerenciamento financeiro utilizado pelo PDA fopi considerado eficiente e também foi adotado por outros sub-programas do Programa Piloto.
2. Envolvimento e treinamento da população é vital para o sucesso do projeto PDA e também garante outros sub-programas e programas.
3. A penetração de mercado é limitada. Os projetos devem levar em conta suas distâncias dos consumidores e das unidades de produção.
4. O longo tempo necessário para obter benefícios financeiros é uma barreira para os beneficiários.
5. Os SAFs e os projetos de apicultura contribuem de forma significativa para a redução do uso do fogo, desmatamento e para a conservação do meio ambiente e biodiversidade nas propriedades rurais.
6. Projetos com foco econômico não apresentam necessidade de ser avaliado em sua viabilidade e sua sustentabilidade à partir do PDA é provado.
7. Cooperação de govrnos locais e estaduais é essencial para alcançar os resultados dos projetos / sub-programas.
8. Ação integrada entre projetos / sub-projetos locais / regionais com instituições de pesquisa, assintência técnica, ONGs e outros projetos PDA cria circunstâncias que contribuem significantemente para alcançar os objetivos estabelecidos.
9. Há a necessidade de recursos financeiros apropriados de forma a manter experi~encias promissoras à partir do PDA.

Acervo ISA

2 PROJETOS DE DEMONSTRAÇÃO (PD/A) (Cont.)

Recomendações para melhoramento do Projeto

1. A continuidade de projetos promissores do PDA , já concluídos, devem ser levados em conta devido ao fato de que o ciclo produtivo não foi completado.
2. No refinanciamento dos projetos promissores deve ser dada atenção a relação deste com o mercado consumidor, incluindo os seguintes aspectos: beneficiamento, armazenamento, industrialização, transporte, qualidade, canais Dde distribuição, gerenciamento e "marketing". Quando se proceder a planos de refinanciamento deve-se toamr vantagem da sinergia proporcionado pela integração entre projetos.
3. O monitoramento doPDA deve concentrar-se em viabilidade econômica.
4. A demanda de mercado por produtos deveria ser considerada ao se avaliar propostas de novos projetos.
5. Assistência técnica especializada é essencial.
6. Os resultados do programa podem ser melhorados concentrando-se projetos nos PGAIs e em outras áreas com intervenção do Programa Piloto.
7. Experiências positivas do PDA deveriam ser difundidas para outras áreas e outras ONGs.
8. É recomendável sistematizar as informações geradas pelo programa PDA. Um plano de Ação deve ser implementado para influenciar normas públicas e também para apoiar a continuidade do PDA.
9. Certificação e registro de produtos garantindo apadrões de qualidade e origem podem proporcionar vantagem competitivatanto no mercado nacioanl como no internacional.
10. Novos componentes ou novos projetos (PDB , PDPI) deveriam ser integrados com PDA dentro de uma única administração evitando sobreposição de esforços e para tomar vantagem do conhecimento acumulado do PDA.
11. Maior integração entre os sub-programas do Programa Piloto é necessário. .

Acervo ISA

3 PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS (PPTAL)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1.Melhorar a conservação dos recursos naturais nas áreas indígenas e o bem estar dos povos indígenas através da regularização dasTerras Indígenas da Amazônia Legal.	• A regularização de Terras Indígenas é requerida pela Constituição e regulado por outras leis incluindo Decreto 1775. As regulamentações são definidas normas ambientais geradas pelo MMA, IBAMA, CONAMA e Agências Estaduais de Meio Ambiente. • O projeto fez um papel importante na regularização das Terras Indígenas como um instrumento de proteção preservação dos recursos naturais, os quais contribuem para a subsistência da cultura indígena.	• Atendimento de 69,05% das metas previstas para áreas identificadas e de 14,81% de áreas regularizadas. • Os objetivos do projeto tem sido expandidos a cada ano.	• Projeto tem contribuído para regularização da terra indígena; • Melhoria do conhecimento e capacitação técnica da FUNAI. O projeto tem promovido a participação de Ong's e o fortalecimento das comunidades indígenas.
2.Proteção das Populações e áreas Indígenas	• Projeto agiliza a manutenção da cultura Ingígena e fortalece os direitos Indígenas à terra. • Adicionalmente, o projeto agiliza o gerenciamento de alterações na cultura e no meio ambiente que a comunidade indígena vivencia. • Projeto proporciona proteção contra invasões de populações não indígenas nos recursos naturais através de fortalecimento do controle do território indígena.	• Projeto tem sido eficiente na promoção de atividades em terras indígenas, desenvolvendo e testando a metodologia de ética ambiental e fortalecimento da participação indígena na regularizações de terras. • Instalação do sistema deRadiofonia noAcre, sul do Amazonas e sul do Pará; implementação do Plano de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas Waiapi.	• Papel positivo do projetocomo instrumentoauxiliar na implementçãode políticas públicasde defesa e conservação das terras indígenas. • Garantia e fortalecimento da participação das comunidddades na regularização das terras indígenas.

Acervo ISA

3 PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS (PPTAL) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. Melhorar a conservação dos recursos naturais nas áreas indígenas e o bem estar dos povos indígenas através da regularização dasTerras Indígenas da Amazônia Legal.	• Fortalecimento da capacidade institucional; • Contribuição significativa do processo de proteção ambiental; • Sustentabilidade econômica e financeira através dos proprietários da terra; • Utilização de tecnologias apropriadas.	• Dificuldades com a segurança de pessoas competentes e na organização e coordenação de equipes; • Administração e levantamento dos problemas de demarcação; • Superposição de responsabilidade em alguns casos (IBAMA,INCRA, Exército, Governo do Estado, FUNAI); • Descontinuidade administrativa e operacional pela FUNAI.	• Recursos financeiros adequados; • Aprovação do Decreto 1775; • Avanço do movimento de diretos indígenas; • Trabalho com dedicação por parte de grupos indígenas; • Alto alcance internacional.
2. Proteção das Populações e Áreas Indígenas	• Abordagem baseada na comunidade onde os povos indígenas são apoiados a melhorar o controle territorial usando equipamento de baixo custo e tecnologia (radios, monitoração de divisas). Envolvimento de povos indígenas na análise de ética ambiental pode levar a preparação e implementação de planos de gerenciamento indígenas.	• Falta de poder de polícia pela FUNAI e coordenaçÃo inadequada entre as agências relacionadas; limitações dos esforços indígenas locais para proteger as terras contra invasões; uso ilegal dos recursos naturais; falta de coerência e consistência na legislação Brasileira em relação ao uso e gestão dos recursos naturais; falta de modelos de gestão; o contexto institucional do projeto é fraco e não funciona bem.	• A elaboração institucional do projeto foi feito cuidadosamente apesar das fracas instituições.

3. PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS (PPTAL) (Cont.)

Eficiência do projeto

1. Identificação de Reservas - R$ 1,20 milhões foram dispensados em 29 reservas indígenas, e.g. R$ 2,40 por hectare.
2. Demarcação e regularização de reservas indígenas - 33 reservas indígenas demarcadas e regularizadas até o momento, 4,60 milhões dispensados, e.g. R$ 4,43 por hectare.
3. Proteção e acompanhamento (monitoramento) - O total de investimentos é de R$ 856.000,00 até o momento. O sistema de Rádio foi instalado nas áreas indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Pará. Adicionalmente, o Plano de Proteção e Monitoramento para a área de Waiãpi foi implementada.
4. Análise e Enriquecimento (estudos) - R$ 175.000,00 foram gastos em dois estudos e cursos de trainamento e.g.R$ 107.000,00 por atividade.
5. Projeto de Gerenciamento e Avaliação - R$ 985.000,00 foram gastos o melhoramento da estrutura e gerenciamento SETC/FUNAI direcionados para o processo de regularização de terras indígenas. Esse valor é menor do que aquele dirigido para o projeto RESEX, o qual foi de R$ 1,43 milhões.
6. Alguns dos problemas de eficiência são devidos:

- complexidade na definição de territórios indígenas;
- inconsistência na política de processos de demarcação;
- sobreposição de responsabilidades (IBAMA, INCRA, FUNAI, Army)
- ausência de um sistema apropriado na demarcação administrativa.

Principais Lições Apreendidas

1. A legalização de terras indígenas requer projetos transparentes, claros e bem monitoridos dentro de um ambiente político positivo.
2. A legalização de terras indígenas contribui para a conservação de recursos naturais como uma condição necessária mas não suficiente. Atividades significantes de gerenciamento e proteção permanecem para ser realizadas para atingir os resultados de desenvolvimento sustentado e conservação.
3. O controle terrotorial de terras indígenas por indígenas é pré-condição para legalizar das terras indígenas.
4. Tecnologia apropriada e ajustada às condições locais são essenciais para que se atinja a legalização de terras indígenas.
5. FUNAI é uma organização problemática e inadequada para operacionalizar trabalhos futuros na legalização de terras indígenas.
6. O processo de demarcação de terras indígenas não garante a conservação de recursos naturais especialmente as florestas; entretanto, é pré-requisito.
7. Devido a complexidade da demarcação de terras indígenas é vital que se coopere com outras instituições.
8. Diferenças culturais entre comunidades indígenas e seu nível de desenvolvimento é fundamental para o desenvolvimento do projeto.

Recomendações para melhoria do Projeto

1. Fortalecimento da capacidade organizacional da FUNAI em partes relacionadas ao PPTAL.
2. Divulgação e disseminação do projeto para as diversas instituições governamentais e privadas.
3. Maior integração e interação com os diversos sub-programas que compõem o PPG7.
4. Promoção da integração das atividades do PPTAL com as politicas tregionais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional.
5. Maior participação das comunidades indígenas no processo de regularização das terras indígenas.
6. A interação deste projeto com outros sub-programas e projetos do Programa Piloto provavelmente irá aumentar sua eficiência e efetividade.

Acervo ISA

4 PROJETO DE RESERVAS EXTRATIVAS (RESEX)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Completar a documentação da Resex e outros procedimentos necessários para assegurar à comunidade local o direito de acesso aos recursos naturais	• Manutenção de mais de 2,1 milhões de hectares nos quais as populações locais tiveram acesso ao uso dos recursos naturais.	• 2,16 milhões de hectares registrados e demarcados.	• Direito de uso da terra garantido ara mais de 15 mil pessoas.
2. Fortalecer organizações comunitárias e instalar infraestrutura social na Resex	• Melhoria dos processos de decisão especialmente no que se, no que se refere à produção, educação, saúde, vigilância das áreas e infra-estrutura, entre outros.	• Estabelecimento de 6 (seis) associações; treinamento de 200 líderes em potencial; construção/ reforma de 102 escolas e 38 centros de saúde, atendendo mais de 1.700 famílias.	• Uso próprio dos recursos naturais e melhora do padrão de vida. Além disso, há possibilidades de redução do analfabetismo.
3. Desenvolver, testar e divulgar tecnologias apropriadas para melhorar atividades produtivas de subsistência e comercialização, priorizando produtos florestais não madeireiros	• Os procedimentos existentes utilizados pelas diferentes comunidades são os mais adequados dentro das Reservas.	• Construção de 36 armazéns nos Núcleos de Base para garantir qualidade dos produtos e facilitar a distribuição e comercialização; incremento nas pesquisas para melhoria de produtos extrativos, como borracha e óleos.; instalação de unidades de beneficiamento de mandioca (72), borracha (65), de grão (19), de rapadura (12), e de palmito (01); e elaboração de mais de 50 estudos de viabilidade econômica de produtos não madeireiros. E, em média, produção de bens para o próprio consumo, por unidade familiar, superior a R$ 2,0 mil por ano.	• Comprovação da viabilidade do modelo extrativista; melhoria na renda média familiar; aumento salarial dos trabalhadores em área urbana em em mais de 30%.

Acervo ISA

4 PROJETO DE RESERVAS EXTRATIVAS (RESEX) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
4. Aprimorar o manejo e a conservação dos recursos naturais nas Resexs	• Gestão adequada dos recursos naturais pode garantir a sustentabilidade das Reservas.	• Planos de desenvolvimento podem ser eleborados através de processo decisório incluindo população local; implantação de mais de 700 hortas caseiras; mais de 100 novos galinheiros e 30 pocilgas; implantação de mais de 70 viveiros (árvores frutíferas e folhosas).	1. Diminuição das áreas de desmatamento; 2. Recuperação e reutilização de áreas degradadas; melhoria da qualidade dos alimentos produzidos e consumidos pela população local.
5. Promover um método participativo de gestão e administração do Projeto Resex	• Melhorar o conhecimento sobre essas áreas e promover o desenvolvimento dos processos decissórios.	• Estabelecimento do monitoramento participatório ambiental; fortalecimento do CNPT/IBAMA; programas de treinamento para gestão de recursos e equipamentos.	• Diminuição do número de invasões por pescadores, caçadores e madeireiros; • Melhoria do processo decisório através do conhecimento adequado sobre as reserva.

4 PROJETO DE RESERVAS EXTRATIVAS (RESEX) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. Completar a regularização legal das Resexs e outros procedimentos necessários para assegurar os direitos de acesso aos recursos naturais.	• A efetivação das atividades do Projeto permitiu a regularização legal das Resex; • O direito de acesso a terra bem como a sua propriedade são os fatores principais.	• A burocracia dos processos judiciais que se relacionam com a regularização legal da Reserva Extrativista do Rio Cajari.	• Direito natural das populações tradicionais sobre as áreas ocupadas há muitas décadas; participação da sociedade; inclusão e proteção de uma área de 2,16 milhões de hectares; garantia do uso do solo para mais de 15 mil pessoas; ampliação das oportunidades locais.
2. Fortalecer organizações comunitárias e instalar infraestrutura social e comunitária nas Resexs.	• Apoio a comunidade atingindo 2200 famílias.	• Índice de analfabetismo elevado.	• 67% das famílias estão envolvidas com os Núcleos de Base.
3. Desenvolver, testar e divulgar tecnologias apropriadas para melhorar atividades produtivas de subsistência e comercialização, priorizando produtos florestais não madeireiros.	• As tecnologias para a produção foram desenvolvidas incluindo estudos de viabilidade. Capacitação de recursos humanos através dos programas de treinamento.	• Alto custo de manutenção da infraestrutura (estradas, pontes, barcos, rádios, motores etc.).	• Diversificação das atividades econômicas, incluindo ecoturismo e produtos não madeireiros de maior valor agregado, através de parcerias entre a sociedade e instituições.
4. Aprimorar o manejo e a conservação dos recursos naturais nas Resexs	• Implementação dos planos de desenvolvimento.	• Novos mercados e técnicas de comercialização precisam ser desenvolvidos; tanto os padrões de produtividade, como de tecnologia necessitam de melhoria.	• Aumento do conhecimento (e conscientização) sobre as vantagens das áreas de Resex.
5. Promover um método participativo de gestão e administração do Projeto Resex	• Garantia da continuidade do processo produtivo, da melhoria da renda e da qualidade ambiental das áreas.	• Melhorar o relacionamento com o governo Federal, Estadual e Municipal; • Necessidade de melhorar as instituições locais.	• Utilização dos resultados do projeto Resex como um exemplo do uso adequado dos Recursos Naturais; • Viabilidade de aprendizado com o Projeto e disseminar para outros estados da Amazônia; • Maiores possibilidades de se obterem incentivos baseados na manutenção de biomas.

4 PROJETO DE RESERVAS EXTRATIVAS (RESEX) (Cont.)

Eficiência do projeto

1. Efetivação das Reservas – Valor dispendido US$ 1,15 milhões correspondendo à US$ 0,53 por hectare nas 4 Reservas Extrativistas;
2. Organização da Produção – A renda mensal por família antes do Projeto, segundo informações obtidas nas consultas em campo, era de R$ 33,00/mês. O valor total da produção durante os 4 anos de implantação do Projeto foi de R$ 40,3 milhões, o que corresponde R$ 8,0 milhões/ano e a R$ 2,8 mil por família por ano. Esse resultado mostra que o investimento do Projeto, neste objetivo, de US$ 2,3 milhões trouxe uma melhoria de mais de R$ 200,00 por família por mês ao se comparar com a situação que havia antes do Projeto, e *em relação à população urbana esse resultado é superior à renda de 70% da população residente na Região Norte do Brasil* (Relatório Final Projeto Resex – Primeira Fase 1995-99, página 35).
3. Organização Social e Comunitária – Foram investido pelo Projeto US$ 2,5 milhões, e os resultados obtidos foram de 2,16 milhões de hectares sob intenso sistema de vigilância e controle; redução significativa dos níveis de desmatamento nas áreas de entorno das Resexs; índices de desmatamento no interior das Resex menores que 1% (admissível até 10%); criação de 107 Núcleos de Base com envolvimento direto de 1.718 famílias; mais de 70% das famílias estão organizadas em forma de cooperativas e associações; fortalecimento dos trabalhos voltados ao interesse maior das comunidades através da realização de *mutirões* (realizados mais de 4,7 mil); capacitação de mais de 8,0 mil pessoas em mais de 670 eventos.
4. Gerenciamento Ambiental – Foram dispendidos US$ 589 mil, os quais foram utilizados na formatação e elaboração dos Planos de Utilização e de Desenvolvimento, os quais contaram com a efetiva participação de todas as comunidades de todas as Reservas; elaboração do sistema de cadastro e da base de dados sócio-ambientais de referencia, incluindo as informações sócio-econômicas e biofísicas das Reservas; desenvolvimento e implantação do sistema global de monitoramento ambiental (exemplo para outros projetos do PPG7), inclusive com base de dados cartográficos em escala compatível com o planejamento das atividades nas diferentes Reservas.
5. Gerenciamento e Avaliação do Projeto – Neste componente foram utilizados recursos da ordem de US$ 1,4 milhões que representaram significativo apoio à melhoria gerencial e estrutural do CNPT/IBAMA, inclusive no treinamento de pessoal, apoio logístico aos escritórios regionais e à efetivação do Projeto nas áreas das Reservas; proporcionou a formulação e implementação de inúmeras parcerias voltadas às diversas avaliações que contribuíram de maneira segura para as mudanças e as definições das alternativas mais adequadas ao Projeto.

Principais Lições Apreendidas

1. A regularização das áreas teve um impacto positivo na sua preservação;
2. O direito à propriedade reduz a super população em grandes cidades;
3. A regularização fundiária na Amazônia brasileira é difícil e deverá merecer maior atenção por parte das autoridades e da iniciativa privada interessadas ou envolvidas em projetos desta natureza;
4. O Resex prova que com baixo custo, pode-se preservar áreas significativas e obter resultados relevantes;
5. É possível obter avanços na preservação dos recursos naturais renováveis (especialmente recursos florestais) baseados nas experiências locais;
6. A criação de Unidades de Conservação – UCs não é suficiente para garantir a preservação dos recursos naturais. Manejo sustentado também é necessário;
7. A formação de parcerias com universidades e centros de pesquisa são chaves para o sucesso;
8. O modelo de Resex comprova-se ser adequado para assegurar a diversidade biológica;
9. Esse modelo (Resex) comprova também que é possível diminuir os custos de preservação dos recursos naturais na Região Amazônica, ao mesmo tempo garante às populações tradicionais melhoria nas suas condições de vida;
10. As atividades do Resex dependem fortemente da capacitação da comunidade e na diminuição dos índices de analfabetismo.

Recomendações para melhoria do Projeto

1. A Fase 2 é recomendada. Do contrário, os resultados obtidos na Fase 1 podem ser perdidos;
2. Parceria com a iniciativa privada, sociedade civil e com outras instituições deveriam ser estabelecidos para a melhoria da qualidade de vida das populações regionais;
3. Governos estaduais deveriam desenvolver e implementar atividades dentro das Reservas e também em outras áreas;
4. Subsídios e/ou compensações a indivíduos e grupos deveriam ser também desenvolvidos.

Acervo ISA

5 PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS (PROMANEJO)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
Objetivo Geral: Contribuir para que as atividades florestais praticadas na região sejam oriundas de unidades de produção manejoadas de forma sustentável e através de ações estratégicas e experimentos piloto em áreas prioritárias.	• Compatível com o Código Florestal Brasileiro (manutenção de áreas sob cobertura florestal, onde o manejo florestal sustentado é uma opção). A nível internacional é compatível com o "Objetivo do ano 2000 da ITTO" (a partir de 2000, toda madeira tropical comercializada a nível internacional, seja oriunda de manejo sustentado)	• Não existem ainda resultados que permitam emitir parecer a respeito da efetividade do projeto, mas problemas apontados por envolvidos com o mesmo como as dificuldades burocráticas, administrativas, atrazos por diversas razões e outros aspectos, ocorreram no início do projeto. Atualmente grande parte dos problemas relacionados estão resolvidos.	• Como o Promanejo está em sua fase incipiente e ainda não produziu resultados, não foi possível identificar impactos práticos produzidos pelo mesmo, salvo algumas expectativas apresentadas a seguir.
1. Desenvolver análise estratégica das principais políticas e sistemas de incentivo que afetam o setor florestal, propor reformas chave e novos sistemas.	• Relevante, pois as políticas públicas têm de ser discutidas com a sociedade, além de ter que possuir mecanismos que permitam a revisão sempre que se fizer presente novos fatos.		• Motivar o setor a adotar práticas modernas do manejo florestal que possibilitem o desenvolvimento sócio economico simultâneo ao ambiental.
2. Encorajar pessoas, empresas, NGO's, e comunidades a desenvolver técnicas de manejo sustentável .	• Componente de elevada relevância considerando que é ser necessário se direcionar e/ou determinar técnicas e modelos de manejo florestal que possam garantir que o manejo florestal seja efetivamente sustentado.		• Desenvolvimento de técnicas e de modelos de manejo das florestas tropicais através de iniciativas promissoras, desde que bem conduzidos, poderá trazer credibilidade ao "Manejo Florestal Sustentado", frente aos seus potenciais usuários (Indústria Madeireira)

Acervo ISA

5 PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS (PROMANEJO) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
3. Implementar sistema piloto integrado de monitoramento e controle para atividades de extração madeireira em uma área de terra firme no Estado do Pará e em uma área de várzea no Estado do Amazonas;	• Apesar de já existirem sistemas de monitoramento e controle para as atividades de extração de madeiras, estes devem ser revistos e ajustados.		• Desde que bem concebido, os sistemas de monitoramento a serem desenvolvidos poderão servir de instrumento de incentivo ao manejo florestal.
4. Desenvolver e implementar um plano de manejo participativo para uso sustentável da Floresta Nacional do Tapajós.	• A dimensão de relevância deste componente está relacionada à oportunidade de se desenvolver a alternativa de concessões florestais, onde o manejo florestal sustentado é prerrogativa e a participação intensiva das comunidades locais nos resultados é necessária.		

Acervo ISA

5 PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS (PROMANEJO)

(Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
Objetivo Geral: Contribuir para que as atividades florestais praticadas na região sejam oriundas de unidades de produção manejoadas de forma sustentável e através de ações estratégicas e experimentos piloto em áreas prioritárias.	• A falta de resultados práticos do projeto na sua fase atual, não permite avaliar as condições de sustentabilidade.	As restrições identificadas até o momento estão relacionadas a aspectos administrativos do como: • Burocracia e atrasos desnecessários. • Regras confusas, prazos, e mecanismos utilizados nos relatórios. • Problemas organizacionais afetando a relação entre os diferentes participantes e responsáveis.	
1. Desenvolver análise estratégica das principais políticas e sistemas de incentivo que afetam o setor florestal, propor reformas chave e novos sistemas.			
2. Encorajar pessoas físicas, empresas, e ONG a desenvolver técnicas demanejo sustentável.			
3. Implementar sistema piloto integrado de monitoramento e controle para atividades de extração madeireira em uma área de terra firme no Estado do Pará e em uma área de várzea no Estado do Amazonas.			
4. Desenvolver e implementar um plano de manejo participativo para uso sustentável da floresta nacional do Tapajós.			

Acervo ISA

5 PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS (PROMANEJO) (Cont.)

Eficiência do Projeto

A eficiência do projeto não pode ser estimada.

Principais Lições Aprendidas

Os indivíduos envolvidos obtiveram um excelente nível de integração, o que proporcionou resultados positivos;
A equipe de consultores concentrou esforços para envolver as lideranças das flonas, IBAMA, PROMANEJO e outras empresas envolvidas com a floresta Nacional do Tapajós;
A coordenação e comunicação com outros projetos do Programa Piloto reduziram tempo e esforço para obtenção das informações necessárias;
As deficiências de publicidade do PROMANEJO reduziram o número de empresas interessadas na participação do projeto.Foram perdidas oportunidades para ter um número maior de participantes e várias alternativas tecnológicas;

Recomendações para melhorias do projeto

Ampliar a participação dos diversos setores da sociedade.
Ampliar o PROMANEJO para as áreas de transição dos ecossistemas.
Improvisar a coordenação e cooperação com Diretors de Pesquisa de Projeto (PPD).
Expandir PROMANEJO para outras Flonas uma vez que o mercado esteja seguro.
Intensificar esforços na formulação e implementação de sistema de concessão para a produção em florestas públicas;
Negociar acordos com colegas e universidades.
Melhorar a publicidade do PROMANEJO com o intuito de aumentar o número de participantes.
Aproveitar as vantagens oferecidas por outras experiências tanto nacionais como internacionais de manejo sustentável de florestas tropicais.

Acervo ISA

6 PROJETO DE CONTROLE À INCÊNDIO E DESFLORESTAMENTO (PRODESQUE)

Objetivos do Projeto	Relevância	Efetividade	Impactos
Objetivo Geral: • Contribuir para a redução das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia;	• Altamente relevante tendo em vista a política nacional para a conservação das florestas tropicais e pela necessidade de se diminuir o efeito estufa causado pela emissão de carbono	• Não disponível (não implementado)	• Não disponível (não implementado)
Objetivos Específicos 1. Monitorar e controlar os desmatamentos e queimadas em áreas prioritárias.	• Objetivo relevante, pois não é possível reduzir e controlar desmatamentos e queimadas sem que se tenha mecanismos de controle e monitoramento adequados.		• Os potenciais impactos produzidos são indiretos pelo fato de que parte de seus objetivos foram incorporados em outros projetos implementados posteriormente (casos do PROARCO, Amazônia Fique Legal e Outros)
2. São os mais sinceros votos, necessárias novas abordagens na redução do desmatamento e queimadas.	• Objetivo relevante pois enfoca a adoção de ações alternativas de cunho economico.		
3. Implementar um programa de monitoramento e controle dos desmatamentos e queimadas ilegais na região do arco.	• Objetivo consistente com o objetivo geral do projeto, pois deverá intervir nos excessos praticados de desmatamentos e queimadas na região mais crítica da Amazônia.		
4. Fomentar o processo de envolvimento dos atores locais na Amazônia por um sistema de co-responsabilidade em relação ao desmatamento.	• Objetivo relevante e compatível com o objetivo geral do projeto.		
5. Objetivam desenvolver diretrizes que resultem na diminuição das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia	• Relevante		

6 PROJETO DE CONTROLE À INCÊNDIO E DESFLORESTAMENTO (PRODESQUE)

(Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores que Contribuem
Objetivo Geral Redução do desmatamento e incêndios florestais na Amazônia	• Não disponível (não implementado)	• Não disponível (não implementado)	• Não disponível (não implementado)
Objetivos Específicos 1. Monitoramento e controle dos desmatamentos e incêndios florestais		• O projeto foi considerado conflitante com outros, como o PROARCO, PROTEGER, Amazônia Fique Legal e outros relacionados com os PD/A´s e as SPRN's, portanto sua implementação foi questionada.	• As pessoas responsáveis pelo desenho do PRODESQUE, são as mesmas do PROARCO e do Amazônia Fique Legal, portanto possuem muitos aspectos comuns entre si.
2. Necessário nova abordagem na redução do desmatamento e queimadas.			
3. Redução dos desmatamentos e incêndios ilegais através da implementação do monitoramento e controle na região do arco			
4. Promoção e intensificação do envolvimento dos autores engajados no aumento de suas responsabilidades relacionadas ao desmatamento			
5. Estabelecimento de novas políticas voltadas a redução de desmatamento e incêndios na Amazônia			

Eficiência do Projeto
Não disponível por não ter sido implementado

Principais Lições Aprendidas
Não disponível por não ter sido implementado

Recomendações para melhorias do projeto
O PROARCO, Amazonia Fique Legal e o PROTEGER (e alguns outros projetos menores desenvolvidos através dos programas PD/A e SPRN) não são somente questionáveis mas requerem também uma análise mais aprofundada.

7 PROJETO DE PREVENÇÃO À INCÊNDIO, MOBILIZAÇÃO E TREINAMENTO (PROTEGER)

Objetivos do projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. "Mobilização e treinamento de comunidades rurais em prevenção de queimadas e incêndios florestais na Amazônia"	• Alta relevância para os objetivos do Programa Piloto	• Desempenho altamente satisfatório • Superado o número planejado de pessoas treinadas; • Ausência de avaliação da qualidade dos treinamentos	• Satisfatórios • Demonstrou a importância da participação social e sua capacidade de mobilização; • Conseguiu mobilizar e criar agenda de trabalho sobre problema comum a inúmeras comunidades Amazônicas; • Capacitou 225 monitores (previsto 200); 11.000 líderes comunitários (previsto 12.000); Realizou 321 cursos (previsto 400) em 320 cidades. (previsto 400 a 1000).
2. "Criação de brigadas comunitárias de combate a incêndio"	• Alta relevância aos objetivos do Programa Piloto; • Estratégico para melhorar a qualidade de prevenção e combate ao fogo;	• Desempenho satisfatório • 200 brigadas foram criadas e treinadas; • Ausência de avaliação da qualidade de treinamento, • Não estão claros os critérios de seleção para localidades, membros e programa pedagógico;	• Regular • Brigadas não receberam equipamentos básicos devido contingências externas ao controle das agências executoras do projeto.
3. "Realização de pesquisa sobre alternativas ao uso do fogo durante preparação da terra para plantio e pastagem"	• Importância estratégica para os processos de desenvolvimento sustentável da Amazônia.	• Desempenho regular • Melhoria na compilação, editoração e disseminação dos resultados,	• Satisfatório • Realização de conferência sobre alternativas ao uso do fogo.

Acervo ISA

7 PROJETO DE PREVENÇÃO À INCÊNDIO, MOBILIZAÇÃO E TREINAMENTO (PROTEGER)

(Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. "Mobilização e treinamento de comunidades rurais em prevenção de queimadas e incêndios florestais na Amazônia"	• Será melhorada com a incorporação das lições aprendidas pelo Governo Brasileiro nas políticas públicas.	• Dependente da disponibilidade de financiamentos externos.	• Fogo é problema grave na Amazônia. A comunidade internacional está interessada em resolver o problema. • Participação social tem importância comprovada na agenda do desenvolvimento sustentável;
2. "Criação de brigadas comunitárias de combate a incêndio"	• Depende de ajuda externa para sua manutenção.	• Brigadistas frustrados pelo não recebimento de equipamentos básicos de combate ao fogo	• Capacidade demonstrada de mobilizar e criar consenso sobre assunto capaz de produzir resultados positivos.
3. "Realização de pesquisa sobre alternativas ao uso do fogo durante preparação da terra para plantio e pastagem"	• Depende de auxílio externo para sua manutenção.	• Dependência de recursos externos. • Deficiências nos mecanismos de administração e finanças do GTA. • Necessidade de apoio oficial	• Imagem mundial positiva da Amazônia; • Disponibilização de informações sobre o tema na Internet; • Interesse de alguns centros mundiais de pesquisa em investigar o problema do fogo na Amazônia.

Eficiência do projeto

Mobilização social e treinamento requerem investimentos iniciais elevados e um tempo considerável é necessário para alcance dos resultados. No entando líderes qualificados e bem treinados são essenciais na prevenção e combate ao fogo. Prevenção de incêndios é mais barata do que o combate ao fogo ou do que os danos causados pelo fogo. A eficácia do Projeto é considerada como satisfatória.

Principais Lições Apreendidas

1. Problemas que afetam o interesse econômico e o meio ambiente podem desencadear uma mobilização social.
2. Alianças através da sociedade organizada entre as instituições locais permite, em um curto período de tempo, um rápido envolvimento de um grande número de indivíduos e grupos interessados, conforme o requerido no Projeto.
3. Mecanismos administrativos flexíveis podem ser rapidamente mobilizados para soluções emergenciais.
4. Alianças são mais eficientes sob acordos institucionais os quais reduzem dificuldades burocráticas.
5. Objetivos, estratégias, meios, custos e atividades devem ser ajustadas as realidades adversas na região.

Recomendações para melhoria do projeto

Grupo de Trabalho Amazônico

- Manter flexibilidade
- Usar uma rede de brigadas no monitoramento
- Criar mecanismos de intercâmbio de experiências entre os diferentes grupos
- Desenvolver um sistema de avaliação econômica
- Informar sistematicamente o Governo sobre a importância de se prevenir e combater incêndios florestais na Amazônia e na necessidade de treinamento de equipes de brigadas de incêndio.
- Intensificar treinamento parcerias para a continuidade das ações.

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Centros de Ciência (INPA and MPEG)

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficiência	Impacto
1. Fortalecimento da administração e gerenciamento institucional.	• Altamente relevante para o aumento de eficiência e sustentabilidade de instituições e pesquisa na região.	• Dificuldades consideráveis e atrasos na implementação de projetos, pelo menos parcialmente devido prioridade limitada ocasionado pela liderança das duas instituições.	• Melhoramento gradual das capacidades gerenciais e administrativas, particularmente na MPEG.
2. Reabilitação e expansão da infraestrutura de pesquisa e equipamento.	• Altamente relevante para sustentabilidade das instituições.	• Implamentação altamente eficiente com resultados alcançados.	• Melhoramento considerável na infraestrutura de pesquisa, nas duas instituições o que também resultou na improvisação do vigor e moral de grupos de pesquisa.
3. Aumentar capacitação de recursos humanos na pesquisa científica e educação.	• Altamente relevante pela eficiência, efetividade e sustentabilidade de instituições e pesquisa.	• Implementação geralmente efeticaz, embora com algums problemas na introdução de sistema de avaliação de desempenho de pessoal. Entretanto, o serviço cicil geral de congelamento de salários e moratória no recrutamento de novo pessoal teve efeito negativo considerável no componente.	• Consideravel aumento em nível de Ph.D. e M.Sc. nas instituições, e um clara melhora em várias habilidades técnicas (por exemplo: Habilidades de computação), assim sendo o faturamento da equipe é alto.
4. Disseminação de resultados de pesquisa.	• Altamente relevante por alcançar amplo impacto com relação aos objetivos gerais do Programa Piloto. Entretanto, a elaboração do projeto original teve foco pobre em excelência somente no ponto de vista acadêmico com pouca consideração em excelência servindo o conhecimento e informação necessários para população de fazendeiros locais, ou serviço civil responsável pela conservação e desenvolvimento de atividades.	• Satisfatório, embora com deficiências em inovação e tipo de extensão e disseminação para audiências maiores. A qualidade de algumas publicações científicas também podem ser criticadas.	• Um grande número de relatórios científicos, jornais, artigos, várias monografias, e algums CD-ROMs e vídeos produzidos.Não conhecido amplamente no ramo (entre usuários de outros projetos do Programa Piloto)

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Centros de Ciência (INPA and MPEG) (Cont.)

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficiência	Impacto
5. Estudos de políticas chave e plano estratégico.	• Altamente relevante por aumentar o foco e efetividade, mas elaborado de maneira pobre deixando discordâncias entre os participantes e financiadores.	• Dificuldades de implementação consideráveis devido as diferenças de prioridade depositadas para o componente como um todo pelos doadores e participantes, como também não é de entendimento comum , nas atividades exatamente necessárias.	• Progresso gradual na MPEG na estratégia de pesquisa, normas, e um plano mestre para o parque zoo-botânico.

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Centros de Ciência (INPA and MPEG) (Cont.)

Objetivo do Projeto	Sustentabilidade	Deficiências	Fatores de contribuição
1. Fortalecimento da administração e gerenciamento institucional.	• Considerável aumento no vigor e moral dirigindo ambos com liderança e particularmente entre os grupos de pesquisa. Entretanto, limitado progresso na diversificação de financiamento e levantamento de fundos continuam um problema.	• A região Amazônica continua de forma marginal no cenário Brasileiro de pesquisa. Dificuldade de atrair pessoal em nível gerencial e administrativo que seja qualificado e capaz.	• Prioridades do governo Federal criam um ambiente doméstico favorável para pesquisa.
2. Reabilitação e expansão da infraestrutura de pesquisa e equipamento.	• Manutenção e melhoramento contínuo de infraestrutura de pesquisa constituir-se-á no maior desafio para ambas as instituições. Planos de manutenção não foram realizados.	• Interesse limitado por parte de doadores e fundações de pesquisa em proporcionar financiamento para infraestrutura de desenvolvimento, particularmente no futuro.	• Fundos maiores e mais significativos do que inicialmente antecipado foi proporcionado pelos associados Brasileiros. O governo Brasileiro precisa também estar mais atento no futuro. A iniciativa atual de criar um fundo não - ligado aos fundos da pesquisa industrial deveria ter uma participação mais expressiva.
3. Incrementar a capacidade de recursos humanos na pesquisa científica e educação.	• Precisa cuidadosa atenção e possivelmente requer meios de dissociar as instituições do sistema civil Brasileiro de serviços. (sob fundações independentes). articulações de educação e treinamento foram melhoradas consideravelmente com justa disponibilidade de recursos para estudos.	• Os níveis de salários do pessoal de pesquisa ficou estático se comparado com outras carreiras e setor privado, de forma que houve êxodo de pessoas qualificadas do setor de pesquisa.	•
4. Disseminação de resultados de pesquisa.	• Esta é uma área de maior problema. Ambos, projetos de pesquisa e outros projetos PPG7 poderiam incluir componentes de extensão os quais poderiam significar resultados de pesquisa em pacotes de áreas de extensão.	• Cooperação operacional e coordenação entre a comunidade de pesquisa e usuários em potencial de resultados de pesquisa (incluindo outros projetos PPG7) não bem desenvolvidos e estabelecidos.	•

Acervo ISA

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Centros de Ciência (INPA and MPEG) (Cont.)

Objetivo do Projeto	Sustentabilidade	Deficiências	Fatores de contribuição
5. Estudos de políticas chave e plano estratégico.	• Progresso considerável foi alcançado recentemente. Consórcio de financiamento externo inovador, sendo formado sob a nova liderança do MPEG, e nova liderança do INPA também proporciona forte ênfase.	• Ambos, INPA e MPEG cobrem larga gama de disciplinas em pesquisa de maneira que isto complica a formulação de estratégias e foco em cada atividade.	• A história e a cultura institucional dos institutos formam uma forte barreira para o estabelecimento de prioridades ná área de pesquisas.

Eficiência do Projeto

A eficiência da implantação do projeto tem sido relativamente boa. Tem sido, entretanto, reduzido por complexa e complicada formulação de projeto e estrutura com alguns objetivos obscuros. As prioridades das agências de doadores e instituições participantes são diferentes de forma que provocou atrasos na implementação de alguns componentes dos projetos. Adicionalmente, a complexa e sobreposta administração e gerenciamento financeiro dos projetos envolvendo WB, doadores, MCT, FINEP, fundações independentes e os institutos provocaram atrasos. Entretanto, o projeto é um dos mais eficientes já implementados dentre os projetos do Programa Piloto.

Principais lições

1. Há uma considerável demanda por produtos florestais em relação a floresta Amazônica.Esta deveria ter sido a maior justificativa também na elaboração do projeto.
1. Recursos para pesquisa não são mecanismos suficientes, há a necessidade de fortalecimento institucional das principais instituições de pesquisa, necessidade de suporte institucional para possuir perspectiva de longo prazo, comprometimento e energia por parte das instituições que financiam estas atividades.
2. Projetos de fortalecimento institucional precisam ter uma formulação absolutamente clara com transparência em seus objetivos, resultados e indicadores (neste ponto há a tendência à divergências no estabelecimento de prioridades entre os diversos acionistas)
3. Projetos com diversos financiadores e sócios implementadores são complicados de se executar, e requerem liderança forte e eficiente por parte da instituição envolvida.
4. Os interesses e prioridades dos pesquisadores / grupos de pesquisa tendem a diferenciar dos interesses dos legisladores e programas como o Programa Piloto e consequentemente, surge a necessidade de ter fortes normas e estratégia de prioridades de pesquisas pelos legisladores e gerentes de programas.
5. Pesquisadores (e avaliação tradicional de pesquisa por colegas revisadores) tendem a favorecer estreitas definições e pesquisas altamente especializadas de forma que os usuários dos resultados das pesquisas (particularmente no contexto da Floresta Amazônica) requereriam resultados orientados na solução de problemas frequentemente requerendo abordagens multi-disciplinares.

Recomendações para suporte futuro para centros de ciência

1. Proporcionar continuidade no suporte do fortalecimento institucional do INPA e MPEG pelos próximos 5 anos ou mais, embora possivelmente à um baixo custo de investimento (lições aprendidas número 2) e definitivamente com ênfase trocada que iria satisfazer informação e conhecimento necessários na região.
2. O suporte continuado poderia ser direcionado no fortalecimento da solução de problemas interdisciplinares de grupos de pesquisa (o qual pode ser também inter-institucional envolvendo outras instituições de pesquisa e universidades) com ênfase especial na cobertura de toda a cadeia produtiva desde as caaracterísticas ecológicas e biológicas dos recursos/ espécies até gerenciamento apropriado (incluindo aspectos sociais das fazendas de pesquisa) cobrindo produção, processo e mercados / marketing..
3. Expandir a amplitude do suporte de novas instituições de pesquisa com referência especial para selecionar os centros de pesquisa da EMBRAPA na região. O problema de diferenciação entre MCT por INPA e MPEG e MMA por EMBRAPA deveria ser tratado adequadamente; na verdade estas foram decisões tomadas para expandir a abrangência do projeto.
4. Na negociação de possível apoio continuado, a divisão de responsabilidades entre o governo e os doadores precisa ser feito para evitar problemas encontrados durante a implementação de suporte inicial.
5. O sistema Brasileiro de administração de projetos e gerenciamento financeiro, o qual melhorou substancialmente recentemente, ainda precisa melhoramentos mais aprofundados.
6. Mecanismos especiais (tais como pesquisa de contrato e estudos pelos projetos para pesquisar grupos de instituições de pesquisa, organizando seminários em tópicos específicos, etc) precisa ser revisado para ligar Centros de Ciência com o resto dos programas, projetos e atividades do PPG7.
7. O Banco Mundial deveria manter um esforço especial na obtenção adicional de fundos para os Centros de Ciência. A oportunidade chave inclue GEF como taxonomia básica e pesquisa de conservação aplicada as quais são necessárias adicionalmente a pesquisa de consumo dirigido que foi enfatizado nesta revisão, e o empréstimo financeiro do Banco Mundial apropriado para pesquisa aplicada e extensão ligada e relacionada ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais e agropastoris.

Acervo ISA

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Projetos de Pesquisa Dirigida (PPD) (Cont.)

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficiência	Impacto
1. O objetivo do componente não foi calramente articulado no documento original do projeto. O objetivo geral de todo o projeto (incluindo centros de ciências) é de promover a geração e disseminação de conhecimento científico relevante para conservação e atividades de desenvolvimento sustentável na região Amazônica.	• Pesquisa de alta qualidade é urgentemente necessária sobre a biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica bem como sobre desenvolvimento sustentado, conservação, e sequestro de carbono na biomassa.	• A implementação de eficácia é difícil de se estimar pois a razão primordial deste componente não está especificada. Parceiros diferentes parecem ter variadas visões de objetivos para o componente em questão. Os objetivos gerais do Programa Piloto são muito amplos para servirem como guias operacionais para o programa de pesquisa.	• Acontribuição direta deste componente no objetivo geral do Programa Piloto manteve-se modesto. A razão não é baixa qualidade de pesquisa, mas a fraca ligação e mecanismo de retorno entre o componente e o outros sub-programas e projetos do Programa Piloto.

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Deficiências	Fatores de contribuição
1. O objetivo do componente não foi articulado no documento original do projeto.	• A sustentabilidade do resultado é severamente barrado pela curta duração do financiamento do projeto de pesquisa. Dois anos é um período muito curto na maioria dos casos para pesquisa aplicada, o qual deveria cobrir toda a cadeia de produção ou processos ecológicos de longa duração.	• Parecem haver opiniões e prioridades diversas No tipo de pesquisa necessária (estas diferenças as quais podem ser parcialmente explicadas por diferentes observadores/tomadores de decisão com experiência educacional).	• Novamente, a elaboraçaõ do projeto original é fraco ao ligar o componente ao resto do Programa Piloto.

8 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DIRETA E CENTRO DE CIÊNCIA (SC & PPD)

Projetos de Pesquisa Dirigida (PPD) (Cont.)

Eficiência do Projeto

A eficiência da atual implementação dos projetos de pesquisa pelos grupos responsávies é alta até mesmo ao ponto de afetar desenvolvimento de longo prazo realizado por grupos de pesquisa os quais poderiam precisar ainda menos eficiência mas longo prazo de introdução de elementos de pesquisa. A elaboração do componente foi deficiente por ter curto prazo de planejamento no seu horizonte. Entretanto, a eficiência da completa implantação de seu sub-programa foi reduzida por longos atrasos no processo e canalização de recursos de pesquisa.

Principais Lições

1. Há uma vigorosa e capaz comunidade de pesquisa na região Amazônica a qual é capaz de reagir à uma demanda de fora.
2. A definição dos temas que qualificam para financiamento de pesquisa direta tem sido muito ampla, não providenciando direção suficiente para possíveis grupos de pesquisa e nem tão pouco avaliadores para propostas de pesquisas.
3. A comumente perda de ligação entre o Programa de Pesquisa Direta e o resto do Programa Piloto é precisamente devido à ênfase não clara em definir temas de pesquisa que sejam aplicáveis, os quais podem ser atribuídos novamente à fracas elaborações originais de projetos.
4. A separação institucional (MCT vs. MMA) e (no mínimo precoce) mecanismo de coordenação interministerial inadequada tem sido outra importante razão para a deficiência de cooperação e integração.
5. As chamadas para propostas tem sido formuladas de maneira (livros separados tematicamente) que não encorajam inter-disciplinalidade nas propostas de pesquisa que resultaram em pesquisa fragmentada.
6. Há um concenso amplo que a avaliação de sistemas de propostas de pesquisa é justa e transparente, embora complicada e demorada. A duração que foi requerida para processar os recursos de pesquisa para a segunda chamada de propostas foi de 2 anos, o qual é considerada excessiva. Este atraso é, entretanto, parcialmente devido aos atrasos no processamento de recursos dos doadores.

Recomendações para futuro suporte para Pesquisas Dirigidas

1. O programa de Pesquisa Dirigida deveria continuar com a terceira e subsequente chamada por propostas. O documento do projeto precisa ser revisado com o específico objetivo de esclarecer os objetivos da pesquisa a ser apoiado.
2. Os temas de pesquisa, os quais são qualificados para serem financiados, deveriam ser mais claros e com mais foco nos assuntos de relevância para o objetivo geral do Programa Piloto e para os outros programas e projetos do Programa Piloto.
3. As chamadas por propostas e respectivas avaliações de critérios precisam ser elaborados de maneira que encoraje pesquisas multidisciplinares e solvedoras de problemas ao invés de separar chamadas por diferentes temas disciplinares; uma só chamada deveria ser arranjada com clareza nas prioridades temáticas.
4. Requerer coordenação específica e consultas (com outros projetos de pesquisa relevantes bem como outros projetos relevantes do Programa Piloto)e atividades de disseminação para serem incluídas nas propostas de projetos de pesquisa. Permitir financiamentos adequados para estas atividades.
5. Fortalecimento contínuo da coordenação do nível de normas entre MMA e MCT.
6. Tornar mais objetiva e mais rápida a avaliação de propostas e processos de contratação.
7. Classificar atrasos burocráticos ligados à importação de equipamentos de pesquisa.

Acervo ISA

9 PROJETO DE MONITORAMENTO E ANÁLISE (AMA)

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Promover conhecimento sobre o Programa Piloto e a aplicação de suas lições estratégicas	• O Monitoramento e Análise do Projeto é altamente relevante para lidar com o interesse comum referente à urgente necessidade de melhorar o sistema de coletar, analisar, disseminar e adotar as lições do Programa Piloto pelos tomadores de decisões e do público em geral.	• Curto período de implementação limita a análise da eficácia. A ligação com a coordenação e a formulação de políticas são fatores chave na tradução e disseminação das lições.	• Período de implantação curto. Os impactos ainda não disponíveis.

Objetivo do Projeto	Sustentabilidade	Limitações	Fatores de contribuição
1. Promover aprendizagem sobre o Programa Piloto e a aplicação de suas lições estratégicas	• Necessidade de implantar sistemas de monitoramento participativo, onde o monitoramento beneficia os funcionários do órgão de implementação e outros. Importância de integração gradual do monitoramento e da análise com os sistemas existentes.		

9 PROJETO DE MONITORAMENTO E ANÁLISE (AMA) (Cont.)

Eficiência do projeto

Até agora, só houve muito pouco gasto do orçamento do projeto de US$ 4,1 milhões. Maior concentração de recursos nas bases e estudos estratégicos podem levar à implementação eficiente, uma vez que muitos dos estudos podem ser contratados. Por outro lado, a elaboração de um conjunto abrangente de indicadores de programa/projeto pode ser uma atividade tediosa e ineficiente, devido a complexidade do Programa Piloto. Os recursos humanos e financeiros escassos do AMA podem ser insuficientes para promover adequadamente a disseminação e envolvimento de outros participantes chave além da UMA. Há perigo de os mecanismos de coordenação e subseqüente disseminação continuem fracos e que as informações não sejam adaptadas ou usadas pelos elaboradores de políticas.

Principais lições aprendidas

A performance do AMA depende de (i) estratégias priorizadas (ii) sistemas de monitoramento dos subprogramas e projetos, (iii) capacidade de troca de informações entre os participantes, (iv) capacidade da AMA de dar feedback adequada e prontamente aos projetos, (v) capacidade de coordenar as ações dos subprogramas e projetos, (vi) habilidade de estabelecer ligações com outros sistemas e bancos de dados nacionais de monitoramento (por ex. IBAMA, SIVAM) e, finalmente, (vii) capacidade de adaptar as lições de conservação e manejo do recurso sustentável aprendidas na elaboração das políticas.

Recomendações para a melhoria do projeto

As visões estratégicas do AMA devem ser vistas e clarificadas. A implementação e o monitoramento do impacto devem ser claramente diferenciados. As responsabilidades entre os participantes diferentes devem ser definidas, isto é, o papel da UMA, dos projetos do Programa Piloto, SCA, NAPIAm e outros possíveis participantes no monitoramento, coordenação e disseminação. A AMA deve ter maior concentração de recursos na disseminação para assegurar implementação eficiente e resultados eficazes. As informações de monitoramento e as oportunidades promissoras identificadas devem ser tornadas em formatos compreensíveis e comuns e, então, divulgadas ao público alvo. Esta é a expectativa principal dos interessados, sendo também, coerente com os objetivos gerais do PPG7.

Os estudos de base e a elaboração dos indicadores devem ser simplificados para assegurar resultados rápidos e apropriados. Os estudos estratégicos devem ser implementados em estreita colaboração com os Centros de Ciência e com os parceiros do projeto PPD, envolvendo também as ONGs. Deve-se considerar adequadamente, nesses estudos, as formas e modos de adaptação.

Os mecanismos de troca de informações nas dimensões vertical (nível local para central e vice-versa) e horizontal (entre os projetos) devem ser fortalecidas. Deve-se dar feedback para os projetos que produzem informações importantes, para assegurar os esforços que melhoram sua performance. A coordenação ao nível central (SCA) e nível estadual (OEMA) deve ser envolvida na implementação do AMA para assegurar a eficácia dos resultados do AMA. A coordenação é crucial na definição das responsabilidades das diferentes ações. A AMA deve facilitar a integração dos sistemas de monitoramento ambiental com outros sistemas ao nível nacional e estadual. Os processos de integração devem ser realizados em estreita colaboração com os outros órgãos de coordenação e formulação de políticas.

10 APOIO A COORDENAÇÃO BRASILEIRA DO PROGRAMA PILOTO

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Gerenciamento / Coordenação do Programa Piloto	• Altamente relevante ao Programa Piloto como Programa	• Performance pouco satisfatória; ausência de estrutura lógica e de planos operacionais	• Criou procedimentos técnicos para a execução dos projetos; absteve-se de operar no nível estratégico
2. Monitoramento	• Essencial para o Programa Piloto	• Foi desmembrado do projeto e transformado em projeto AMA	• A AMA ainda está na sua fase inicial
3. Interação e troca entre subprogramas e projetos	• Alta relevância para o estudo dentro do programa	• Performance insatisfatória	• Pouco; integração e intercâmbio não faziam parte dos projetos.
4. Apoio às políticas públicas	• Estratégica à aplicação das lições aprendidas	• Foi desligado do Projeto de Coordenação	• Pouco ao nível do Programa Piloto

Objetivo do Projeto	Sustentabilidade	Limitações	Fatores de contribuição
1. Gerenciamento / Coordenação do Programa Piloto	• Comprometimento crescente por parte do Brasil	• Ainda depende de recursos externos; coordenação dos ministérios e órgãos diferentes	• Novo desenho do projeto está em andamento (<<Apoio da Coordenação Brasileira>>)
2. Monitoramento	• Dependerá de sua aceitação pelos projetos e subprogramas	• Sistema de monitoramento foi criado posteriormente	• Alta aceitação do Projeto AMA ao nível do Programa
3. Interação e troca entre subprogramas e projetos	• Depende da incorporação dessas atividades nos projetos e subprogramas	• Os projetos e subprogramas tendem a ser auto-suficientes	• Novo desenho do projeto está em andamento
4. Apoio para políticas públicas	• Apesar de mantido pelo Governo do Brasil, está praticamente desativado	• Está desligado do Programa	

10 APOIO A COORDENAÇÃO BRASILEIRA DO PROGRAMA PILOTO (Cont.)

Eficiência do Projeto

O financiamento do Projeto foi interrompido; a transferência de fundos foi suspensa por parte dos doadores e assumida em parte pelo governo do Brasil

Principais lições aprendidas

1. Necessidade de formulação mais clara do projeto, sua estrutura lógica, os papéis de seus participantes e parceiros;
2. Necessidade de melhor coordenação entre os doadores;
3. O projeto foi sobrecarregado com seus quatro componentes e seu esvaziamento e desentrosamento foram conseqüências de metas super ambiciosas;
4. O desligamento do NAPIAm influenciou negativamente nas políticas públicas através das lições aprendidas;
5. O desmembramento do componente monitoramento e a criação do projeto AMA causaram demora na implementação da unidade de monitoramento;
6. A coordenação não pode ser restrita ao gerenciamento, mas deve combinar as atividades de gerenciamento com as atividades estratégicas.

Recomendacões para a melhoria do Projeto

Quanto aos arranjos institucionais:

1. O Projeto de Coordenação, Monitoramento e Políticas Públicas deve ser rapidamente incorporado ao novo projeto de Apoio a Coordenação Brasileira do Programa Piloto. O EC recomenda que o restante dos fundos antecipados sejam realocados para o novo projeto.
2. No momento, o subprojeto NAPIAm não está ligado ao Programa Piloto, apesar de o MMA parecer de continuar aceitando o seu funcionamento como unidade de análise e gerenciamento de informações. No entanto, será necessário restabelecer rapidamente vinculo entre a coordenação do Programa Piloto, o projeto AMA e o projeto NAPIAm, no sentido de se articular com uma unidade do Programa Piloto que, a partir das experiências do NAPIAm, ultrapasse a NAPIAm na formulação de análises mais gerais e na fundamentação de políticas públicas. Agora também é a hora de analisar em que extensão o "think tank" solicitado por vários doadores pode ser estabelecido, complementando o NAPIAm ou integrando-se a ele
3. Propõe-se um nível de coordenação estratégica para as unidades responsáveis pela coordenação e monitoramento do Programa Piloto, de forma que essas unidades (projetos de Coordenação, AMA e NAPIAm) se comuniquem e se coordenem sistematicamente entre si. Neste estágio de operações, a orientação geral fica a cargo da coordenação. No futuro, deve-se pensar na criação um núcleo estratégico do Programa Piloto que incorpore esses projetos e outros que possam surgir nesse estágio.
4. Propõe-se a criação de uma Unidade de Treinamento e Capacitação que atenda as necessidades internas e externas de capactação institucional, servindo, neste caso, como divulgador dos resultados e metodologias desenvolvidos no âmbito do programa e em seus projetos e subprogramas. Esta unidade pode ser tratada como um projeto separado, ou como parte do projeto de coordenação. Além disso, deve ser colocada institucionalmente no mesmo nível dos projetos de coordenação e AMA e ficar subordinada à Coordenação do Programa Piloto.

Quanto à cooperação internacional:

1. E fundamental que, logo que possível na fase atual do Programa Piloto, o apoio dado pelos doares contribua com a operacionalização do projeto de gerenciamento estratégico e coordenação. Não só o apoio financeiro previsto devem ser mais exeqüível o mais breve possível, mas também considerar apoio à cooperacão técnica internacional para a coordenação. A Alemanha já deu sinais positivos quanto à inclusão da cooperação técnica alemã no projeto de coordenação. Os avaliadores externos do projeto anteriormente contratados pelo EC criticaram a falta de acompanhamento técnico e propôs ao EC a inclusão de assistência técnica ao nível de gerenciamento e coordenação como participação mais ativa e eficaz do EC.

Quanto ao desenho e preparação do projeto:

1. Recomenda-se que haja preparação participatória e detalhada do projeto, na qual as tarefas de coordenação, seu funcionamento e caracteristicas relativas aos projetos, MMA e Comissões de Monitoramento sejam bem definidas.

Quanto à questão de gerenciamento estratégico:

1. E necessário o desenvolvimento de uma visão estratégica mais consolidada para o programa, de modo que seja criado um contexto organizacional apropriado para facilitar a ação eficaz e eficiente dos gerentes do Programa.
2. O Programa Piloto precisa de uma "marca registrada" estratégico e uma marca. Esta marca representa um conjunto de princípios,. métodos, procedimentos e normas que surgiram das experiências produzidas pelos subprogramas e projetos, transformados em sistemas pelo projeto AMA e transformados em produtos que possam ser reproduzidos.

Quanto à questão de disseminação e marketing:

1. A disseminação e marketing do Programa Piloto são atividades de nível estratégico. Precisam de produtos para ter sucesso (ver no. 8). Aqui se propõe que essas tarefas sejam assumidas pela Coordenação, em colaboração com o projeto AMA.

Quanto à integracão do Programa Piloto:

1. O projeto prevê a coordenação do programa Piloto como um todo, envolvendo assim projetos e atividades desenvolvidas por outros ministérios ou órgãos federais. O fato de ele ser subordinado ao SCA/MMA e ter como função o gerenciamento estratégico do programa demandará claros procedimentos institucionais.
2. A coordenação deve também preencher a função de encorajar a interação e coordenação entre os níveis federal e estadual do programa, bem como horizontalmente entre os estados e dentro de cada estado.

Acervo ISA

11 SUPORTE DE REDES DE ONGS (GTA)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. "assegurar a participação das ONGs da rede GTA na elaboração, execução e monitoramento dos programas do PPG7 em geral, e PD/A em particular"	• Alta relevância para os objetivos como Programa Piloto	• Desempenho Regular • Contabilidade satisfatória • Responsabilidade satisfatória. • Insuficiência de avaliação da qualidade dos resultados alcançados	• Satisfatórios; • Demonstrou a importância da participação social; • Conseguiu agregar e criar agenda de trabalho em diversas organizações representativas das comunidades Amazônicas; • Criou procedimentos para formulação e execução de projetos demonstrativos PD/A.
2. "Qualificar a rede GTA para acompanhar, executar e monitorar programas e políticas públicas para a Amazônia"	• Alta relevância aos objetivos do Programa Piloto; • Estratégico para melhorar a qualidade da participação social; • Essencial para a aplicação de lições aprendidas.	• Regular • Insuficiência de avaliação da qualidade obtida, critérios de seleção de participantes e programa pedagógico; • Insuficiência de execução e monitoramento dos programas e políticas públicas para a Amazônia.	• Regular • Melhorou a qualificação e experiência das organizações treinadas e o acompanhamento das políticas públicas (de forma intermitente).
3. "Implementar mecanismos para a sustentabilidade do GTA"	• Essencial para continuidade das ações de participação social nos processos de desenvolvimento da Amazônia.	• Desempenho insatisfatório	• Em fase inicial.
4. "Implementar projeto de treinamento, mobilização e prevenção de incêndios na Amazônia (PROTEGER)"	• Alta relevância para os objetivos do PPG7 como Programa Piloto.	• Desempenho satisfatório	• Altamente satisfatórios sob o aspecto numérico (quantitativo) de beneficiários atingidos e/ou treinados.
5. "Estruturar uma rede Amazônica para comercialização de produtos sustentáveis"	• Essencial para a sustentabilidade das Organizações sociais da Amazônia.	• Desempenho insuficiente	• Pequenos • Atividades em fase inicial; • Faltam informações e experiência sobre produção e mercado.

11 SUPORTE DE REDES DE ONGS (GTA) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. "assegurar a participação das ONGs da rede GTA na elaboração, execução e monitoramento dos programas do PPG7 em geral, e PD/A em particular"	• Depende da manutenção das unidades e da política de intervenção alcançada pela GTA.	• Os mecanismos administrativos/financeiros deficientes	• Importância comprovada mundialmente da participação social na agenda do desenvolvimento sustentável;
2. "Qualificar a rede GTA para acompanhar, executar e monitorar programas e políticas públicas para a Amazônia"	• Depende da capacidade da rede conseguir vencer as deficiências internas, inclusive superar as barreiras do Programa Piloto.	• Dificuldades de comunicação vertical e horizontal internas à rede; • Problemas de representação heterogea e estabilidade da estrutura organizacional dos membros filiados.	• Capacidade de criar relações estáveis internamente e externamente. • Representação e participação em comissões, conselhos e comitês do Programa Piloto, Ministério do Meio Ambiente e fóruns deliberativos de programas públicos externos ao Programa Piloto.
3. "Implementar mecanismos para a sustentabilidade do GTA"	• Dificuldade em garantir recursos externos e internos.	• Dependência de doações externas e deficiência da estrutura de gerenciamento.	• Imagem mundial positiva da Amazônia; • Disponibilização de informações sobre a rede e da Amazônia na Internet; • Consolidação da estrutura organizacional da rede em 13 das 16 regionais e funcionamento permanente da direção nacional em Brasilia; • Consolidação dos Projetos Demonstrativos PD/A e incipiente disseminação de lições aprendidas a outros projetos do PPG7.
4. "Implementar projeto de treinamento, mobilização e prevenção de incêndios na Amazônia (PROTEGER)"	• Projeto treinou brigadas de incêndio voluntárias de pequenos produtores rurais. • Disponibilidade de voluntários com equipamentos de combate à incêndio, e incorporação de regras de prevenção nas políticas estaduais		• Importância da prevenção, controle e combate de incêndio eficiente na Amazônia.
5. "Estruturar uma rede Amazônica para comercialização de produtos sustentáveis"	• Essencial para a sustentabilidade das organizações sociais da Amazônia; • Requer subsídios e assintência técnica as quais não estão disponíveis internamente na rede.	• Baixa qualidade de informação e experiência Mercados; • Deficiência no conhecimento da cadeia de produção e comercialização de produtos agroflorestais.	• Aceitação favorável aos produtos da Amazônia nos mercados nacional e internacional.

11 SUPORTE DE REDES DE ONGS (GTA) (Cont.)

Eficiência do projeto

Apoio organizacional e treinamento requerem investimentos iniciais elevados, tendo *geralmente somente efeitos intangíveis* no curto prazo.

Os recursos e custos do projeto são considerados satisfatórios em relação aos resultados alcançados.

Principais Lições Apreendidas

1. Participação e controle social são formas eficazes e eficientes de supervisionar projetos de desenvolvimento como o Programa Piloto.
2. Qualidade e continuidade da participação social são fatores para que se atinja resultados positivos.
3. Parcerias entre instituições locais são vitais para o sucesso pois elas permitem, num curto período de tempo, atingir um maior número de grupos e indivíduos interessados;
4. Parcerias requerem acordos institucionais para reduzir dificuldades burocráticas. Uma boa capacidade de planejemento e gestão financeira e orçamentária são fatores essenciais;
5. Objetivos, estratégias, recursos, custos e atividades realistas são importantes dentro da realidade adversa da região Amazônica com o objetivo de evitar frustrações entre indivíduos e grupos envolvidos.
6. A capacidade do GTA de construir relacionamentos internos e externos estáveis é importante.

Recomendações para melhoria do projeto

Grupo de Trablaho da Amazônia

- Definir e divulgar o critério de seleção para participação dos associados.
- Melhorar aspectos atuais de comunicação horizontal, vertical, interna e externa em relação a rede de trabalho, extensão e suporte técnico para os membros e estrutura organizacional da administração , incluindo gerenciamento financeiro.
- Priorizar aspectos de mercado e produção usando o conceito de cadeia de produção.

12 GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE VÁRZEAS (PROVARZEA)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Subsidiar a formulação de políticas públicas e fornecer informações para o desenvolvimento de sistemas de gestão, monitoramento e controle. Estes subsíios são baseados em questões como análise ambienta/econômic a das várzeas, manejo dos recursos naturais, procedimentos legais ambientais, aspectos agrários e análise política.	• Fundamental para o gerenciamento dos recursos naturais das várzes da Amazônia brasileira. • A conservação dos diferentes ecossistemas da Amazônia é de fundamental importância para desenvolvimento da região.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado)..
2. Desenvolver gerenciamento inovador de manejo dos recursos naturais, os quais deveram ser consistentes com padrões econômicos ambientais e sociais (sustentabilidade).	• Alta relevância pois as práticas do prévio gerenciamento direcionaram para a destruição dos recursos naturais da várzea.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).
3. Implantar sistema de monitoramento e controle dos recursos naturais da várzea para as áreas de Santarém e Silves, a fim de agregar conhecimento a ser utilizado no seu manejo.	• Permitirá uma comparação entre as diferentes áreas de várzea dentro da Amazônia.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).

12 GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE VÁRZEAS (PROVARZEA) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. Subsidiar a formulação de políticas públicas e fornecer informações para o desenvolvimento de sistemas de gestão, monitoramento e controle. Estes subsíios são baseados em questões como análise ambienta/econômic a das várzeas, manejo dos recursos naturais, procedimentos legais ambientais, aspectos agrários e análise política.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Fatores importantes incluem: análise de solo das várzeas, técnicas alternativas de manejo dos recursos naturais, gestão participativa, possibilidades de incrementar o setor pesqueiro e florestal, melhoria dos padrões de vida local, e conflitos agrários.
2. Desenvolver gerenciamento inovador de manejo dos recursos naturais, os quais deveram ser consistentes com padrões econômicos ambientais e sociais (sustentabilidade).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	
3. Implantar sistema de monitoramento e controle dos recursos naturais da várzea para as áreas de Santarém e Silves, a fim de agregar conhecimento a ser utilizado no seu manejo.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	

Acervo ISA

12 GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE VÁRZEAS (PROVARZEA) (Cont.)

Eficiência do projeto

Não disponível (não implementado)

Principais Lições Apreendidas

Apesar do projeto ainda não ter sido iniciado algumas lições já podem ser referenciadas, principalmente por contribuições ocorridas durante fases preliminares.

1. Grande expectativa e curiosidade foi observada entre as comunidades, o que espera-se que resulte em alto grau de participação.
2. Houve uma maior integração entre os órgãos governamentais em nível federal, como o IBAMA e o MMA, os quais em conjunto com os órgãos estaduais, como IPAAM e SECTAM, além das Prefeituras dos Municípios de Silves/AM, Santarém/PA, e da sociedade civil organizada, na elaboração e discussão do Projeto.
3. A integração do Projeto com outros projetos apoiados pelo Programa Piloto é considerada muito importante;
4. Experiências anteriores do Progrma Piloto e lições aprendidas na preparação do Projeto tem resultado em economias de tempo e recursos financeiros.

Recomendações para melhoria do Projeto

1. Ampliação do número de participantes de outros setores da sociedade.
2. Maior integração com o Programa de Pesquisa Dirigida – PPD, a exemplo do projeto desenvolvido sobre Monitoramento, Gestão e Recuperação da Paisagem no leste do estado do Acre; Dinâmica da Interação Bio-Ecológica eo ritmo de Alagamento em Áreas de Várzea;.
3. Aumentar cooperação com as universidades.
4. Fortalecimento da divulgação do Projeto e procedimentos de disseminação no sentido de obter um maior número de grupos envolvidos, especialmente aqueles envolvidos com oportunidades de negócio promissoras.

Acervo ISA

13 PROJETO CORREDORES DA FLORESTA TROPICAL

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1.Contribuir para a efetiva conservação da biodiversidade mediante a implementação de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica. Isto deve incluir todas as pessoas envolvidas com prevenção ou redução da fragmentação de florestas existentes e aumentar a conectividade entre as áreas preservadas..	• Amazônia • Imobilização de área para UCs, ampliando as áreas protegidas 24,5 milhões de ha e estabelecendo sua conectividade • Mata Atlântica • Melhoria das atuais UCs e criação de conectividade entre elas, incorporando 7,7 milhões de hectares protegidos nessa região.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Aumentar áreas protegidas. Melhoria dos padrões de vida através de técnicas de manejo sustentável; redução do desmatamento; descentralização administrativa; manejo e controle apropriado das UCs; e, a criação de mecanismos e aumento de conhecimentos sobre preservação de meio ambiente e solo..

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1. Contribuir para a efetiva conservação da biodiversidade mediante a implementação de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica. Isto deve incluir todas as pessoas envolvidas com prevenção ou redução da fragmentação de florestas existentes e aumentar a conectividade entre as áreas preservadas..na Amazônia e na Mata Atlântica, envolvendo atores relevantes na prevenção ou redução da fragmentação de florestas existentes e no aumento da conectividade entre as áreas protegidas	• Depende da habilidade de gerar receitas de atividades permitidas dentro das Ucs.	• Recursos financeiros inadequado. • Atrasos. • Os dois corredores necessitam ser re-avaliados e extendido para outros estados.	

13 PROJETO CORREDORES DA FLORESTA TROPICAL (Cont.)

Eficiência do projeto
Não Disponível (não implementado)

Principais Lições Apreendidas
Importância de envolver moradores.

Recomendações para melhoria do Projeto
1. Melhoria da prestação de contas da administração do Projeto.
2. Reduzir burocracia.
3. Desenvolver novo documento do projeto.
4. Considerar a inclusão de novos Corredores Ecológicos.

Acervo ISA

14 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEDUC)

Objetivos do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Estimular o desenvolvimento de experiências ambientais educacionais na Amazônia Legal, com o objetivo de disseminar abordagens já conhecidas e de eficiência comprovada, bem como promover a geração e divulgação de novas alternativas direcionadas ao desenvolvimento sustentável e preservação de terras.	• Altamente relevante porque está relacionado com educação ambiental. É também muito relacionado com a degradação da biodiversidade, redução da emissão de gases e do desenvolvimento sustentado da Amazônia.	• Não disponível (Ainda não foi implementado).	• Não disponível (Ainda não foi implementado).
2. Estimular o envolvimento de associações rurais e outras organizações da sociedade, empresas, e instituições públicas com o desenvolvimento e implementação de experiências na área.		• Não aplicável	• Não aplicável
3. Fortalecer as parcerias entre as instituições governamentais e não governamentais envolvidas na capacitação, produção e divulgação de educação ambiental.		• Não aplicável	• Não aplicável

Acervo ISA

14 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEDUC) (Cont.)

Objetivos do Projeto	Sustentabilidade	Restrições	Fatores de contribuição
1.Estimular o desenvolvimento de experiências ambientais educacionais na Amazônia Legal, com o objetivo de disseminar abordagens já conhecidas e de eficiência comprovada, bem como promover a geração e divulgação de novoas alternativas direcionadas ao desenvolvimento sustentável e preservação de terras.	• Espera-se que o envolvimento da sociedade e ONGs traga resultado satisfatório.	• projeto ainda não foi aprovado. • A CCE não assinou ainda os contratos. • Algumas alterações foram propostas pela ST - PDA: incluir um sistema de educação regular integrando todas as cidades que já possuem projetos PDA incluindo o Mata Atlântica; • Os recursos parecem ser reduzidos para a dimensão dos objetivos propostos.	• projeto é de grande interesse para o governo brasileiro, que insiste inclusive na inclusão da educação formal dentro de seus objetivos, de forma a atingir um maior número de pessoas. • A experiência acumulada em outros porjetos irá, contribuir para o desenvolvimento do CEDUC.
2. Estimular o envolvimento de associações rurais e outras organizações da sociedade , empresas, e instituições públicas com o desenvolvimento e implementação de experiências na área.			
3. Fortalecer as parcerias entre as instituições governamentais e não governamentais envolvidas na capacitação, produção e divulgação de educação ambiental.			

Acervo ISA

14 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEDUC) (Cont.)

Eficiência do projeto

Não disponível (não implementado).

Principais Lições Apreendidas

1. As lições aprendidas pelo Programa Piloto poderão ser utilizadas para o projeto CEDUC;
2. Parceiros deste projeto (ONGs, instituições públicas e privadas), podem se beneficiar das lições aprendidas em todos os projetos apoiados pelo Programa Piloto.
3. A demora na aprovação deste projeto é um problema sério, porque o CEDUC é fortemente relacionado com o PDA o qual será concluído no prazo determinado.

Recomendações para melhoria do Projeto

1. Atrasos burocráticos devem ser resolvidos prontamente.
2. As sugestões da Secretaria Técnica do PDA devem ser analisadas com bastante critério. Deve-se ressaltar que as sugestões são bastante procedentes.
3. A área do projeto poderia ser expandida , o que requer , entretanto, recursos financeiros extra.

Acervo ISA

15 – PROJETOS DEMONSTRATIVOS POR POVOS INDÍGENAS (PDPI)

Objetivo do Projeto	Relevância	Eficácia	Impactos
1. Melhorar os prospectos de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e conservar os recursos naturais lá existentes.	• O projeto complementa bem o projeto PPTAL, que se concentra na demarcação dos territórios indígenas. Enquanto o PPTAL lida com os problemas jurídicos, as comunidades indígenas ainda enfrentam vários outros problemas relativos à sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental de suas terras. O novo projeto procura tratar desses assuntos de modo especialmente adaptado às necessidades das comunidades indígenas, que não são adequadamente servidas por sub-programas existentes como o PD/A.	• N.D.	• N.D.

Objetivo do projeto	Sustentabilidade	Limitações	Fatores de contribuição
1. . Melhorar os prospectos de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e conservar os recursos naturais lá existentes.	• N.D.	• A implementação do projeto pode ser restringida por dois fatores principais: 1) falta de consenso ou políticas indígenas entre as autoridades e organizações da sociedade civil, que podem ocasionar longas demoras burocráticas; 2) formulação e capacidade de implementação fracas dos grupos indígenas na implantação de projetos, que oneram muito as facilidades de apoio, e riscos diluindo o ideal de autogerenciamento.	• O desenho do projeto baseia-se em experiências aprendidas e em estudadas em sub-projetos anteriores do Programa Piloto (PPTAL e PD/A) e assim são relativamente bem adaptados ao seu complicado contexto administrativo e sócio-cultural. Enquanto o prazo inicial é muito curto, há uma boa chance de que o financiamento complementar seja encontrado através do conceito de "serviços ambientais globais".

15 – PROJETOS DEMONSTRATIVOS POR POVOS INDÍGENAS (PDPI) (Cont)

Eficiência do projeto
N.D.

Principais lições aprendidas
O processo de preparação do projeto fornece um bom exemplo de uma tentativa organizada de usar as experiências adquiridas nos sub-programas existentes dentro do Programa Piloto, no planejamento de novas atividades, de modo integrado.

Recomendações para melhorias no projeto
N.D.